



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 21

I Sessão Legislativa

Horta, Quarta-Feira, 10 de Setembro de 1997

Presidente: Deputado Dionísio de Sousa

Secretários: Deputados Guilherme Pinto e José Ramos Aguiar.

Sumário

(Os trabalhos tiveram início pelas 15.15 horas)

No **Período de Antes da Ordem do Dia** foram presentes 3 **Votos de Pesar**, oriundos das bancadas do PCP, PSD e PS, versando a mesma matéria, ou seja, os **"temporais que assolaram a Ilha de São Miguel"**.

Os votos mencionados foram aprovados por unanimidade.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Valadão (*PCP*), Sidónio Bettencourt (*PSD*) e Natividade Luz (*PS*), a quem coube a apresentação dos mesmos, e ainda o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro (*PP*).

Para uma declaração de voto usou da palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*).

Posteriormente, iniciou-se o período destinado às **Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região**, fazendo uso da palavra, os Srs. Deputados António Gomes (*PS*), Manuel Brasil (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Aires Reis (*PSD*), Paulo

Valadão (*PCP*), Francisco Sousa (*PS*), Mark Marques (*PSD*), Joaquim Ponte (*PSD*), Nuno Almeida (*PP*), José Maria Bairos (*PSD*), António Meneses (*PSD*), Jaime de Medeiros (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), Madruga da Costa (*PSD*), Berta Cabral (*PSD*), Fernanda Mendes (*PS*), José Humberto Chaves (*PS*), bem como os Srs. Secretários Regionais da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*), Economia (*Duarte Ponte*) e da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*).

No **Período da Ordem do Dia** foram apresentados os relatórios das Comissões Permanentes ao abrigo do Artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores. Assim foram oradores:

COL - Aires Reis

CPGAI - Francisco Xavier

CPJAS - Fátima Sousa

CEFP - João Forjaz Sampaio.

Em seguida, passou-se à apreciação da **Proposta de Resolução sobre "Limite de Avals a Conceder pela RAA em 1997"**.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Augusto Elavai (*PS*), Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*).

A proposta mencionada foi aprovada por maioria.

Por último, iniciou-se a apreciação da **Anteproposta de Lei sobre "Enquadramento do Orçamento da RAA"**.

Assim, foram oradores os Srs. Deputados Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Vasco Cordeiro (*PS*), Jorge Valadão (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Victor Cruz (*PSD*), Augusto Elavai (*PS*) e o Sr. Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*).

A Anteproposta de Lei foi aprovada, na generalidade, por unanimidade, passando a votação na especialidade para o dia seguinte a pedido dos Srs. Deputados, uma vez atingida a hora regimental.

(Os trabalhos terminaram às 20.15 horas).

Presidente: Srs. Deputados, boa tarde. Peço a vossa atenção para a chamada.

(Eram 15.15 horas)

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Meneses, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, José Soares, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Vasco Cordeiro; **PSD** - Aires Reis, Aurélio da Fonseca, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; **PP** - Alvarino Pinheiro, João Greves, Nuno Almeida e Sousa; **PCP** - Paulo Valadão).*

Presidente: Estão presentes 39 Srs. Deputados. Temos quorum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Uma vez que não há correspondência, vamos passar ao 2.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, destinado à emissão de votos.

Estão presentes na Mesa 3 Votos de Pesar sobre a mesma temática, ou seja, os temporais e suas consequências na Ilha de São Miguel.

Estes votos vão ser lidos sucessivamente, por ordem da sua entrada na Mesa, uma vez que têm a mesma temática e conteúdo semelhante.

Primeiro vai ser lido o Voto apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, em seguida o Voto apresentado pelo PSD e finalmente o do PS.

Para a leitura do seu Voto de Pesar, tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Pesar

Durante o dia de hoje a Ilha de São Miguel tem estado a ser fustigada por fortes e persistentes chuvas que já causaram a morte confirmada de uma cidadã da Ribeira Grande e avultados prejuízos materiais em diversas localidades.

A persistência da chuva faz recear o agravamento das consequências, pelo que se torna necessário conjugar todos os esforços que possam contribuir para reduzir os efeitos catastróficos que se estão a verificar.

Ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis o Deputado Regional do PCP propõe o seguinte:

A Assembleia Legislativa Regional reunida em 10/09/97 está a acompanhar permanentemente as notícias referentes às graves consequências das fortes chuvas que estão a cair em São Miguel e manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento de uma cidadã da Ribeira Grande, que foi arrastada pelas águas.

A Assembleia Legislativa Regional solidariza-se com todas as famílias e empresas que estão a registar elevados prejuízos materiais derivados do temporal.

A Assembleia Legislativa Regional para além de manifestar o seu pesar pelas nefastas consequências do temporal recomenda ao Governo Regional que continue a desenvolver todos os esforços no sentido de minorar as consequências negativas.

Sala das Sessões, 10 de Setembro de 1997

O Deputado Regional do PCP, Paulo Valadão".

Presidente: Para a leitura do Voto de Pesar do PSD, tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Pesar

Desde a madrugada de hoje que a ilha de S. Miguel está a ser fustigada por chuvas torrenciais que afectam gravemente as populações da maioria dos concelhos.

Inundações, ruas intransitáveis, comércio encerrado, habitações danificadas, pontes ruínas, famílias desalojadas, lavradores isolados e tantos outros prejuízos materiais ainda por avaliar.

Há já a lamentar a morte de uma pessoa e o desaparecimento de outras.

Regista-se a pronta intervenção das diferentes entidades responsáveis e a imediata resposta das populações num gesto de solidariedade que tanto caracteriza o povo das nossas ilhas.

O Grupo Parlamentar do PSD propõe nos termos regimentais que a Assembleia Legislativa Regional aprove um Voto de Pesar, em primeiro lugar endereçado às famílias da vítima identificada e de uma forma geral a todas as populações afectadas por mais esta intempérie.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Setembro de 1997.

Os Deputados Regionais, *Victor Cruz, Sidónio Bettencourt, Jaime Medeiros, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo*".

Presidente: Para a leitura do Voto de Pesar do PS, tem a palavra a Sra. Deputada Natividade Luz.

Deputada Natividade Luz (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Voto de Pesar

Mais uma vez a Ilha de São Miguel foi violentamente fustigada por temporais que provocaram elevados danos incluindo a perda de uma vida humana.

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores reunida em Plenário no dia 10 de Setembro, envia condolências à família da vítima e está solidária com todos os que sofreram perdas e danos.

Tudo faremos, de entre as nossas atribuições, para minorar o sofrimento dos que foram atingidos pelas intempéries.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Setembro de 1997

Os Deputados Regionais do PS, *Natividade Luz, João Carlos Macedo, Fátima Sousa, Carlos Fraga, Norberto Messias, Luís Resendes*".

Presidente: Está aberta a discussão sobre estes Votos de Pesar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Partido Popular associa-se aos três Votos de Pesar aqui apresentados pelas razões que de resto são comuns e com os fundamentos que aqui foram apresentados a este Parlamento.

Porém, não podemos deixar passar a oportunidade sem reflectir, porque esta é uma situação que ainda há bem pouco tempo ocorreu, aquando da catástrofe que envolveu o Concelho da Ribeira Grande, nomeadamente e há 2 dois anos na Ilha das Flores, sobre as responsabilidades que incumbem à Região e que importa sejam trazidas à consideração de todos nesta Casa.

Infelizmente não tivemos acesso às informações que permitissem conhecer em pormenor o que esteve na base dessa situação que afecta os nossos concidadãos na Ilha de São Miguel, além das chuvas torrenciais.

No entanto, sabemos que depois das catástrofes que tiveram lugar nas Flores e também em São Miguel, a acção dos serviços públicos, no que respeita à vigilância e à manutenção de limpeza das ribeiras, tem sido praticamente nula.

Posso-vos dar conta de uma situação em que, como Deputado, intentei junto dos serviços competentes, ou seja, na Delegação de Ambiente na Ilha Terceira, solicitando e dando conta da necessidade de actuação junto de um determinado curso de água de uma ribeira naquela ilha.

A resposta que obtive foi que os serviços que antes pertenciam às obras públicas, foram transferidos para a Delegação do Ambiente e o único recurso humano disponível na Ilha Terceira, ou seja, ao nível desse serviço, era um guarda hídrico, julgo ser esse o termo. Portanto, um elemento de fiscalização, uma única unidade.

Passado praticamente um ano da posse do actual Governo, os serviços que têm a seu cargo a vigilância e a manutenção das ribeiras, no caso concreto da Ilha Terceira, além do Sr. Delegado do Ambiente, têm um único funcionário que desconhece qualquer acção de política do Governo relativamente a essas matérias. Por

consequente, dimitiu-se em absoluto de fazer qualquer diligência nesse sentido, aguardando instruções superiores.

Isto passou-se há 3 semanas. Espero que neste momento ele já tenha instruções superiores.

Numa visita que eu próprio como Deputado efectuei, integrado numa Comissão desta Assembleia, e como elemento do Grupo Parlamentar do Partido Popular que visitou a Ilha das Flores, em contacto idêntico com responsáveis daquela Ilha, foi-nos dado conta que não tinham meios de actuação, não tinham homens sob a sua alçada. Exactamente dentro da mesma perspectiva, os homens estavam afectos à Direcção de Obras Públicas que no passado, bem ou mal, tinham a seu cargo essas tarefas e este Verão continuavam sem quaisquer meios de intervenção.

Quando todos nós tínhamos e temos em mente as consequências dos últimos temporais e das catástrofes ocorridas nas Flores e em São Miguel, hoje temos a informação e a consciência de que nesse domínio, pouco ou nada se tem feito, nem tão pouco se tem acautelado a dotação dos serviços com meios humanos, essa notícia salta-nos agora à mente e oxalá que não tenha nada a ver com obstrução de cursos de água, porque se tiver a ver com isso, não posso deixar de responsabilizar politicamente o Governo Regional por essa situação.

Falo e digo de acordo com o fundamento que acabei de dizer.

Em situações destas não devemos ser levianos e não somos por princípio e por prática. Porque desconhecemos o que se está passando em pormenor na Ilha de São Miguel, o que dizemos aqui é feito sob reserva.

De resto, sei que o Governo não pode intervir neste ponto da nossa ordem de trabalhos, mas faço já um apelo, porque temos o gosto de ter entre nós o Governo Regional no seu conjunto, para que no período seguinte da nossa ordem de trabalhos, ou seja, o período destinado às intervenções de interesse político relevante para a Região, faça um ponto de situação à Assembleia sobre o que se está passando na Ilha de São Miguel, para podermos inteirar-nos em consciência do que se passa.

Fica o pedido feito para o próximo ponto do Período de Antes da Ordem do Dia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Muito obrigado, termino reiterando a nossa solidariedade com os Votos de Protesto aqui apresentados.

Presidente: Continuam abertas as inscrições para a discussão dos Votos.

(Pausa)

Não havendo mais inscrições, vamos passar à votação de cada um dos votos.

Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado pelo PCP foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar proposto e apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado pelo PSD, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Voto de Pesar apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, mantenham-se por favor como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado pelo PS, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A minha declaração de voto em relação aos 3 Votos que aqui foram apresentados e que acabámos de votar, é fundamentalmente para afirmar que, de facto, quando acontecem situações como estas que estão a acontecer, é natural que comecemos todos a pensar nos problemas que se têm posto nos últimos anos a esta Região e nos problemas que presentemente os habitantes de São Miguel estão a ter.

É natural que situações como aquela que o Sr. Deputado do PP levantou, possam e devam ser aqui pensadas, porque os problemas do ambiente têm sido levantados muitas vezes nesta Casa e todos temos a certeza que perante as chuvadas que hoje estão a ocorrer em São Miguel, com certeza que há obstrução de cursos de água e é natural que os haja, mas também há um aspecto que o Governo Regional tem que

esclarecer, ou seja, a necessidade de poder prover os serviços de Ambiente das unidades necessárias para desempenharem as funções que efectivamente têm que desempenhar e até ao momento isso não tem acontecido.

Em relação à minha Ilha que conheço melhor, há relativamente pouco tempo, os serviços do Ambiente tinham um funcionário que tinha transitado das obras públicas, um guarda de ambiente contratado por 6 meses. Esta contratação por 6 meses de um trabalhador, a nosso ver, poderá apresentar algumas deficiências e utiliza exactamente para sensibilização de problemas do ambiente estudantes dos últimos anos do ensino básico e do ensino secundário.

Eu penso que é muito meritória a acção que está ser feita por estas pessoas, mas há uma fundamental que a nosso ver continua a faltar e é importante que se dêem orientações de uma vez por todas e que se consiga ter pessoal para resolver as possibilidades de catástrofes que têm a ver com a obstrução dos cursos de água, ou seja, a limpeza das ribeiras.

É uma situação que aceitamos que seja complicada e isso já foi dito por vários responsáveis, mas tem que ser resolvida.

Penso que situações como estas que estamos a viver devem merecer que todos nós reflectamos sobre elas e que da parte do Governo sejam tomadas as medidas com urgência no sentido de elas poderem ser colmatadas tão breve quanto possível.

Presidente: Vamos passar ao segundo ponto da ordem de trabalhos destinado às Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos a escassos dias da abertura de um novo ano lectivo (1997-1998) e por esse facto sinto-me moralmente obrigado a utilizar esta tribuna **para mais uma vez contestar o estado caótico em que se encontra o parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, implantado no Concelho da Calheta.** Já trouxe esta preocupante questão, a este mesmo local, por diversas vezes na anterior legislatura. Fi-lo, pela primeira vez, no dia 2 de Dezembro de 1994, aquando da discussão do Plano e Orçamento para 1995, e levado pelo facto destes documentos ignorarem por

completo a assustadora degradação dos referidos edifícios escolares, **consentida por uma irresponsável gestão pública, a troco não só do conforto que os estabelecimentos de ensino devem ter, mas sobretudo das desejadas condições de trabalho e de segurança dos seus principais destinatários que são as crianças.** Consciente e preocupado com o lastimoso estado destes edifícios escolares tive o cuidado de, no ano de 1994, visitá-los para mais tarde denunciar com algum pormenor e caso a caso, o que verdadeiramente se estava a passar a este nível.

Já por essa altura não foi difícil perceber que o dono destes imóveis, ou seja, a Câmara Municipal da Calheta, não respeitava as suas obrigações, exigidas pelo Decreto Legislativo Regional n.º 31/86/A, de 6 de Novembro, bem como pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 10/88/A, de 7 de Março, que taxativamente a obriga, a executar as obras de conservação e de pequenas reparações, nunca descuidando este dever por períodos superiores a dois anos.

O desrespeito pela referida legislação foi de tal ordem que os edifícios escolares do acima citado Concelho são os imóveis das respectivas localidades, de longe, com aspecto mais degradante, e deve-se sobretudo ao facto de não serem pintados há mais de meia dúzia de anos.

A incúria consentiu que se leccionasse em salas de aulas com tectos escorados, infiltrações de água, paredes com fungos, pavimentos degradados, casas de banho sem funcionar etc., etc..

Que belo exemplo se dá, por esta via, ao cidadão comum a quem se lhe exige a devida pintura e conservação exterior dos seus respectivos imóveis!

Digo mais:

Qual é o sentido da responsabilidade de um Presidente da Comissão Local de Protecção Civil que dá exemplos destes, ou seja, cria vulnerabilidade aos utentes, dos estabelecimentos de ensino por via do total divórcio das obras de conservação, sabendo que são as crianças e como tal não têm a verdadeira noção do perigo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quanto às Comissões Locais de Protecção Civil, deve o Governo estar atento à inércia de alguns dos seus responsáveis, porque a natureza cria-nos surpresas e a tragédia pode voltar a acontecer.

Mas estando eu a falar do parque escolar, devo dizer que das escolas referidas por mim, nesta Casa e há mais de dois anos, a do Engenho, bem como uma das da Freguesia da Ribeira Seca (com 3 salas de aula), foram desactivadas por já não oferecerem segurança aos alunos.

A propósito do Edifício Escolar da Ribeira Seca, que atrás referi, a Comunicação Social noticiou o encerramento do mesmo (julgo que só faltou aos senhores jornalistas a curiosidade de saber quais tinham sido as causas do acentuado estado de degradação) e também transmitiu, no princípio do corrente ano, a cerimónia de adjudicação das obras da respectiva reabilitação, onde estiveram presentes diversas individualidades, entre as quais o Exmo. Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Passado o prazo estabelecido ao empreiteiro para a execução dos trabalhos, pensei que a obra tivesse crescido por forma aos respectivos alunos usufruírem de melhores condições já neste ano lectivo, mas infelizmente o que cresceu foi o capim e este, talvez porque os sacos de cimento pagos no ano de 1994 pelo Governo Regional para a reabilitação de pátios de recreio, tiveram um destino por mim desconhecido.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi com satisfação que vi no Pano a Médio Prazo 1997-2000 e Plano e Orçamento para 1997, verbas inscritas para a reabilitação do parque escolar do 1º Ciclo do Ensino Básico, através de contratos de cooperação financeira com as Câmaras que são os únicos donos desses imóveis.

Tive o grato prazer de constatar no decurso deste Verão, que muitos Concelhos da Região (entre eles o das Velas de São Jorge) beneficiaram as suas escolas para receberem os alunos em condições condignas e com o devido respeito que as crianças merecem, já neste ano lectivo que se avizinha. Não quero garantir mas, inclusivamente, me pareceu que algumas escolas foram contempladas com a respectiva conservação sem tão pouco desempenharem a sua nobre missão, impossibilidade que se deve à falta de alunos.

Esta minha intervenção refere um assunto muito sério que castiga sobremaneira as crianças, enquanto utentes dos estabelecimentos de ensino, e também teve o propósito de alertar os responsáveis regionais para a referida situação, nomeadamente o Senhor Secretário da Educação e Assuntos **Sociais, ao qual lhe peço, em prol das crianças que não têm voz neste processo, o favor de me esclarecer, em particular, e esta Assembleia, em geral, sobre o que sabe relativamente às causas desta lastimosa situação.**

Disse.

(Aplausos da bancada do PS e do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais)

Presidente: Para esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A situação aqui referida pelo Sr. Deputado é preocupante.

Nesta altura, na maioria dos concelhos dos Açores, as Câmaras Municipais estão a empenhar-se seriamente na recuperação das escolas.

Ao longo destes últimos meses eu tive o grato prazer de visitar vários concelhos e em praticamente todos eles deram-se passos muito grandes na recuperação do parque escolar do 1.º ciclo.

Este é um processo no qual o Governo coloca grande empenho e é muito importante, porque na verdade, o 1.º ciclo é o fundamento de todo o nosso sistema educativo.

As Câmaras da Região aderiram fortemente a este processo e, praticamente todas elas, nesta altura estão a fazer grandes investimentos nesse parque.

A generalidade da rede do 1.º ciclo está a ser melhorada e se se mantiver este ritmo, estou confiante que no próximo ano será possível ter praticamente todas as escolas recuperadas.

Em todo este processo, o Concelho da Calheta é uma infeliz exceção difícil de compreender, tanto mais que as verbas necessárias à recuperação do parque escolar

do 1.º ciclo, foram postas à disposição da Câmara da Calheta há muito tempo, aliás, se não me engano, creio que foram postas à disposição já pelo anterior Governo e mantiveram-se ao longo de todo este tempo à disposição daquela autarquia que não utilizou, porque não quis ou porque não pôde, por razões que eu desconheço.

O que está a acontecer no parque escolar da Calheta é uma situação de autêntica catástrofe.

As escolas que foram criadas lá na sequência do sismo, mais propriamente na zona do Topo, são iguais às que foram feitas no Concelho de Angra e neste concelho as escolas estão em perfeito estado de funcionamento.

No caso de São Jorge, no Concelho das Velas, estão em perfeitíssimo estado de funcionamento, mas há outras que estão em péssimo estado. Uma delas já foi fechada porque está a cair, a do Engenho está completamente destruída e as outras ameaçam ruir e estão totalmente destruídas, nunca tiveram qualquer manutenção ao longo destas décadas.

As escolas de construção de alvenaria estão num estado lamentável, com as janelas todas apodrecidas, acontecendo o mesmo com o chão, tectos a meter água e algumas delas tiveram que ser utilizadas de forma precária e vão ter que continuar a ser utilizadas dessa forma ao longo deste ano.

A situação particularmente preocupante e que foi aqui referida pelo Sr. Deputado, refere-se à escola da Ribeira Seca, que tem, digamos assim, um tecto falso que ameaça cair, uma coisa que se poderia reparar em 2 ou 3 dias se houvesse vontade, mas não foi e está lá espedado com um pau. A escola está fechada e os alunos estão numa casa emprestada.

Essa escola foi adjudicada a uma empresa por valores perfeitamente irrealistas. Uma obra de poucos milhares de contos, foi adjudicada por 30 e tantos milhares de contos. São situações escandalosas e que não deviam acontecer.

Na verdade, aquilo que se está a passar lá é de extrema gravidade e precisa de ser rapidamente resolvido pela Câmara da Calheta. Se esta não quer ou não pode resolver o assunto, deve comunicar ao Governo e este por sua vez intervirá directamente.

Porém, dizer que se vai fazer, adjudicar as obras, convidar-me para uma cerimónia solene que indicaria o início dessas obras e passar-se este tempo todo e nada ter acontecido, é perfeitamente inaceitável.

Eu não gosto de envolver-me em polémicas e tenho o máximo respeito pela Câmara da Calheta e pelas pessoas que lá estão, porém, eu senti-me deveras aborrecido com esta situação, porque fui convidado para uma cerimónia que indicava o arranque de uma obra, fez-se um conjunto de compromissos e passado mais de um ano nada se fez.

Estamos a 8 dias do arranque do ano lectivo e agora já não se pode fazer nada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário:

Eu gostaria de dar os parabéns ao Sr. Deputado António Gomes por mais uma vez ele trazer aqui um assunto que já foi trazido por ele próprio. É uma questão de procurarmos e vermos que o repete constantemente.

Nós já estivemos em desacordo nalguns pontos no que se refere a este assunto, mas ultimamente temos estado em consonância, não digo total, mas quase total.

Neste momento, gostaria de dar-lhe os parabéns por este assunto, porque ele é muito importante para a juventude e para o ensino jorgense.

Porém, gostaria de fazer-lhe umas perguntas, porque o Sr. Deputado apresentou uma pergunta ao Sr. Secretário e este por sua vez falou e não disse nada. Apenas contou uma história que todos nós sabemos.

Eu quero saber concretamente o que é que este Governo já fez, daquilo que lhe compete fazer, em relação às escolas do Concelho da Calheta, que foram aquelas aqui apontadas pelo Sr. Deputado António Gomes, porque julgo que a lei é bem clara no que se refere a isso.

As pequenas conservações e reparações são da responsabilidade das autarquias e as grandes competem ao Governo.

Na minha opinião, o caso da Escola do Grotão da Ribeira Seca, é uma grande reparação. Tirar o tecto de cima de uma escola, substituir toda a parte interior, excepto a estrutura em betão armado, é sem dúvida, uma grande reparação.

No caso da Escola do Engenho que é um pré-fabricado e que também se encontra num estado degradável como aqui foi dito, não sei se valerá a pena fazer uma reparação. Julgo que naquele caso o que há a fazer é uma escola nova com as devidas condições, porque se estimamos a juventude para umas coisas, também temos que a estimar para as outras.

Não é a "pôr remendos velhos em calças mais velhas ainda" que nós resolvemos uma situação.

Para resolvermos uma situação temos que pegar nela e resolvê-la de uma vez por todas e quando isso assim for feito, sem o intuito de criar espaços políticos, eu aí estou de acordo.

Que as escolas estão más, eu também concordo.

Porém, o que eu não vejo neste momento são soluções do Governo para as resolver.

Já lá vão 11 meses. Daqui a um ano já se passaram mais 11 ou mesmo 12 meses.

Portanto, pelo andar da carruagem, se daqui a 4 anos as escolas do Concelho da Calheta mantiverem-se assim, a única coisa que os alunos poderão ver delas é o lugar onde existiram, porque o resto vai desaparecer.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo está a esgotar-se.

O Orador: Eu já termino, Sr. Presidente.

Ainda muito mais desaparecerá enquanto o Governo se achar na boa situação de "empurrar" para a Câmara e esta por sua vez empurrar para o Governo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, queremos estar solidários com a denúncia feita pelo Deputado António Gomes, relativamente à situação de catástrofe que envolve o parque escolar do Concelho da Calheta.

A segunda observação, vai no sentido de que, face às esclarecedoras informações aqui trazidas pelo Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, a posição do Partido Popular no que se refere a esta matéria é a seguinte:

Sr. Secretário, independentemente de se assistir a negligência por parte dos responsáveis autárquicos da Calheta e tendo em conta as responsabilidades regionais na questão que envolve o parque escolar, o Partido Popular sugere que haja diálogo sobre essa matéria.

Um Governo que tem como princípio o diálogo, perante uma situação de catástrofe como V. Exa. aqui mencionou e da qual não duvidamos, precisa de actuar em consonância, com urgência e com medidas que de uma vez por todas resolvam a situação. É isso que nos preocupa.

Nós, Grupo Parlamentar do Partido Popular, queremos deixar aqui essa recomendação, se de facto isso nos é legítimo.

O Governo e a Câmara da Calheta que se entendam e que resolvam o problema.

Os jovens e as crianças da Calheta não podem ser vítimas da Câmara social-democrata e do governo socialista.

3.^a Questão:

O Sr. Deputado António Lopes fez aqui um referência e relevou questões relacionadas com as verbas inscritas no Plano de Médio Prazo.

Permitam-me uma observação, mais de carácter técnico, de rigor e como Deputado desta Assembleia.

Sr. Deputado, não há Plano de Médio Prazo.

Nós, Deputados desta Assembleia, assistimos, de quando em quando, a uma certa comunicação social, consciente ou inconsciente, ao serviço de alguém ou por iniciativa própria, que faz sistematicamente citações a respeito de determinado empreendimento ou determinadas intenções governamentais, de que a Região possui uma determinada dotação de verba para esse efeito.

Compreendemos, isso é tentação de todos os governos, sobretudo quando não resolvem os problemas dizerem ao povo que há tantos milhões para isso.

É uma tentativa de consolar o povo — compreendemos isso.

No entanto, rejeitamos e lamentamos que se utilizem as verbas de Médio Prazo que não existem. As do Plano Anual nós estamos de acordo. É legítimo o Governo dizer que tem verba para isso. Mas as de Médio Prazo, sobretudo um Deputado e nesta

Câmara, salvo melhor respeito, não deve citar verbas de uma coisa que foi um "nado morto" em relação a 1997.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar porque está no fim do seu tempo.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Quarta questão:

Aquando da discussão dos Votos de Pesar, o Partido Popular solicitou ao Governo Regional que no início deste ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, fosse dada uma informação da situação de catástrofe que se vive na Ilha de São Miguel.

Formalmente, aproveitava esta oportunidade para reformular o pedido ao Governo Regional para nos dar essa informação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que a Câmara da Calheta atrasou-se nas obras das escolas, porque desde logo o processo começou com um atraso muito grande no que diz respeito aos projectos.

Em seguida, os projectos apresentaram alguns problemas e foram reformulados. Além disso, só há muito pouco tempo é que a candidatura foi aprovada pelo Governo.

A Câmara da Calheta não aceitou avançar com as obras sem estar tudo "preto no branco".

No que se refere à Escola da Ribeira Seca, o Sr. Secretário sabe muito bem que não é só aquilo que disse que está mal. Essa escola tem o tecto em muito mau estado e essa questão foi levantada pelos próprios professores que inclusivamente pediram a técnicos para irem lá ver e alertaram-nos para esse assunto.

A Escola da Ribeira Seca necessita de uma ampliação para poder ficar em condições e daí o montante do custo daquela obra.

Em relação ao Topo, este é a única freguesia onde não existe escolas e sobre esse assunto eu só posso dizer que nós aguardamos que o Governo faça as duas escolas

como está previsto, ou seja, uma no Topo e outra no Engenho para poder colmatar as necessidades daquela freguesia, mas este é um assunto que tem que ser resolvido pelo Governo Regional, porque é a ele que pertencem as construções das escolas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Começando pelo Sr. Deputado Manuel Brasil, eu julgo que falei sobre isso, mas digo-lhe mais.

Porque é que o Governo não interviu nas escolas?

Porque há um contrato assinado — como aliás foi dito aqui pelo Sr. Deputado Aires Reis — com a Câmara da Calheta que transferiu essas responsabilidades a troco das transferências das respectivas verbas.

Se a Câmara não pode ou não quer, basta dizer, "não posso ou não quero".

Nós temos feito um grande esforço de diálogo com a Câmara e eu próprio já fui a São Jorge 2 ou 3 vezes por causa destas situações.

Temos feito tudo aquilo que é possível para resolver o problema, respondendo também ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

O Governo tem mostrado todo o empenho para resolver esta situação e continua disposto a fazê-lo.

Se a Câmara não puder ou não quiser fazer, o Governo fará e aliás, é uma das coisas que tenho intenção de fazer de uma forma ou de outra, porque não vamos permitir que as escolas continuem desta forma.

Quanto àquilo que o Governo já fez, nós já preparámos para arrancar dentro de 8 dias uma escola no Topo que provavelmente começa a funcionar no próximo dia 20 e já preparou os projectos e os levantamentos de tudo aquilo que é preciso fazer para construir instalações definitivas para a Escola do Topo que vai absorver a escola do 1.º ciclo e jardim de infância que é uma instituição precária.

Resta a questão da Escola do Engenho, mas esta tem que ser analisada no contexto da própria dinâmica populacional na zona do Topo, ou seja, se vale a pena ou não haver aquela escola pequena lá em cima feita de novo, ou se compensa mais

transportar os alunos para outra escola já que vai haver, devido ao funcionamento do 2.º e 3.º ciclos, transporte esse que passará no Engenho e vem para baixo. Se calhar talvez vale mais a pena trazer os alunos, mas este é um assunto que está a ser equacionado nesta altura. É isto que está a ser feito.

O Governo não esteve parado e creio que no caso da rede escolar daquela zona fizeram-se mesmo muitas coisas.

Nesta altura, temos que esperar pelos resultados daqui a uma semana, ou seja, com a abertura da nova escola.

Quanto ao diálogo com a Câmara, eu creio que não poderá haver mais do que este. Eu estou sempre à disposição para dialogar, para resolvermos o problema.

Neste momento, a Câmara assume que vai fazer essas obras e é por causa disso que elas não foram feitas pelo Governo.

Quanto à questão da pequena reparação ou da grande reparação, a explicação é apenas esta: existe um protocolo que foi assinado com os municípios da Região para fazer aquelas obras e se os municípios estão interessados em fazê-las, como a generalidade dos municípios estão a fazer, a Câmara da Calheta pode começar.

Quanto à questão dos projectos, eu pedi pessoalmente ao Sr. Presidente da Câmara que começasse com as obras de imediato, porque as regras aplicadas a este contrato ARAAL dizem inclusivamente que se podem candidatar a uma obra até 90 dias depois dela concluída.

O facto da candidatura não estar feita, não era impeditivo de se fazer a obra. Ela podia-se fazer e depois logo se via. Era uma urgência.

Foi aqui dito pelo Sr. Deputado que se não me engano também é Vereador, que a Câmara assumiu que não queria fazer assim. Creio que a resposta está dada.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com a intervenção do Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, as respostas praticamente estão todas dadas.

Contudo, queria repisar aqui uma questão, ou seja, eu trouxe este assunto aqui ao plenário, porque julgo — e estarão certamente de acordo comigo — que o mínimo que se pode dar às crianças em idade escolar são condições para que elas possam sentir-se bem no seu estabelecimento de ensino.

Relativamente a algumas questões que foram aqui levantadas, eu julgo que o Sr. Deputado Manuel Brasil percebeu que "ninguém pode fazer obras em casa alheia".

O Governo, através do respectivo contrato ARAAL de cooperação financeira, pode apoiar esse tipo de investimento.

Por outro lado, o Sr. Deputado Manuel Brasil esteve aqui aquando da discussão do Plano e Orçamento para 1997 e naturalmente, se a memória não me falha, sabe que estão lá mais de 65 mil contos para edifícios escolares do 1.º ciclo do ensino básico, precisamente através da cooperação financeira com as respectivas Câmaras.

No que se refere a um preciosismo levantado aqui pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu quero pedir-lhe desculpa.

Realmente, no contexto do parágrafo percebe-se perfeitamente que me queria referir à Proposta de Plano a Médio Prazo, porque logo a seguir falo no Plano e Orçamento para 1997.

Eu quando foquei o Plano a Médio Prazo, é óbvio que me queria referir à Proposta apresentada pelo Governo, mas sei que a mesma não foi aprovada.

Na sequência disso, na minha intervenção, refiro-me ao Plano e Orçamento para 1997, como é óbvio, porque é o ano que está em curso e é nesse sentido que apresentei essa questão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O problema que estamos aqui a analisar e a opinar, é um assunto frequente em todos os nossos plenários.

De facto, muitas opiniões têm sido dadas e julgo ser importante pensarmos sobre este assunto, porque é fundamental que as nossas crianças tenham escolas nas devidas condições.

O que é certo, é que as pequenas reparações são das autarquias e as grandes reparações do Governo Regional, embora possa dar-se o caso de uma autarquia por qualquer motivo deixar de fazer as pequenas reparações por qualquer motivo, fazer uma oferta "envenenada" a qualquer que seja o governo. Esta é a realidade.

Felizmente, venho de uma ilha onde esta situação não se tem verificado, porque uma grande parte dos orçamentos autárquicos, quer de uma Câmara, quer de outra, são transferidos para melhorias nas escolas. Inclusivamente, nos últimos 4 anos, a Câmara Municipal de Santa Cruz das Flores investiu uma parte importante do seu orçamento na escola, em obras que competem ao Estado, à Administração Regional.

No entanto, e uma vez que estamos a discutir esta matéria e temos presente o Sr. Secretário Regional que provavelmente tem possibilidades de nos esclarecer, gostaria de levantar dois ou três problemas em relação à Escola Padre Maurício de Freitas.

Efectivamente, o 12.º ano vai funcionar numa situação que julgo que não é para se manter no futuro, a sua situação é provisória, isto é, a falta dos laboratórios é uma realidade, a infiltração de água como consequência de obras mal feitas há alguns anos é outra realidade e no nosso Plano para este ano vinham contempladas obras para as escolas e estava incluída aquela escola.

Se fosse possível, gostaria que o Sr. Secretário Regional nos desse uma ideia da situação em que se encontra neste momento o futuro daquela escola, se em fase de anteprojecto, projecto ou de estudo prévio, e do seu funcionamento pleno no futuro.

Eu penso que não poderá ser já, mas tem que ser para breve no sentido de podermos ter o ensino secundário a funcionar nas devidas condições.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, estamos a assistir a uma matéria que durante vários anos foi trazida por mim a esta Casa nesta altura do ano lectivo, porque estamos a arrancar com mais um ano.

Em relação, sobretudo à intervenção do Sr. Deputado Manuel Brasil, eu não posso deixar de dizer, porque já o disse várias vezes nesta Casa, que no tempo de um

Governo já muito antigo, o mesmo assinou um contrato com a Câmara da Ribeira Grande e fez-se a reconstrução completa da sua escola central.

Ainda noutro Governo, fez-se um contrato com a Câmara de Ponta Delgada e reconstruíu-se a Escola da Saúde nos Arrifes.

Já com este Governo, foi feito um contrato com a Câmara da Lagoa e está-se a reconstruir a Escola do Cabouco.

As grandes reparações foram sempre da responsabilidade do Governo e as pequenas reparações ficaram a cargo das Câmaras.

Eu dei aqui muitas vezes bons exemplos e maus exemplos de autarcas nesta Região em relação a essa matéria.

Estou-me a lembrar de um Presidente da Câmara de Angra de há vários anos atrás, que distribuiu por cada sala de aula 2500\$00 para pequenas reparações e no final no ano escolar, cada escola prestava contas à Câmara do dinheiro que tinha recebido, para o vidro, para a fechadura ou para a dobradiça.

Há múltiplos exemplos bons, nesta Região, que deviam ter sido seguidos.

Tanto o Concelho do Nordeste como o das Lajes das Flores, sempre souberam manter as suas escolas, mas há mais. Eu dou sempre estes dois exemplos para chegar aos extremos da nossa Região.

É pena que ainda hajam autarcas que não acertaram o passo neste aspecto e não quero mencionar aqui exclusivamente o caso da Calheta, porque infelizmente ainda há muitas escolas do 1.º ciclo cujas condições de segurança, higiene e salubridade deixam muito a desejar. Sobretudo a nível das instalações sanitárias, por toda a nossa Região, ainda existem situações deficientes, para não utilizar outro termo, e sendo as crianças o melhor bem que temos e como queremos começar pela educação, desde a educação ambiental, como já aqui falámos, passando pela educação para a saúde, é necessário que todos nós, poder regional e autárquico, encetemos as melhores condições para o exercício de uma educação que todos desejamos boa e conveniente.

Em relação à legislação, eu próprio já disse várias vezes nesta Casa que ela não é clara e quando o Governo decidiu através dos contratos ARAAL resolver esta situação, foi criada a medida legislativa que permitiu a todas as autarquias resolver este problema.

Lamento profundamente que ao fim destes anos todos estejamos aqui na abertura de mais um ano lectivo com estas situações que nada prestigiam a nossa Região.

Por outro lado, também quero dizer que há aspectos em que me sinto perfeitamente satisfeito, porque há concelhos onde vale a pena entrar numa escola para ver o esforço que foi feito pela autarquia para o alindamento, arranjo, adaptação, conservação e manutenção desses edifícios.

Pena é que inclusivamente não se utilizem todos os dinheiros que estão disponíveis, para através dos contratos ARAAL se fazerem as adaptações que já são muitas. Estou a lembrar-me, por exemplo, das barreiras arquitectónicas. Felizmente, já temos nas nossas escolas todas as crianças, mas infelizmente essas barreiras, em vários casos, são impeditivas do ensino com a qualidade desejada.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começaria do fim para o princípio.

Eu agradeço as informações fornecidas pelo Sr. Deputado Francisco Sousa. São informações de quem conhece a matéria por dentro e por forma e que a esta discussão apenas trouxeram um carácter pedagógico. Daí os meus agradecimentos e não tenho que as contestar nesse sentido.

Eu apenas vou usar da palavra para dizer ao Sr. Secretário que quando disse que o Sr. na sua primeira intervenção falou e nada disse, na segunda intervenção, V. Exa. acabou por me dar razão.

Se no início o Sr. tivesse explicado que assinou o contrato com a Câmara da Calheta há pouco tempo, conforme especificou na sua segunda intervenção, e que o contrato protocolar estava a ter um encaminhamento diferente, evidentemente eu não precisaria de fazer esta segunda intervenção.

Foi apenas por isso que intervi.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aires Reis.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer mais um ponto.

De facto, a Câmara da Calheta não começou as obras este Verão, porque os projectos tiveram que ser remodelados e têm a ver exactamente com as instalações sanitárias, mas da forma como estão a fazer, eu tenho dúvidas que o problema vá ficar resolvido definitivamente.

Porém, o Sr. Deputado Paulo Valadão fez lembrar uma outra coisa, ou seja, o Sr. Deputado António Lopes veio para esta Casa dizer que a Câmara, em relação às escolas, não faz o que está nas suas competências, mas eu ainda não o ouvir dizer aqui que em São Jorge aquilo que é da competência do Governo Regional, as Câmaras é que estão a fazer e estão a gastar muito dinheiro com isso.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*). Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Só para umas breves palavras.

Eu creio que a questão da Calheta está esclarecida.

Julgo que não vale a pena falar mais nisso e o que temos a fazer é resolver o problema o mais depressa possível e nós, em colaboração com a Câmara, estamos na disposição de o fazer.

A nossa posição aqui, é uma posição construtiva.

No que se refere à questão colocada pelo Sr. Deputado Paulo Valadão em relação à Escola Padre Maurício de Freitas, eu gostava de dizer-lhe que na nossa proposta que estará presente nesta Câmara a breve trecho, está contemplada uma verba para se efectuarem essas obras. Neste momento, apenas temos feito um levantamento da situação.

Foi feita uma primeira concepção da obra que lá se vai fazer, como aliás foi aqui anunciado aquando da discussão do Plano, e nesta altura nós já sabemos o que é que queremos fazer lá, quais as soluções a adoptar.

Entretanto, foram feitas as reparações mais urgentes para se corrigir os problemas de infiltrações, um dos problemas mais graves que lá estavam a acontecer.

A intervenção de fundo espero que ocorra no próximo ano e está incluída na nossa proposta de Plano.

Voltando um bocadinho atrás, este assunto tem uma ligação directa com os nossos diplomas que estão em trânsito para esta Câmara, e tem a ver com a criação nas escolas dos fundos escolares destinados à manutenção para evitar que tenhamos estas situações.

É nossa intenção passar a transferir para as escolas as verbas que estiverem inscrita no Plano, em cada ano, para manutenção e elas, por sua vez, farão a sua manutenção. Assim, resolver-se-á de forma definitiva este imbróglgio de andarmos a apontar dedos uns aos outros.

Eu gostava de dizer que ainda esta manhã tive o gosto de visitar aqui no Faial quatro ou cinco escolas que estão a sofrer grandes intervenções e que estão magníficas.

Na semana passada visitei algumas escolas na Terceira e em São Miguel que também estão a ficar óptimas.

Em relação a São Jorge ainda não tive oportunidade de fazer isso, mas já me chegou a notícia que no concelho das Velas as escolas estão em belíssimo estado e gostava de ter a boa notícia de que este ano, na nossa rede, deram-se passos muito grandes e que as escolas que estão a ser alvo de intervenções estão a ficar em óptimas condições, com casas de banho condignas, com acesso para deficientes, com aquilo que é necessário terem.

Na nossa proposta de Plano para o próximo ano vamos continuar com este processo, porque ele tem sido extremamente frutuoso e tem produzido resultados que vale a pena ver.

Só para dar-vos um exemplo, deixo um convite, uma vez que estão aqui no Faial, para visitarem as escolas que estão a sofrer intervenções e verão que elas estão óptimas.

A mesma coisa se pode dizer em relação a algumas escolas nos Concelho de Ponta Delgada, Vila Franca e Lagoa.

Na generalidade das ilhas dos Açores, este ano fez-se um belíssimo trabalho de recuperação das escolas do 1.º ciclo.

É um trabalho que é preciso continuar e é preciso que todos os concelhos desta Região adiram àquilo que está estabelecido nestes contratos ARAAL e possam fazer estas obras.

Esta é a única forma de podermos ter ensino em condições, ou seja, começarmos por ter instalações dignas para recebermos os alunos.

Muito obrigado e espero ter esclarecido o Sr. Deputado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou usar a figura regimental que me permite intervir para prestar esclarecimentos. Contudo, tenho aqui duas pequenas perguntas e espero que regimentalmente as possa colocar.

Relativamente à falta de informação da parte da Secretaria da Educação e Assuntos Sociais, no que tem a ver com a reabilitação do parque escolar do 1.º ciclo do ensino básico, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado Manuel Brasil se ele esteve presente naquela cerimónia que foi realizada com pompa e circunstância na Ribeira Seca e caso não tenha estado, se recebeu o convite, porque eu recebi?

O Sr. Deputado tem em memória uma dotação apresentada por este Governo e aprovada nesta Assembleia, superior a 65 mil contos para o arranjo do parque escolar da Ilha de São Jorge?

3.ª questão:

Logo de início, nos primeiros esclarecimentos que o Sr. Secretário prestou na sequência da minha intervenção, ele referiu que tinha posto dinheiro à disposição de todas as Câmaras e frisou a Câmara Municipal da Calheta. O Sr. desculpe-me mas não estava atento logo no primeiro esclarecimento.

Relativamente ao Sr. Deputado Aires Reis, gostaria de lhe colocar uma pequena questão.

V. Exa. falou na ampliação da Escola da Ribeira Seca, essa escola que tem 3 salas de aula escoradas e os tectos com especos.

Gostaria de perguntar-lhe qual o objectivo de se ampliar mais uma sala de aula nessa escola se tudo indica, até mesmo por informação dos próprios professores, que

atendendo à redução do número de alunos é provável que até se feche uma sala das que já existe?

É importante que se diga que a Ribeira Seca tem 6 salas de aulas.

Relativamente a outra questão que levantou aqui em que dizia que a Câmara fazia coisas que eram da competência do Governo, deixava-lhe esta pergunta: isso que a Câmara está a fazer compete ao Governo? São questões que apareceram agora ou são questões do passado, mais precisamente dos anos anteriores a 1996?

Deputado João Cunha (PSD): Agora! De há 11 meses a esta parte!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Mark Marques.

Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD queremos saudar alguns alunos das nossas escolas que se encontram no público, já que o assunto é a educação, penso que é interessante e muito importante a sua presença.

O Sr. Secretário deu as suas explicações, mas o PSD espera pelas acções.

Quanto ao Sr. Deputado António Gomes, membro da Assembleia Municipal da Calheta, aconselho-lhe a levar esse assunto e a esgotá-lo lá, porque, a continuarmos esta discussão aqui, não se ganha nada com isso.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Brasil.

Deputado Manuel Brasil (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para intervir mais, mas o Sr. Deputado António Gomes fez-me duas perguntas às quais eu terei que responder.

Realmente eu recebi o convite para ir visitar a escola da Calheta e lembro-me perfeitamente de ver lá V. Exa., só que como o Sr. devia estar noutra comprimento de onda, não me viu.

(Risos da bancada do PSD)

Por outro lado, Sr. Deputado, em relação à defesa que quis fazer do Sr. Secretário, apenas lhe digo que nunca mais seja "advogado do diabo" porque V. Exa. é um mau advogado!

O Sr. Secretário defendeu-se muito melhor do que V. Exa. o tentou defender e ainda por cima o Sr. ficou mal, porque trocou os factos daquilo que ele disse ali.

O Sr. Deputado está fora do contexto!

(Risos da bancada do PSD)

Oh Sr. Deputado, pelo amor de Deus!

"Depois de falar Deus, os Santos remetem-se à sua insignificância!"

V. Exa nunca compreendeu isso. O que é que quer que eu lhe diga?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Gomes.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, é para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado António Gomes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para remeter o Sr. Deputado Manuel Brasil para o Diário das Sessões, porque deve existir na fita magnética tudo aquilo que se disse aqui dentro.

Depois, quando o Diário das Sessões deste dia for aprovado, havemos de conversar sobre esta matéria para vermos quem é que estava distraído.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos regressar às nossas inscrições.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em meu nome e em nome do Grupo Parlamentar do PSD, queria começar por saudar os jovens que estão presentes nesta Sala, assistindo aos nossos trabalhos e que, infelizmente, por razões que são próprias de uma região insular e da época em que vivemos, não foi possível realizar a sessão que estava agendada com eles.

Esperemos que possa acontecer mais tarde e que o facto de assistirem aos nossos trabalhos os motivem para que algum dia — e esse dia não tardará muito pela

fisionomia e pela aparência física das pessoas que aqui estão — possam ser eles a substituírem-nos e com vantagem nesta Casa.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O novo quadro parlamentar saído das eleições de Outubro passado, alterou profundamente a situação política nos Açores.

Com efeito, quem desde sempre foi Governo em democracia na Região passou à oposição, e quem sempre foi oposição nos Açores passou a exercer funções governativas. De facto o Partido Socialista e o Partido Popular passaram para o Governo,...

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Não apoiado!

O Orador: ...um exercendo-o e o outro viabilizando-o, e o PSD passou à oposição. É bom que isto fique claro para que nesta Assembleia e sobretudo perante o povo Açoriano, cada um assuma as responsabilidades que lhe cabem. É natural, é humano, e é até democrático que uma situação deste tipo precise de algum tempo para que os diferentes executantes se adaptem às funções que, a cada um, passaram a competir.

Por isso percebemos que passados 100 dias de Governo, numa postura de Estado sem precedentes e reveladora de resto de alguma falta de imaginação, o Sr. Presidente do Governo venha comunicar ao Povo dos Açores, através da televisão e de outros órgãos de comunicação social, que se mantêm as suas promessas eleitorais e que estas só não foram executadas, porque o tempo e a sabedoria escasseavam.

Pelas mesmas razões percebemos (embora nunca concordando) as contínuas viagens do Sr. Presidente do Governo, dos seus familiares, colaboradores e das comitivas que os acompanham, percebemos que o Sr. Presidente do Governo assista à tomada de posse do Presidente Clinton, percebemos que se desloque aos Estados Unidos para dizer que não concorda com o voto dos emigrantes nas eleições nacionais, mas que concorda com um representante das comunidades nesta Casa e, também para assinar um protocolo com um Director dum estabelecimento prisional norte-americano, percebemos que o Senhor Presidente do Governo peça a Lisboa a substituição imediata do actual Ministro da República e que mesmo após o seu pedido de demissão, os órgãos de soberania o mantenham em funções até à presente data.

Pasmamos quando a propósito da criação de um futuro Conselho de Directores Regionais, ouvimos o Senhor Presidente do Governo dizer que não está para se preocupar com questões de natureza legal, e somos assim invadidos pelo sentimento de que, de súbito, deixámos de viver numa Região Autónoma que se integra num Estado de Direito Democrático, para passarmos a habitar uma qualquer "República das Bananas".

A estes, outros episódios semelhantes se poderiam juntar outros protagonizados pelo Sr. Presidente, pelos Srs. Secretários Regionais e até por alguns Directores Regionais.

Não os citamos porque preencheriam uma extensíssima intervenção incompatível por isso, com o tempo que tinha disponível e com a paciência dos Senhores Deputados.

Ficam, todavia, registadas para mais tarde se for caso disso, já que se tratam de situações cuja gravidade, como aquelas que referi, afectam, essencialmente, a dignidade das Instituições Autónomas Regionais e dos seus titulares.

A verdade é que o tempo foi passando e com quase um ano de exercício de funções, deixamos de perceber que o discurso do Sr. Presidente do Governo continue a ser o mesmo que fez ao cabo de 100 dias de ter chegado ao Poder;

Isto é, as promessas mantêm-se e continuamos a corrigir deficiências.

Senão vejamos, recentemente, quando instado a comentar uma sondagem que o próprio Governo mandou fazer, o Sr. Presidente do Governo disse que tudo ia bem, mas que havia ainda muitas deficiências que precisavam corrigir, e na inauguração próxima de uma fábrica de conserva de pescado na Ilha Terceira, o Sr. Presidente do Governo, que também falou de medidas de fundo tomadas pelo Director Regional de Segurança Social, (parecia-nos que este tipo de medidas deviam ser tomadas pelo Governo e não por um qualquer Director Regional) mas, disse o Sr. Presidente, de novo, que vai resolver os constrangimentos económicos da Região, referindo-se concretamente aos transportes (marítimos e aéreos) e à energia e que tal aconteceria ainda antes de cumprir metade do tempo do mandato, considerando, naturalmente, que este terá a duração de quatro anos.

Promessas e mais promessas, num ano em que os sectores que referiu funcionaram bem pior do que aconteceu há um ano atrás.

Por tudo isto, percebemos que altos dirigentes do PP, responsáveis também pela situação que se criou e se vive na Região, venham agora em termos públicos, revelar a sua inquietação e desânimo numa tentativa clara de se demarcarem rapidamente da actual administração.

Só assim se entendem declarações recentes do Vice-Presidente do PP, Sr. Deputado Almeida e Sousa, que saúdo e cumprimento e que com o devido respeito cito as que me parecerem mais elucidativas para justificar o que afirmei.

Assim, entre outras coisas, diz o dirigente Popular e passo a citar: "O rei vai nu"; "O Governo nem tem capacidade para gastar as verbas orçamentadas"; "O Governo demonstra inactividade política e financeira"; "Os Açores estão pior do que quando o Sr. Carlos César chegou ao Governo, para depois referir que o seu partido "está esclarecido sobre as reais capacidades do primeiro governo do PS nas ilhas" e finalmente que o PP "vai agora estudar uma forma diferente e mais consequente de actuação" — fim de citação.

Sr. Presidente, Ss. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Quando quem aprovou o Programa deste Governo, a sua orgânica de funcionamento, o Plano para 1997, quem o suporta nesta Casa, vem dizer o que acabei de referir, o que é que nós, PSD, havemos de dizer...?

Só podemos dizer "até que enfim", e felicitar o PP por ter precisado de bem menos tempo para perceber que tínhamos razão no que sempre dissemos, do que o tempo que o PS precisa para tentar começar a governar esta Região.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O exercício das nossas funções nesta Casa decorre do mandato popular que nos foi conferido, e das competências e responsabilidades que a lei nos atribuiu. Sendo certo que a nossa maior preocupação deve incidir sobre questões que dizem respeito a toda a Região e que afectam ou beneficiam o dia a dia do seu povo, não é menos certo que a realidade ilha é indissociável da nossa vivência insular e, como tal, não podemos descurar as preocupações e os anseios dos círculos que nos elegeram. Aquilo que por nós próprios vamos observando, e as abordagens a que, em crescendo somos sujeitos

por parte dos nossos concidadãos, e que parecem não confirmar os resultados das sondagens que o Sr. Presidente do Governo manda fazer e anuncia, leva-nos a trazer a esta tribuna questões que sendo do âmbito de ilha, são fundamentais para o desenvolvimento da Região.

Permito-me assim trazer à reflexão de V. Exas., em especial à dos Membros do Governo, uma meia dúzia de assuntos que preocupam a população da Ilha Terceira, naquilo que considero uma quase frustrada tentativa de conseguir para os mesmos algum desenvolvimento positivo.

À partida devo dizer que não são, infelizmente, os únicos motivos de preocupação dos Terceirenses e se calhar nem são os mais importantes, mas são os que me couberam tratar, já que os meus colegas de bancada, eleitos pelo mesmo círculo, se encarregarão de outros.

Começo pela energia, que é um dos constrangimentos económicos que o Sr. Presidente do Governo se propõe ultrapassar até meados do mandato.

Aquando da discussão do Plano para 1997, questionei o Sr. Secretário da Economia neste Plenário sobre as intenções do Governo relativamente ao Projecto Geotérmico da Ilha Terceira, citando-lhe mesmo um compromisso eleitoral do PS divulgado através de documentos distribuídos à população em tempo de campanha eleitoral e em que se dizia, — e passo a citar para lembrar o Sr. Secretário Regional e o Governo — "Criar condições favoráveis ao investimento privado no sector energético, nomeadamente na produção de origem geotérmica e eólica, dando prioridade ao desenvolvimento do projecto geotérmico na Terceira" — fim de citação.

Dei ao mesmo tempo conhecimento ao Sr. Secretário da existência de um grupo privado interessado em investir no projecto. A resposta que obtive foi idêntica a tantas outras que temos conseguido deste Governo, e neste Plenário.

Nada!

Ou porque não percebem, ou porque o tempo acabou, ou porque, na maioria vezes, não sabem e governo remete-se a um silêncio confrangedor.

A verdade é que o tempo passou, e porque se trata de um assunto importante, são deveras preocupantes os últimos acontecimentos sobre esta questão.

O Presidente da EDA numa primeira fase vem dizer — suponho que com a concordância do Sr. Secretário dado que se trata de uma empresa pública com tutela — que o projecto não vai avançar, atira-o para as "calendas gregas" e justifica o adiamento com o excedente de energia térmica instalado na Terceira.

Numa segunda fase, e perante os protestos das Autarquias Locais, da Câmara do Comércio e dos Investidores, o Presidente da EDA vem dizer que desconhecia o eventual interesse dos Americanos em adquirir energia à EDA, e se tal acontecesse então talvez tivesse a sua posição.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Não é possível nem aceitável que se tratem assuntos desta natureza com tamanha leviandade.

É assim que se quer entusiasmar e motivar os agentes económicos privados a participarem no nosso desenvolvimento?

É assim que se quer resolver, a curto prazo, os constrangimentos económicos, e promover as condições ambientais da nossa Região?

Que posição tem o Governo sobre isto?

Qual é a sua política, se é que a tem para este sector?

Não vi, não li, nem ouvi, nenhum pronunciamento do Secretário da Tutela sobre esta questão, apenas do Presidente da EDA, que ao que me consta, não define políticas regionais, nem é porta-voz do Governo.

A marina de Angra não anda, nem desanda. Cada dia que passa aparece mais um obstáculo à sua concretização. Às vezes penso que se todas as obras de mar que se fizeram nos Açores e as que se anunciam fazer, obedecessem aos rigores legais que se têm imposto à Marina de Angra, ainda não teríamos construído, ampliado ou reconstruído um único porto nesta Região.

É inquestionável o interesse deste investimento para o desenvolvimento da Terceira, da Região e em particular da cidade de Angra do Heroísmo. Doutra forma, não se compreenderiam decisões já tomadas, e a meu ver bem, pelas ampliações das Marinas da Horta e de Ponta Delgada. Prova de que foram boas apostas em termos económicos e sociais e que por isso merecem ser reforçadas.

Ninguém se convencerá, assim, de que aquilo que foi, é e continuará a ser bom para as cidades que referi, não é bom também para Angra do Heroísmo.

Então porquê este atraso?

Porque não se inicia uma obra já adjudicada e consignada?

Quanto tempo mais teremos que esperar por uma posição clara do Governo sobre este assunto?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

É inquestionável o que se está a passar com a Estrada de Lages/Santa Bárbara. É uma obra que serve uma significativa parte da população da Ilha Terceira que pena, verdadeiramente, para chegar às suas casas e às suas propriedades. Reconheça-se que no tempo dos Governos do PSD, a obra começou com algum atraso, mas é inadmissível que passados dez meses de Governo Socialista a obra esteja, praticamente, no ponto em que a deixámos.

Porquê esta inacção?

Para que vão servir os 600 mil contos que o Plano de 1997 prevê para esta acção?

Quando se retomam os trabalhos e a que ritmo vão prosseguir?

É para fazer ou vai ter o mesmo destino que parece anunciado para as que anteriormente referi?

No início do mandato ouvi o Sr. Secretário Regional da Agricultura dizer que ia avançar com a construção da nova Praça do Gado da Ilha Terceira. Fiquei satisfeito, e a notícia não me causou qualquer espécie de admiração, porque conhecendo o processo, sabia que o projecto estava pronto, que as Câmaras Municipais estavam disponíveis para colaborar, que as Associações Agrícolas, depois de ouvidas, estavam de acordo com a nova localização e havia financiamento assegurado.

Deixámos, assim criadas todas as condições para que a obra pudesse iniciar-se de imediato e por isso não me surpreendeu o anúncio feito pelo Senhor Secretário.

Só que já passou quase um ano, a Praça continua onde estava, com todos os inconvenientes que daí advêm, e o novo espaço que lhe está destinado também, na mesma, sem que nada tenha acontecido que nos leve a acreditar que a obra é para concretizar. Pergunto porquê? Quanto tempo mais de espera?

Arrependeram-se do investimento? Decidam alguma coisa e sobretudo dêem explicações às pessoas, porque elas merecem e têm esse direito.

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, duas questões de maior pormenor mas que nem por isso deixam de importar à população dos Açores e da Ilha Terceira.

A primeira do âmbito regional, tem a ver com o anúncio feito pela Sra. Directora Regional da Saúde de que as crianças até ao nono ano de escolaridade beneficiariam de cuidados preventivos de estomatologia gratuitos. É uma medida de fundo que claramente se integra na filosofia defendida pelo Sr. Presidente do Governo de que estas medidas neste executivo, são tomadas e anunciadas pelos Directores Regionais. Ouvi o anúncio com um misto de satisfação e de perplexidade.

De satisfação, porque gostava de ver executar uma medida deste tipo na nossa Região. De perplexidade, porque sendo profissional do sector, e interessando-me, naturalmente, pelas questões que lhe dizem respeito, julgo conhecer dois aspectos que tornam esta medida praticamente inexecutável, relegando-a assim para o lugar comum de mais uma promessa para não cumprir.

Desde logo o programa não tem nada de inovatório, já que existe a nível nacional há mais dum ano e nunca obteve resultados que se vissem. Caberá assim perguntar se no território continental, onde as ligações são necessariamente mais fáceis, e os meios humanos e recursos materiais existentes são mais abundantes, não foi possível concretizar esta iniciativa, como o vamos fazer na nossa Região?

Depois, Sr. Presidente e Srs. Deputados, faz parte dos manuais de bolso de gestão de um qualquer sistema de saúde de que a prevenção só se faz quando estão garantidos os cuidados curativos.

Opta-se, assim, e julgo que bem, em primeiro lugar, pelo combate à dor e ao sofrimento das pessoas, e depois pela prevenção dos males que estão na sua origem.

Ora, infelizmente, na Região sabe-se que os Serviços Públicos de Saúde não asseguram em tempo útil os cuidados curativos na especialidade em apreço, há Centros de Saúde que nem de profissionais dispõem, a espera para obtenção de uma consulta leva largos meses para pessoas que manifestamente não podem esperar, e que por isso muitas das vezes, sacrificam a sua vida e a dos seus, para recorrerem à clínica privada.

Pergunto, num quadro destes como se pensa cumprir com a medida anunciada? Não está em causa a sua validade e importância, o que está em causa é a possibilidade de se cumprir com o que se promete e se anuncia às pessoas.

E, já agora, muito agradecia ao Sr. Secretário da Tutela que nos esclarecesse do seguinte: quando começa este programa e se ele vai, no caso de manterem a intenção de o levar a cabo, abranger em simultâneo todas as crianças dos Açores, ou apenas algumas delas?

Finalmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, a última questão que pretendo colocar prende-se especificamente com a Cidade de Angra do Heroísmo.

Para satisfação de todos os Açorianos, e dos Angrenses em particular, a cidade de Angra do Heroísmo foi em 1983 inscrita na lista do Património Mundial da UNESCO. Tal distinção que em boa hora nos foi atribuída, levou a que as instituições e pessoas passassem a ter maior cuidado e rigor nas intervenções a terem lugar na cidade e recorde que por essa altura decorriam os trabalhos de reconstrução, motivados pelo sismo de 1980.

Surgiu legislação específica para o Centro Histórico e com ela o Gabinete da Zona Classificada de Angra do Heroísmo na dependência directa do Secretário Regional da Educação e Cultura.

Este Gabinete é importante, mas tem funcionado mal — agora e antes — causando mesmo a inquietação e a repulsa dos habitantes da cidade que assim desvalorizam e por vezes se insurgem mesmo contra uma classificação que tanto nos honra.

Reconheça-se que o mal vem de trás, e tanto assim é que nós, PSD, tínhamos noção e intenção de rever profundamente esta situação se voltássemos a ser governo.

O actual Governo e o partido que o suporta parecia também partilhar esta ideia, mas passados 10 meses nada mudou e ao que me dizem é mesmo para não mudar.

O Sr. Secretário da Educação, sobre esta matéria, teve "entrada de leão" anunciando, sem cuidar de estudar a lei nem consultar a Câmara Municipal, de que ia transferir as competências do Gabinete para a Autarquia.

É claro que o resultado foi nenhum, e o gabinete, que por motivos que me dispenso de comentar, está na mesma ou ainda pior.

Só para vos dar um exemplo que ilustra esta triste situação: um habitante de Angra que pretenda intervir na sua propriedade que se situa dentro da zona classificada, pode esperar um ano pela autorização para a realização de obras, mesmo que sejam pequenas.

Pergunto: o que fez o Governo, ou melhor, o que tenciona fazer, já que até agora nada fez, para alterar este estado de coisas?

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Como estas, muitas outras questões poderiam aqui ser trazidas e que 10 meses de governação socialista já justificariam pelo menos algum esclarecimento concreto que não existe.

Peço, por isso, ao Sr. Presidente do Governo e aos Srs. Secretários Regionais que actuem, que decidam, que governem, porque foi para isso que o povo os mandou.

Seria bom para os Açores e para os açorianos e, seria bom também para vós próprios e para o partido, ou partidos, que os suportam.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (*Duarte Ponte*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

"Que bom ter o relógio adiantado!" — diria o poeta — "Assim, fico a saber que tenho sempre mais cinco minutos de vida!"

É um pouco o que se passa com a bancada do PSD.

Já se passaram 10 meses de vida desde a nossa tomada de posse e a bancada do PSD já nos dá mais um mês.

Deputado José Maria Bairos (*PSD*): Isto é teatro!

O Orador: Tenham calma, meus senhores! Se nós com 10 meses já fizemos tanto, verão que com 11 meses faremos muito mais!

Deputado João Cunha (*PSD*): Faltam só 15 dias!

O Sr. não sabe fazer contas! Já demonstrou isso.

O Orador: O nosso trabalho está aí!

O povo, a pouco e pouco, já percebeu a diferença.

Parafraseando o vosso Deputado do Pico, Manuel Azevedo, "entre passear por Roma para ver o Papa e conviver com as nossas importantes comunidades da diáspora, vai mais do que um mês!"

Vai no sentir do pulsar da alma açoriana que viu, como eu vi, derramar lágrimas feitas de saudade, de muito amor à terra e vontade de saber...

Deputado Victor Cruz (PSD): Agora é que se lembraram das lágrimas!

O Orador: A determinação e o espírito de clara abertura é bem diferente do passado. Não se fale em concursos ilegais da sua inteira responsabilidade.

Fale-se de visões estratégicas!

Fale-se de desenvolvimento da economia dos Açores em que a taxa de inflação é a mais baixa do país.

O desemprego baixou para 5,3%...

Deputado Mark Marques (PSD): Durante 10 meses!

O Orador: ... e a estrutura do emprego que em 95, na agricultura, andava em 20%, já baixou para 15,9%.

A construção civil disparou e já está no melhor nível de sempre, ou seja, melhor que em 92, o célebre tempo em que se adjudicou mais do que se tinha para adjudicar, porque não havia verbas e isto originou o descalabro financeiro dos anos subsequentes (veja-se os anos de 93, 94 e 95).

Deputado João Cunha (PSD): Deve ser com as obras feitas na Povoação!

O Orador: Quanto ao turismo, os valores expressos pela TAP, mostram que em 97 houve mais 3,3% de passageiros que em 96 e que foi o melhor ano de sempre, melhor que o ano de 96.

Se somarmos os transportes vindos dos Estados Unidos e do Canadá, o número de passageiros transportados para os Açores foi mais do que 96 em 10%.

Quanto à geotermia na Ilha Terceira, trata-se de um investimento que deve ser analisado por técnicos especialistas, não pelo Sr. Deputado que não percebe nada disto.

(Risos da bancada do PSD)

Em São Miguel, tal foi feito e na Terceira também terá que ser feito e o que foi dito aos empresários da Ilha Terceira é que vissem o empreendimento de São Miguel, que nos visitassem e que falassem com técnicos especialistas nessa área para verem a viabilidade económica.

Estamos prontos para analisar com quem sabe da viabilidade económica do processo geotérmico da Ilha Terceira.

Não somos embalados por vendedores de sonhos!

Temos os pés assentes na terra!

Estranha-se que em 20 anos de poder social-democrata, a geotermia na Terceira não tenha avançado.

Quanto à Marina de Angra, a vossa irresponsabilidade é grande!

Presidente: Sr. Secretário, informo que está no fim do seu tempo.

O Orador: Assina-se um contrato e não se fazem os ensaios laboratoriais.

Sabem, meus senhores, quantas vezes voltou atrás o projecto da Marina de Angra?

Três vezes!

Deputado Francisco Sousa (PS): Isso é um vai e vem!

Deputado Joaquim Ponte (PSD): E vai voltar mais!

O Orador: Só em Julho deste ano o LNEC deu a última versão da Marina de Angra.

Três vezes!

Ainda não foi feito o ensaio tridimensional!

Trata-se de grande irresponsabilidade. Assinaram um contrato sem saberem o que é que estavam a assinar.

Estamos a trabalhar nesta área, meus Senhores. Mas mais que uma marina, o que a Terceira precisa é de um projecto integrado de turismo, ou seja, resolver o Hotel de Angra, a reanimação da baía de Angra e tentar ver como é que se retira a "nódoa" do Hotel do Caracol.

(Aplausos da bancada do PS)

Deputado João Cunha (PSD): Quando isso tiver tudo resolvido o Sr. inventa mais meia dúzia de dificuldades!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Almeida e Sousa.

Deputado Nuno Almeida e Sousa (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Joaquim Ponte:

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Deputado...

O Orador: Sr. Deputado Joaquim Ponte, peço desculpa.

É que com tanto constrangimento sobre quem é que está no Governo e quem não está, eu já julguei que o Sr. era Secretário Regional.

(Risos da Câmara)

Na verdade, o Partido Popular não está no Governo!

Às vezes, o nosso povo, aquele a quem me orgulho pertencer, costuma dizer: "Agora, o PP é que manda!"

O PP não manda, apenas viabilizou este Governo, porque o povo dos Açores votou mais no Partido Socialista do que votou no Partido Social Democrata.

Se às vezes ficamos com a impressão que o Partido Popular manda mais do que aquilo que devia, para quem está pouco atento e olha para a bancada do Governo, até parece que o Partido Popular, neste caso específico do dia de hoje, teve 50% dos votos nas eleições do passado dia 13 de Outubro.

(Risos do Deputado Alvarino Pinheiro)

Mas, estejam atentos:

O Sr. Professor Fernando Lopes, há 4 anos apresentou-se nas listas como candidato independente indicado pelo CDS da altura, mas agora é do Partido Socialista!

O Sr. Professor Álamo de Meneses foi Deputado há algum tempo nesta Casa na lista do CDS, mas agora é do Partido Socialista!

Deputado João Cunha (PSD): Nessa altura, ele não sabia o que vinha fazer!

(Risos da bancada do PSD)

O Orador: Tenham calma! Nós só tivemos 8%.

Portanto, Sr. Deputado Joaquim Ponte, o Partido Popular não está no Governo e como não está, não é responsável pelas más políticas que este Governo venha a implementar.

Para terminar a minha intervenção que não queria que fosse longa, porque também já assisti aqui quase a uma Sessão sobre a Assembleia Municipal da Calheta e não queria transformar esta Casa numa "mesa de café", gostaria de dizer ao Sr. Deputado Joaquim Ponte que quem na noite das eleições veio para as câmaras da televisão dizer, pela primeira vez, que o Partido Socialista tinha que governar, foi o Presidente do PSD/Açores da altura, num noticiário, 10 minutos depois dos resultados eleitorais, mas era ainda Presidente do PSD/Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uns breves esclarecimentos em relação àquilo que aqui foi dito pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte e, se o Sr. Presidente me permitir, voltando um bocadinho atrás, gostaria de falar um pouco sobre o que aconteceu em São Miguel prestando alguns esclarecimentos a esta Câmara sobre esta situação.

Deputado Victor Cruz (*PSD*): O Sr. Secretário não conhece o Regimento?!

O Orador: É apenas um esclarecimento a um pedido que foi feito aqui por um dos Srs. Deputados.

Deputada Berta Cabral (*PSD*): Já o devia ter feito e não agora neste debate.

O Orador: Em relação à situação que se vive em São Miguel, o Sr. Presidente do Governo, o Sr. Secretário Regional da Habitação e Equipamentos, bem como os Srs. Directores Regionais daquela área e o Presidente da Protecção Civil que se encontravam na Horta, nesta altura deverão estar a chegar a Ponta Delgada.

A situação nos Concelhos de Ponta Delgada, Lagoa, Ribeira Grande e Povoação, apresenta alguma gravidade.

Mais uma vez verificaram-se inundações generalizadas nestes concelhos, com destruição de vias de comunicação e há uma situação muito complicada de trânsito na cidade de Ponta Delgada com várias ruas bloqueadas.

Também existe uma situação complicada no concelho da Ribeira Grande, em que temos a lamentar um falecimento que aqui já foi falado, e as vias de comunicação foram cortadas, pontes danificadas e muitas e muitas casas inundadas.

O que está a acontecer no fim de contas é uma manifestação que mais uma vez tem uma raiz ambiental. Ao longo dos anos foram-se fazendo arroteamentos em altitude, aumentou-se o escoamento para as linhas de água ao mesmo tempo que não se acautelou o devido resguardo à construção nessas zonas, nem se acautelou a drenagem das zonas urbanas.

A cidade de Ponta Delgada, infelizmente, não tem um sistema de drenagem capaz para a sua dimensão.

As margens das ribeiras que atravessam as zonas urbanas, porque apresentavam terrenos mais baratos, foram densamente construídas e a situação que está a acontecer é inevitável, face ao tipo de ocupação do espaço.

Não tem a ver directamente com o problema das ribeiras estarem obstruídas ou não, apesar disso contribuir, mas o problema fundamental não é esse, mas sim um problema de ordenamento do território e do uso que nós fazemos do mesmo.

É inevitável que isto aconteça, porque o nosso clima tem as suas fases e nós atravessamos, entre os anos 80 e o princípio desta década, uma fase de grande secura. Julgo que todos se lembram das grandes secas estivais que nós tivemos e agora estamos a entrar num período em que os anos são mais húmidos e, inevitavelmente, o resultado do mau uso do território que nós temos vindo a fazer ao longo dessas décadas, está agora a manifestar-se.

Respondendo àquilo que foi dito pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, este é um problema que ultrapassa em muito a questão do simples bloqueio do desaguamento das ribeiras, ultrapassa em muito a limpeza das mesmas. É um problema muito mais

de fundo que tem a ver com os arroteamentos em altitude e com a construção junto às margens das ribeiras, portanto os leitos de cheia.

O que nós temos que fazer é um processo muito complicado e muito caro, ou seja, para ordenarmos o nosso território teremos que fazer obviamente grandes obras e muitos realojamentos, porque há casas que estão, inaceitavelmente, feitas em locais que não são próprios para as construir.

É um problema de fundo e não pode ser atribuído directamente a este Governo nem a governos anteriores. É um problema que tem a ver com séculos de colonização, com o uso que fazemos do território e com factores naturais que para serem controlados exigem uma intervenção de fundo.

Presidente: Sr. Secretário, está no fim do seu tempo. Agradecia que terminasse.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

É o costume!

Os Srs. Secretários quando intervêm acabam o tempo e para as questões que colocamos aqui a resposta é sempre a mesma, ou seja, nada.

Falámos de determinados assuntos e o Sr. Secretário falou nas calamidades de São Miguel que todos nós lamentamos, mas não era a questão que estava em discussão.

Todavia, gostaria de dizer ao Sr. Secretário Regional da Economia, que fiquei sem perceber quando V. Exa. diz que o Presidente da EDA não percebe...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte). O Sr. Deputado é que não percebe nada de geotermia!

O Orador: Ah! Eu é que não percebo?!

Eu percebi é que o Presidente da EDA não percebia nada.

Sr. Secretário:

Eu percebo pouco de geotermia e não imagino que o Sr. seja um especialista sobre essa matéria. Não sei qual é a sua especialidade, mas julguei que o Sr. não fosse um especialista nesse assunto.

De qualquer maneira, Sr. Secretário, eu percebo uma coisa, ou seja, percebo que há um compromisso eleitoral assumido com os terceirenses e julgo que todos nós somos pessoas de palavra.

Há um projecto, há uma prioridade e foram os Srs. que a estabeleceram, não fui eu. Os Srs. é que escreveram o programa e distribuíram às pessoas.

Há estudos feitos, há investidores.

Porque é que não se avança com isso?

Porque razão o Sr. não falou antes sobre este assunto e só falou hoje?

Houve uma boa nota no meio disto tudo, ou seja, o Sr. vir dizer que estava disponível para vir falar com as pessoas, mas o Sr. Secretário só disse isso hoje. Eu nunca o ouvi dizer nesta Casa, porque a primeira vez que eu coloquei aqui a questão, o Sr. disse que não tinha percebido, tal como para as questões da educação.

Não sei se era intenção do Sr. Secretário Regional referir alguma coisa sobre aquilo que aqui trouxe.

Enfim, nós já nos vamos habituando. As respostas são as mesmas e, de resto, eu na minha intervenção já disse isso. Normalmente o tempo esgota-se ou então não perceberam, o que nos faz concluir que não sabem.

Sr. Deputado Almeida e Sousa:

Quanto àquilo que eu aqui referi relativamente à responsabilidade do PP, devo dizer-lhe que eu ainda fiquei mais esclarecido com a sua intervenção, porque eu não fazia a mínima ideia que o PP tivesse acolhido, nas suas primeiras intenções e vocações políticas, 50% do Governo aqui presente. Felicito-o por isso.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, gostei da intervenção do Sr. Secretário da Economia. De certa forma, ela foi teatral, de algum forma, poética, mas principalmente foi fictícia em tudo aquilo que disse.

Nós temos que recuar algum tempo e irmos ao programa deste Governo onde ao nível das medidas estruturais da economia, apontava a redução da energia, a

liberalização dos transportes marítimos de mercadorias, a abertura à iniciativa privada de algumas áreas de negócio que estavam a cargo ou das empresas públicas ou da própria administração regional.

A semana passada ouvimos, tanto o Sr. Secretário como o Sr. Presidente do Governo, afirmarem de novo a necessidade de ser reduzida a energia, a necessidade e o resultado que havia, neste momento, de abertura à iniciativa privada.

Eu queria dar aqui alguns exemplos.

Quanto à energia, nem vale a pena a gente falar nela, porque já se passou quase um ano e tudo continua na mesma.

No que se refere às privatizações, também não vale a pena falar nelas. Continua tudo na mesma, ou pelo menos, já não se ouve falar nesses assuntos.

Em relação à abertura da iniciativa privada, eu quero dar um exemplo do que significa na vossa visão a abertura aos privados em algumas áreas de negócio.

A EDA, neste momento, é presidida pelo antigo Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores que defendia uma série de áreas que existiam na área governamental que deviam ir para os privados.

Neste momento, como Presidente da EDA, concorre aos serviços dos telefones móveis, ou seja, uma empresa de capitais 100% públicos, concorre directamente com empresas que são de uma área em que a iniciativa privada é que devia de facto funcionar.

É esta a vossa visão. É a visão de uma pessoa que antes defendia uma coisa e, neste momento, é a visão de um Governo que defende uma coisa e permite outra.

Podemos falar aqui em mais algumas situações que o Governo defendia com grande vontade e que fazia parte das tais medidas estruturais.

Podemos falar na redução dos preços das tarifas da TAP e da SATA.

Tudo isto faz parte do vosso Programa de Governo.

Ultimamente os Srs. vão continuamente falando nestas questões, mas já se passou um ano e elas não sofreram nenhuma alteração.

Gostaria de dizer aqui que o discurso que o Sr. acabou de dizer nas várias áreas e o resultado que tem havido em termos de turismo, na prática, ninguém tem visto o resultado dessas situações.

Há apenas um discurso contínuo que é repetido de 3 em 3 meses e que é reafirmado como sendo uma intenção do Governo.

Por vezes e com o apoio de alguma comunicação social, até se dá a ideia de que essas medidas estão a funcionar em pleno, quando na realidade não estão.

Era apenas isto que gostaria de dizer.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Meneses*). Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não queria deixar de responder às questões colocadas pelo Sr. Deputado Joaquim Ponte. Se não o fiz na primeira intervenção foi porque o tempo não o permitiu.

Muito rapidamente, em relação ao programa que o Sr. Deputado referiu sobre apoio estomatológico em escolas, nós estamos a arrancar nesta altura com alguns programas piloto onde ele é possível. Nós queremos estendê-lo à generalidade das escolas da Região logo que os recursos humanos na área o permitam.

Lembro que o ano passado já se fizeram alguns programas piloto e que este ano já foram estendidos a toda a Região, como por exemplo as equipas multidisciplinares.

Em relação à questão que levantou do Gabinete da Zona Classificada de Angra e a questão do património mundial, eu mantenho a mesma intenção, ou seja, que a Câmara de Angra assumisse as suas responsabilidades nesta matéria.

Já que a Câmara de Angra não quis fazer, nós vamos ter que alterar a legislação.

Repare que há outras cidades portuguesas que são património mundial...

Deputado Joaquim Ponte (*PSD*): O IPAR

O Orador: O IPAR tem uma função de tutela. Aquela questão do dia-a-dia pode e deve ser feita pela Câmara.

Está a ser preparada uma proposta de decreto que virá a breve trecho a esta Assembleia e o Sr. Deputado poderá ver o que é que vai acontecer.

Este Governo não tem a intenção de deixar as coisas como estão, só que não vai alterar já, porque a Câmara para a qual o Sr. Deputado foi eleito presidente e agora deixou lá o seu sucessor, a única coisa que sabe fazer é, em vez de olhar para os seus problema, desviar atenções.

Quando as ruas da cidade estão esburacadas fala de geotermia, quando as coisas correm mal e há buracos por todo o lado diz que a Secretaria tem um buraquinho no Pátio da Alfândega e que é isso que está a destruir a cidade.

Deputado Norberto Messias (PS): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quando os problemas se complicam o que está a fazer falta em Angra é uma marina e assim por diante, em vez de resolver os problemas dos cidadãos que estão no seu âmbito de competência.

O que se passa nesta altura é que o diálogo com a Câmara de Angra nesta matéria como em muitas outras, infelizmente, tem sido um diálogo de surdos.

A única coisa que a Câmara de Angra sabe dizer a este Governo é que quer mais dinheiro. Competência, não quer, nem quer isto ou aquilo. Colaboração não existe e o que há é um atirar para o lado em manobras de diversão.

O que é que a Câmara de Angra tem feito nos últimos tempos?

Falar de geotermia, de marinas e não sei de quantas outras coisas que não são da sua competência?

Quando é que falou de pavimentos e de esgotos?

Nisso ela não fala!

O Presidente da Câmara de Angra agora já entra na área da segurança social e também quer fazer apoio a instituições, ou seja, quer fazer tudo menos aquilo que devia fazer.

Nós estamos fortemente empenhados em alterar a situação em Angra. Temos uma proposta de decreto que está feita e este problema não foi resolvido mais depressa, porque não houve a necessária colaboração.

Eu continuo disposto a dialogar com a Câmara de Angra e com todas as forças vivas, no sentido de encontrar uma solução equilibrada que permita que cada um de nós assuma as suas responsabilidades.

O Governo Regional não é Presidente da Câmara de Angra.

Eu sou Secretário Regional da Educação e portanto não posso estar a dar licenças para obrinhas na cidade de Angra. Quem deve fazer isso é o Presidente da Câmara.

O que é preciso fazer é garantir que a cidade de Angra, património mundial que muito nos orgulha, mantenha esse estatuto.

É preciso criar um conjunto de mecanismos que salvaguardem esse status, que garanta que a cidade de Angra se mantenha e é preciso que ela melhore, porque infelizmente há muitas dissonâncias a corrigir nessa cidade.

É preciso resolver esses problemas de forma a que, por um lado, os cidadãos tenham uma maior participação e eles têm através da sua Câmara, porque eles votaram directamente para a Câmara e Assembleia Municipal.

Estas matérias deviam ser agarradas pela Câmara de Angra com todo o empenho, mas esta prefere antes a geotermia, porque parece-lhe que é o mais fácil.

É esse o problema.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma resposta simples a uma pergunta directa.

O que é que se passa com o mercado do gado da Vinha Brava?

Foi adjudicado à Tecnovia a 18/8/1997 pelo valor de 23.317.699\$00, a fiscalização foi adjudicada à PROJECTANGRA.

Neste momento é essa a situação.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (*PSD*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Louvo a resposta do Sr. Deputado Fernando Lopes. Para uma pergunta concreta, respondeu com uma resposta concreta. Muito bem.

Penso que esse é que deve ser o comportamento e a atitude que o Governo Regional deve ter perante as propostas e as perguntas concretas dos Deputados desta Assembleia.

Um Governo sustentado por um partido que sempre elevou e sempre sustentou a necessidade do respeito absoluto por esta Assembleia, não pode ter o comportamento que tem tido até agora, ou seja, responder às questões concretas, aos problemas levantados pelos Deputados desta Assembleia no exercício da suas funções e do mandato que o povo lhes deu, com poesia, com rodeios, esquecendo-se deliberadamente das questões que lhe são colocadas.

Vou fazer umas perguntas muito concretas, nomeadamente ao Sr. Secretário da Economia e por consequência a resposta também deve ser concreta.

Deputado Victor Cruz (PSD): O Sr. Presidente do Governo deu ordem para estarem calados!

O Orador: O vosso Governo consignou ou não, num plenário, num conselho em Angra do Heroísmo, a Marina de Angra?

Se a marina de Angra era também um aborto técnico e de engenharia civil, como é que este Governo consignou uma obra, mesmo estando ela adjudicada anteriormente pelo Governo Social Democrata, porque os Srs. são tão responsáveis a partir dessa altura pela marina de Angra como o Governo anterior.

Os Srs. consignaram a obra.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Eu não consignei nada!

O Orador: Aliás, nem sequer precisavam de consignar a obra, porque isso até era competência da Junta Autónoma. Portanto, foram para além daquilo que deviam, mas passaram a ser responsáveis politicamente.

O que se pede é que os Srs. digam sim ou não.

Perante a questão da Marina de Angra, vejo um Deputado da sua bancada — e não cito o nome — dizer que a marina não vai ser em Angra mas sim na Praia. Mas então digam isso! Assumam!

Não assumiram!

Estamos num sim, num não, vamos à procura de uns barcos no meio da baía, agora é o parecer do IPAR, depois é o parecer da autoridade marítima.

Eu tenho 10 anos de administração pública e sei como é que se pode encravar qualquer iniciativa ou qualquer obra.

Os Srs. não ensinam nada nem enganam ninguém!

Os Srs. não têm vontade política de fazer a marina. Assumam isso!

E respondem:

"Nós não vamos fazer a marina mas vamos fazer um programa integrado de aproveitamento da baía e da cidade de Angra que vai custar 7 milhões de contos, ou seja, a gente não vai a Lisboa, mas vai querer ir a Marte!"

Os Srs. têm aqui uma questão concreta.

O programa para a baía de Angra, os tais 7 milhões de contos, só no ano 2020 é que vamos vê-los.

Quanto à geotermia, o Sr. Deputado Joaquim Ponte não tem que ser especialista em geotermia, como qualquer deputado desta Assembleia não tem que ser especialista, rigorosamente, de nada sobre qualquer matéria.

Deputado José Maria Bairos (PSD): O Sr. Secretário também não é especialista em nada!

O Orador: A função do Sr. Deputado Joaquim Ponte, nesta Casa, não é ser especialista, mas sim representante do povo dos Açores e colocar nesta Assembleia as questões que a população e os empresários na sua consciência levantam.

A resposta que o Sr. Secretário deu ao Sr. Deputado foi, no mínimo, deselegante!

Não é por aí que se anula um argumento de um adversário, não é por aí que se responde a uma questão.

Terceira e última questão:

Percebo agora, ao fim de 10 meses, porque é que na discussão...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Que profético!

O Orador: Calma, Sr. Deputado, porque o Sr. também actua nessa matéria.

Como estava a dizer, percebo agora ao fim de 10 meses porque é que o Governo, aquando da discussão do Plano, insistia tanto que a taxa de desemprego era 10%, contra as estatísticas oficiais do Serviço Regional de Estatística. Agora já percebo porque é.

A Deputada Berta Cabral já denunciou várias vezes com elementos científicos que a taxa andava à volta dos 5% e pouco tinha aumentado.

Os Srs. queriam que há 10 meses atrás, a taxa de desemprego nos Açores fosse 10% para o Sr. vir hoje dizer que é de 5,3%. Isso nós já sabíamos há 10 meses.

Muito obrigado.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Ponte.

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou dar por finda a minha participação neste debate, porque não gostaria de transformar, como aqui foi dito pelo Deputado Nuno Almeida e Sousa, a Assembleia Legislativa Regional em Assembleia Municipal de Angra.

Porém, quem trouxe este assunto à colação foi o Sr. Secretário Regional, de resto, com um mau gosto primoroso, porque me parece de muito mau gosto, para não dizer outra coisa, que o Sr. Secretário venha aqui atacar a gestão e os responsáveis de uma Câmara Municipal que nem sequer fazem parte deste plenário e como tal não se podem defender.

Na minha opinião, é uma atitude que tem a sua qualificação e que eu só não refiro para não me colocar ao mesmo nível que o Sr. Secretário, a meu ver, se colocou.

Todavia, Sr. Secretário, V. Exa. fala-me agora em experiências piloto na estomatologia para as criancinhas.

O que foi anunciado não foi isso. O que foi anunciado não foram experiências piloto. O que foi dito às pessoas, penso que demagógicamente e erradamente, foi de que as crianças até ao 9.º Ano de escolaridade iam ter cuidados de estomatologia gratuitos. Isso é que foi dito às pessoas, mas não é isso que está a acontecer.

Portanto, pergunto se os Srs. pretendem ou não levar à frente o que foi prometido e se todas as crianças dos Açores vão ser abrangidas, ao mesmo tempo, por este programa?

Pela resposta que o Sr. Secretário me deu, eu já percebi que não vão ser. Afinal não há estomatologia gratuita, há apenas experiências piloto que vão ser realizadas e aquilo que foi dito às pessoas, foi uma maneira de não falar inteiramente verdade e de iludi-las com coisas que acabam por não se realizar.

Antes de terminar, queria deixar o meu agradecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura — ele não está presente, mas gostaria que isto ficasse registado - pela resposta que me deu relativamente à questão que levantei e que para mim foi perfeitamente esclarecedora.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Estão presentes aqui três assuntos.

— **Marina**

Foi assinado um contrato pelo Governo anterior.

Na altura, o projecto ainda não tinha sido verificado no LNEC — irresponsabilidade.

O que foi decidido no Conselho do Governo em Angra, foi que o contrato era inoportuno, mas politicamente vamos avançar com a Marina de Angra.

No entanto, não podemos avançar com esta marina, sem passar por todas as etapas necessárias, ou seja, ensaios laboratoriais, bidimensionais e tridimensionais.

Os ensaios laboratoriais bidimensionais, originaram que o projecto fosse revisto três vezes.

Espero que percebam e entendam isto de uma vez por todas!

— **Geotermia**

Quanto à geotermia, é muito simples.

O que eu disse foi que a geotermia não pode ser analisada por técnicos que não percebam nada do assunto, mas sim por técnicos especialistas nesta área.

A fase B de São Miguel foi analisada por técnicos especialistas internacionais que chamámos para este efeito e todos os investidores que se reuniram comigo foram convidados a analisar este processo com técnicos especialistas. Foi isto que eu disse.

Não se faz avanços, tal como não se faz avanços para a marina, sem se perceber de que é que se está a falar.

Percebido?

Tem que se estudar primeiro, fazer o trabalho de casa. Não se assinam contratos sem se saber que projectos é que estamos a fazer, porque isso depois dá origem a indemnizações.

Foi por isso que foi bem dito no comunicado do Governo "inoportuna a assinatura do contrato".

— **Desemprego**

Quanto ao desemprego eu tenho aqui os números para os Srs. verem.

A população empregada em 1995, segundo os Serviços Regionais de Estatística, era de 86.930. Em 1996, passou para 89.017. E em 1997 para 90.777.

O desemprego baixou de 7,9 para 6,3 e agora para 5,3.

A taxa de inflação passou para 1,7. Nós estamos com a taxa de inflação mais baixa do país.

O consumo de cimento aumentou, está mais alto que 1992. São indicadores claros de que a economia dos Açores está a aumentar e a "aquecer".

A vinda do Partido Socialista para o poder não se transformou no caos como V. Exas. diziam, mas traduziu-se sim na estabilidade e na confiança dos empresários.

Nós estamos a levar a economia dos Açores a bom porto.

O turismo não está a descer, está a aumentar. Há confiança dos investidores.

É só isto que pretendia dizer.

Muito obrigado.

Deputado Victor Cruz (PSD): A Câmara de Comércio diz precisamente o contrário!

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Meneses): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Julgo que há pouco eu não esclareci muito bem.

Nesta questão da estomatologia, há duas questões a frisar.

Primeiro: a gratuitidade é para toda a gente, porque há reembolso a 100% para os cuidados dos alunos que estão na escolaridade obrigatória.

Aquilo que eu estava a falar era na ida de estomatologistas à escola para poderem terem um acompanhamento mais perto.

O Sr. tinha razão naquilo que disse, ou seja, a gratuidade é para todas.

Quanto à outra questão, infelizmente não pode ser para todos, porque não temos dentista.

Porém, estamos a caminhar nesse sentido.

Aquilo que se transmitiu foi aquilo que o Sr. repetiu há pouco, isto é a gratuidade.

Estamos esclarecidos quanto a essa matéria?

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Eu gostava de lhe pedir que quando fizesse afirmações as fizesse com o máximo de precisão possível.

O Sr. citou várias vezes o Governo anterior como entidade que adjudicou a obra da Marina de Angra.

Quero-lhe dizer que não foi o Governo anterior que adjudicou a obra da Marina de Angra, mas sim a Junta Autónoma do Porto de Angra.

A Junta foi autorizada pelo Governo para elaborar um projecto, adjudicar a obra e executá-la. É preciso clarificar este aspecto.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Grande diferença!

O Orador: Em segundo lugar, na minha vida profissional estive sempre ligado a obras.

Acompanhei algumas obras marítimas e, desde já, posso dizer-lhe que o que demora mais tempo numa obra marítima é o trabalho de baixo da água: os aterros e a construção do prisma de enrocamento. O que leva menos tempo a fazer é o muro-cortina, a protecção e o manto de protecção.

De todas as obras marítimas que eu conheço que foram feitas na Região, os ensaios laboratoriais foram feitos simultaneamente com o decorrer da obra, porque essa é a última fase e os ensaios podem decorrer perfeitamente.

Acompanhei várias obras do Porto de Angra e da Marina de Ponta Delgada, onde os ensaios decorreram simultaneamente com a construção e os aterros da parte submersa .

Não é necessário, em primeira instância, que a parte submersa seja testada. O que é preciso testar é o manto de protecção e o muro-cortina.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Meneses.

Deputado António Meneses (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Neste momento, ficámos a saber que, a partir de agora, as estatísticas oficiais dos Serviços Regionais de Estatística são as verdadeiras.

Há 10 meses atrás não valiam. Agora, passaram a valer.

Neste momento, estamos de acordo, porque para nós, as que valerem foram as dos Serviços Oficiais de Estatística.

Segunda observação:

Se hoje cair uma parede numa estrada qualquer, a culpa é do Governo Regional anterior. Foi a pesada herança dos Governos do PSD.

A inflação baixa, o desemprego diminui, a economia aquece, a economia está em progresso, o mérito ao fim de 10 meses é do Governo PS. O Governo anterior não teve nada a ver com isso.

(Risos da bancada do PSD)

Muito obrigado.

Eu já estou esclarecido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Vou responder directamente ao Sr. Deputado Jaime Medeiros.

O problema da baía de Angra é que ela é muito bonita.

Seis metros e meio de muro é muito diferente de três metros. Isso tem uma influência formidável na estética da baía e, por isso, quando se vai analisar um projecto e se diz que seis metros e meio têm que baixar para três metros e meio ou então aumentar

para sete metros e meio, como esteve no início para ser, tem uma influência grave e preponderante no projecto.

Se passasse para oito metros, a Marina de Angra desfejava totalmente a baía. Isto é fundamental.

A irresponsabilidade é ter assinado um contrato sem saber como é que ia ser aquele muro que tinha uma influência muito grande na estética da baía. O Sr. já percebeu?

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Eu já percebi há muito tempo!

O Orador: Quanto aos Serviços Regionais de Estatística, não se baralhe!

Se vamos utilizar os Serviços Regionais de Estatística, vamos utilizar antes e depois.

Deputado António Meneses (PSD): Antes eram 5,2%!

O Orador: Ouça!

Eu sei que 7,9% se calhar corresponde a 10% de desemprego. Depende da sondagem como é que é feita.

Só que para momentos iguais temos que utilizar os mesmos critérios.

Portanto, se vamos comparar 7,9, eu digo que é de 5,3%. Se compararmos com 10%, somos capazes de não ter 5,3, mas sim 6,5 ou 7%.

O que é um facto é que a economia está a aquecer. Isso é irrefutável!

Deputado Jaime Medeiros (PSD): E o mérito é só vosso!

O Orador: O mérito não é só do meu Governo, mas para os vendedores onde o Partido Socialista ia provocar o caos, parece que isso não aconteceu e o Partido Socialista está a provocar estabilidade e confiança dos empresários.

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Economia:

V. Exa. afirmou que o turismo estava a aumentar.

Dos dados que disponho relativos ao primeiro semestre...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): O primeiro semestre já acabou e já passou Julho, Agosto e Setembro. A diferença está aí!

O Orador: Os dados que estão disponíveis e são sobre esses que eu vou falar...

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Já há outros!

O Orador: Eu agradecia que mos fornecesse!

Mas para que aqui fique claro, relativamente ao primeiro semestre, de facto, há uma diminuição significativa quer do número de turistas, quer do número de dormidas que se cifra na ordem de 10 mil e de cerca de 5 mil turistas.

Eu fico a aguardar os seus dados estatísticos, mas tenho que lhe dizer que ainda ontem contactei com os Serviços Regionais de Estatística solicitando os últimos elementos que tinham, e eles disseram-me que eram justamente os relativos ao primeiro semestre de 1997.

Sr. Secretário Regional:

Desculpe-me que duvide do que acaba de dizer, mas restam-me muitas dúvidas que V. Exa. ou o Serviço Regional de Estatística já tenham pelo menos os elementos reais relativamente ao mês de Agosto.

Estamos a 10 de Setembro e por norma os dados não são enviados até ao dia 10 de Setembro.

Portanto, tenho dúvidas e permita-me que duvide da sua afirmação, mas de qualquer forma fico a aguardar esses elementos.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Madruga da Costa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu não tinha pensado intervir neste debate, mas há questões que, na minha opinião, não se pode ficar calado sob pena de certas e determinadas alturas nos tornarmos cúmplices nalguma situação que me parece menos séria.

Não sou de grandes letras.

Possivelmente inscrevo-me no rol daqueles que não sabem nada de nada ou que não percebem nada disto, uma linguagem nova que se introduziu nesta Casa para qualificar deputados.

Deputado Mark Marques (PSD): Cultura democrática!

O Orador: Em 20 anos, nunca a ouvi.

Foi preciso chegar um catedrático para que tivéssemos que ser todos submetidos a este pequeno vexame.

Apenas para registar isto.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Está registado!

Deputado Victor Cruz (PSD): Hão-de ir para a rua!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Economia:

Já lhe disse uma vez nesta Casa que o Sr. não tinha nenhuma necessidade de ceder à tentação da futilidade e das coisas menos próprias. O Sr. Secretário insiste ir por esse caminho, é o seu caminho.

No que se refere à questão que referiu da Marina de Angra, Sr. Secretário, temos que ser sérios.

Não se pode levantar a suspeita de que tecnicamente há um projecto que está mal feito, que está elaborado e até mesmo com pouca estabilidade, e a seguir, para defender esse ponto de vista, levantar um problema de ordem ambiental e de ordem estética. Esse problema nunca esteve em causa. O que esteve em causa foi um projecto que tivesse 5, 10, ou 20 metros. Estava feito por uma empresa que tem credibilidade e que ao longo dos anos trabalhou nesta Região.

Essa empresa tem tanta credibilidade, Sr. Secretário, que lhe leio aqui uma pequena prosa, sem ser poética e que diz assim:

"A Empresa ..." — não vou citar o nome para evitar publicidades— "... oferece uma proposta credível para a elaboração do projecto de reabilitação do referido molhe e tendo em conta a aptidão técnica, socialmente comprovada da empresa em estudos desta natureza sendo a **única entidade** que poderá assegurar de imediato o fornecimento do referido estudo.

Assina: Duarte José Botelho Ponte".

Sr. Secretário:

A gente não pode dizer ao mesmo tempo que tudo o que se diz aqui está mal e que tudo o que se diz daí está bem!

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Também sabe!

O Orador: A rapaziada daqui — permita-me o plebeísmo, Sr. Presidente — embora com poucos conhecimentos em algumas matérias, sempre tem a 4.^a classe.

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

De certo modo já passou a oportunidade em relação àquilo que eu ia dizer.

De qualquer forma queria também registar aqui o meu apreço, pelo facto de ao fim de 10 meses, o Sr. Secretário da Economia, representando o Governo, reconhecer que a taxa de desemprego deve ser aquela que é apurada pelo Serviço Regional de Estatística, depois de longas discussões tidas nesta Casa e muitas delas entre mim e o próprio Presidente do Governo.

Desde o programa eleitoral até ao programa do próprio Governo, incluindo também todas as referências e tudo aquilo que aqui foi dito nesta Casa, ou seja, que a taxa de desemprego era 10% e até mesmo superior a essa percentagem, fico muita satisfeita em ver o Sr. Secretário da Economia dizer que nos finais de 96 era de 7,9%, no primeiro semestre era de 5,6, que em finais de 95 era de 7,9%, que em finais de 96 era de 5,6%, no primeiro semestre era de 5,5% e que agora é de 5,3%.

Deputado António Meneses (PSD): Sempre dissemos isso aqui!

A Oradora: Fico muito satisfeita, porque só vem confirmar aquilo que eu sempre disse nesta Casa e, infelizmente, com calorosas discussões que todos se recordarão.

Apesar desta discussão não andar à volta nem da inflação, nem da taxa de desemprego, nem do aquecimento ou arrefecimento da economia, é justo reconhecer que tudo aquilo que se está a passar na economia em 1997 são efeitos induzidos dos anos anteriores.

Se o próprio Governo da República ainda reconhece, quer em relação aos critérios de convergência, quer em relação ao crescimento do Produto Interno Bruto e também em relação a todos os indicadores macroeconómicos que aquilo que se está a passar no país tem a ver com o trabalho desenvolvido nos últimos 10 anos, penso que é de elementar justiça esta Casa reconhecer que aquilo que se está a passar hoje são efeitos induzidos não exclusivamente de 96, mas de todos os anos que precederam o ano de 1997.

Esta é a verdade para qualquer economista e, Sr. Secretário, por muito que lhe custe, disso percebo eu.

Desculpe a falta de modéstia, mas penso que a sua atitude em relação a um colega meu não foi correcta e esta é a forma que eu tenho de o retribuir.

Em relação à última questão que o Sr. Deputado Madruga da Costa acabou de ler, eu até iria mais longe.

Aquilo que o Sr. Deputado Madruga da Costa acabou de ler é uma adjudicação de uma obra que além do valor base, atribui a cada técnico ajudas de custo na ordem dos 180 contos por dia.

Muito obrigado.

Deputado António Meneses (PSD): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Em relação à questão do Sr. Deputado Madruga da Costa, ou seja, a marina de Angra, eu penso que isso já ficou bem esclarecido.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Não está, não senhor!

Deputado Madruga da Costa (PSD): O Diário das Sessões há-de esclarecer!

O Orador: Em relação à firma, de facto é uma firma idónea.

Não está em causa o problema da construção do muro da marina. Eles sabem fazê-lo.

O problema que se coloca é um problema de estética.

Se aquele muro tivesse 7 ou 8 metros, não ficaria bem na baía de Angra e isto é que esteve em causa.

Deputado Madruga da Costa (PSD): Essa opção foi vossa!

O Orador: Ó Sr. Deputado Madruga da Costa, ouça!

O que esteve em causa foi a passagem do muro de 6 metros e meio para 8 metros. Percebeu?!

Isto desfejava a baía de Angra, porque ficava acima da rua que circundava a baía e o muro tapava a vista que dá para a baía de Angra.

Isto esteve em causa, porque as pedras que estavam no interior saíam com ondas de 6 metros. Por isso foi preciso modificar totalmente o projecto.

Na altura, esteve em causa o próprio projecto.

Se fosse uma obra em qualquer outro lugar, não haveria problema nenhum.

Como o Sr. Deputado Jaime Medeiros disse, durante a obra pode-se ir mudando o projecto, mas naquele caso de Angra, aumentar o muro seria tornar o projecto inviável.

Em relação à Dra. Berta Cabral, é evidente que estamos a ter efeitos positivos tal como a Sra. teve efeitos negativos em 92. É evidente.

Foi o descalabro financeiro de 92 que originou a crise de 95 e todos percebem isso.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos regressar à inscrições.

Porém, informo que já estamos no período de prorrogação.

Para uma intervenção tem a palavra a Sra. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As Instituições Privadas de Solidariedade Social, onde as Misericórdias se incluem, têm tido ao longo da história um papel mais ou menos pronunciado, conforme as épocas e o respectivo contexto sócio-político.

Ao que tudo indica, estamos nestes últimos anos, a entrar num novo ciclo de protagonismo dessas Instituições, cabendo-lhes um papel complementar ao estado, nas actividades de cariz social, sendo por isso, também, financiadas pelo próprio Estado, para que possam prosseguir com as suas acções.

Essas Instituições têm sustentado as suas actividades com o trabalho voluntário de inúmeros cidadãos que decidem oferecer a mais nobre das dádivas que um ser humano pode dar ao outro, que é a sua solidariedade objectivada no acto solidário.

Para se compreender o trabalho voluntário em geral e a sua particularidade em Instituições como as Misericórdias, teremos de reflectir sobre a evolução das sociedades e o trabalho dos seres humanos nesses mesmos contextos.

Assim, se pensarmos juntos, o fenómeno da entreaajuda só é uma característica exclusiva do ser humano, enquanto comportamento autoconsciente a que atribuímos um juízo de valor positivo, mas não é uma característica primária da sociedade humana, já que a sua equivalência pode ser encontrada noutras espécies de sociedades, e que tem a ver com a sobrevivência da própria espécie.

Quando um animal põe em marcha o seu comportamento instintivo agressivo na defesa do território, e o faz em nome da vida recolhendo alimentos para o grupo, com certeza que está a ser solidário. Essa "solidariedade e partilha" de cuidados, observadas em sociedades animais, teve, como é compreensível, no homo sapiens, uma evolução sócio-cultural relacionada com o tipo de economia a que estava sujeita essa sociedade.

Na nossa cultura ocidental, judaico-cristã, em tempos anteriores à revolução industrial prevaleciam as atitudes de ajuda nas/e entre famílias, e na comunidade, as de entreajuda de vizinhança.

Essas atitudes, consubstanciadas em trabalhos de cuidados em geral e de saúde em particular, têm subsistido através da mulher, como parte integrante dos cuidados ministrados por ela à família, no domínio do trabalho doméstico.

Quanto à Assistência Pública, as suas Instituições foram surgindo por todo o País ao longo da história, e nos Açores, iniciaram-se com o povoamento, na sua grande maioria relacionadas com a ideologia cristã sobre o valor moral da caridade, como tão bem é explicitado por Urbano de Mendonça Dias no seu livro "Assistência Pública no Distrito de Ponta Delgada" (1940), onde descreve um "Estudo sobre as casas de beneficiência das Ilhas de Santa Maria e S. Miguel do Arquipélago dos Açores, desde a sua Colonização".

Com a revolução industrial dar-se-ão mudanças profundas nas sociedades, passando o trabalho individual/industrial a sobrepor-se ao familiar/rural; a mulher começou a sair de casa e a participar nessa mudança integrando-se nas actividades que passam a ser valorizadas pela mais valia que geravam, traduzindo-se num soldo a receber e, assim, lenta e progressivamente o trabalho passa por transformações de conceito e valor.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O **princípio** de que o trabalho deve ser "correctamente" pago de acordo com um valor justo que lhe deveria ser atribuído, com o passar do tempo foi sendo substituído pelo **princípio** em que se passou a valorizar o indivíduo em função do dinheiro que o seu trabalho lhe oferece. O excessivo individualismo que este novo princípio tem acarretado e o conseqüente aparecimento, nas nossas sociedades de

respectivas contradições dessa evolução sócio-económica, tem levado a que grupos, quer de laicos quer religiosos, comecem a repensar a solidariedade e entreajuda como possível "bálsamo" para alguns aspectos pontuais dessas contradições.

Assim, e independentemente de quaisquer raízes mais profundas de todos esses fenómenos e soluções com elas relacionadas, e que não pertencem à esfera do meu saber, nem ao âmbito desta intervenção, as reacções por parte das comunidades relativamente a falhas do sistema quanto às perdas das qualidades ancestrais de entreajuda e solidariedade, têm levado ao aparecimento de diferentes movimentos em que, o trabalho voluntário se salienta como um exemplo. Este, começa a ser re(valorizado) como um bem em si, independentemente das mais valias produzidas e é neste conceito que é inovador e se deve manter.

As Misericórdias e outras Instituições de Solidariedade Social, enquanto Instituições que oferecem cada vez mais serviços e mais diferenciados, estão numa encruzilhada e risco, por força das suas próprias evoluções, porque da mesma forma que o progresso e a eficiência necessários ao nosso tempo estão a conduzir a um esvaziamento progressivo da Solidariedade, a evolução de algumas das Misericórdias poderão estar já a correr o mesmo risco.

Com isto, não queremos dizer que não devam existir reajustamentos às novas exigências e responsabilidades com que essas Instituições se vão deparando. Perante o volume de valores, tanto em património como em numerário, com que muitas delas já se confrontam, às famílias são-lhes exigidas competências técnicas e gestões responsáveis para que, a lisura e transparência, contribuam também, para a manutenção do prestígio que essas Instituições têm merecido ao longo do tempo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os homens e as mulheres que contribuem com o seu trabalho voluntário para que outros homens e mulheres sejam seres humanos de pleno direito, e mais solidários entre si, estão a colaborar para que tenhamos uma sociedade mais justa e equilibrada, o que quer dizer mais humanizada.

Estão a contribuir, também, para que a sociedade se aperceba do significado e importância do trabalho voluntário, não só pelo seu efeito prático mas ainda, como uma achega às mudanças desejadas, transformando-se, talvez, num novo

valor em estado nascente.

Tenho Dito.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A época do ano em que os Açores são mais procurados por turistas está a terminar.

Os resultados obtidos ainda não são conhecidos oficialmente, mas pelo que se lê, ouve e vê na comunicação social, os hotéis, residenciais, e até residências particulares estiveram praticamente cheios, tendo os transportes marítimos e aéreos uma boa ocupação. É provável que melhore para o próximo ano o número de turistas, fazendo com que as operações iniciadas este ano a nível interno se tornem mais rentáveis.

Ao nível do transporte aéreo teremos que realçar, como factor negativo, a greve da TAP que ocasionou cancelamentos de voos e de reservas nas unidades hoteleiras da Região. Esta situação certamente vai incentivar a SATA a expandir-se ainda mais para a Europa, incluindo Portugal Continental. Se estas operações se vierem a realizar, mesmo em regime de charter, e se as mesmas forem operações que transmitam aos operadores e agentes de viagem confiança e a garantia da realização a tempo e horas de voos programados, isto poderá influenciar positivamente na vinda de mais pessoas.

Sabemos o quanto é necessário a redução dos custos das passagens, mas é igualmente importante garantir o transporte **para e da** Região, sendo por conseguinte inevitável o aumento dos voos da SATA para o exterior, transportando desde a origem aqueles que nos querem visitar. É impossível realizar esta pretensão sem a aquisição de um novo avião que opere nos novos percursos, pelo que no nosso entender tal facto deverá ser ponderado.

A liberalização do espaço aéreo está à porta e a SATA tem que estar preparada, quer em equipamento quer em meios humanos, para vir a ser no futuro a companhia escolhida para operar na rota dos Açores.

Tudo o que aqui afirmei não significa que a TAP não nos tenha servido bem, em qualidade de serviço e segurança, e isto deve ser reconhecido. O que não pode acontecer é não termos alternativas, quando algum percalço acontece à transportadora nacional, como foi o caso da greve.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este verão, a partir do dia 16 de Agosto do corrente ano, Santa Maria teve o privilégio, depois de passados 20 anos, de usufruir de carreiras regulares marítimas de passageiros que permitiram aumentar o número de visitantes à Ilha, principalmente os provenientes da ilha vizinha de São Miguel em condições mais económicas e mais atractivas.

Foi bastante agradável verificar um sem número de pessoas nas praias, nos restaurantes, nos taxis, como já não víamos há alguns anos. A implementação do transporte marítimo veio dar uma nova esperança ao comércio local.

A experiência foi válida e só foi possível graças à vontade política demonstrada pelo Secretário Regional da Economia.

Durante o já referido mês de Agosto foram realizadas 24 viagens, tendo os dois barcos rápidos, o "Independência" e o "Japetos" transportado 2.738 passageiros, que adicionados aos 10.990 que a SATA transportou nos meses de Julho e Agosto, mais aqueles que viajaram nos voos charter da Azores Express que foram na ordem de 1.296, totalizam 15.024 pessoas que embarcaram e desembarcaram em Santa Maria, desde 26 de Junho a 31 de Agosto, o que é deveras significativo.

O reinício das operações marítimas de transportes de passageiros para e de Santa Maria, depois do desaparecimento dos velhos e saudosos "Arnel" e "Cedros", foi muito positivo. E se temos de apontar algo de negativo, só podemos dizer que para o ano as viagens devem começar mais cedo. Se o barco é ou não apropriado, é um assunto que deve ser visto por técnicos, mas julgo que na época de verão o "Japetos" serve perfeitamente para fazer o transporte marítimo de passageiros entre as duas ilhas, mesmo correndo o risco de algum dia cancelar a viagem até que seja

encontrado o barco ideal. O que não podemos concordar é que haja alguém que ponha em causa a existência deste tipo de transportes, porque este tipo de transporte serve para as pessoas que não têm possibilidades financeiras de se deslocarem na SATA, por ser mais dispendiosa e terão possibilidades de conhecer as restantes ilhas se utilizarem os transportes marítimos.

A todos os que tentaram anteriormente denegrir operações deste género, aconselho a que não o façam agora, porque para Santa Maria e São Miguel a experiência foi positiva e não merece de modo algum ser posta em causa.

Pelas razões atrás apontadas e pelos números aqui referidos, julgamos que vale a pena insistir no transporte marítimo, pois é inquestionável que ele é essencial para o desenvolvimento económico de Santa Maria, por permitir a venda de produtos marienses e aumentar por conseguinte as receitas na maioria dos sectores económicos da Ilha.

Em nome dos marienses, em nome dos empresários ligados a diversos sectores, em especial aos que estão ligados à hotelaria e à restauração, o nosso muito obrigado ao Governo Regional da responsabilidade do PS, que ao invés dos anteriores do PSD, conseguiu com esta operação e com outras acções, transmitir uma maior confiança aos marienses. **Na verdade os nossos governantes não estão a fazer mais do que o seu dever, mas sem dúvida estão a fazê-lo em menos tempo e em melhores condições que os anteriores Governos.**

A vinda à Ilha de Santa Maria de um maior número de pessoas a que não estávamos habituados, trouxeram também alguns embaraços que nos próximos anos devem ser eliminados. Refiro-me ao melhoramento na recepção dos passageiros no porto, com a aquisição de escadas que possibilitem um melhor acesso e ao apoio à realização de actividades fora dos períodos tradicionais, organizadas por associações e entidades diversas, desde que essas actividades sejam de índole cultural, recreativa e desportiva e que o objectivo seja o de atrair pessoas que com a sua presença dinamizarão o tecido comercial, que no caso de Santa Maria bem precisa.

Para que tudo corra bem, é necessário que as entidades e associações marienses se empenhem cada vez mais na realização de novos acontecimentos nos meses de Julho

e Setembro, eventos esses que cativem os açorianos e que devem ser apoiados pelo Governo Regional tal como aconteceu até agora.

Eu estou convicto que os marienses saberão responder ao desafio.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS e Governo)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Medeiros.

Chamo a sua atenção para o tempo que dispõe, ou seja, 2 minutos e 15 segundos.

Deputado Jaime Medeiros (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer ao Sr. Deputado José Humberto Chaves que os Governos anteriores também se dedicaram a essa tarefa e o ano passado só não houve barco, porque a Inspeção Geral de Navios "chumbou" o barco que era precisamente equivalente a este que agora está a prestar serviço.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não vou pôr em causa a importância do transporte marítimo entre as ilhas e neste caso entre as Ilhas de São Miguel e Santa Maria.

Simplesmente vou relevar aqui alguns aspectos da intervenção do Sr. Deputado José Humberto Chaves.

A 16 de Agosto, antes de se iniciar a operação, os hotéis de Santa Maria já estavam cheios. É uma constante e todos nós sabemos que o mês de Agosto é o mês em que há maior procura em termos de pessoas, porque há diversos eventos na ilha.

Quando se fala em turismo, a nossa aposta deve centrar-se num tipo de transporte desta natureza e deve-se proporcionar a deslocação das pessoas de forma a que cheguem à ilha e que a mesma tenha capacidade de resposta em termos de alojamento e em termos da restauração.

Durante 5 ou 6 dias, o volume de pessoas que entrou, através do transporte marítimo, foi grande e exerceu uma grande pressão nas infraestruturas de restauração e de serviços ligados ao turismo e todas elas tiveram grande dificuldade em responder.

O que resultou daí foi uma baixa de qualidade e nalguns casos até originou a falta de resposta, porque segundo a apreciação do turista — e quando digo **turista** refiro-me ao verdadeiro turista, aquele que vai para um local e procura transporte, alojamento e alimentação — em termos globais, depois de toda esta movimentação concentrada apenas numa semana, foi que o serviço não era bom, não havia grande capacidade de resposta, porque esperavam cerca de duas ou três horas num restaurante para ser servida uma refeição, fosse almoço ou jantar.

Em termos ambientais e de limpeza das zonas, inclusivamente das zonas onde esta pressão se exerceu mais porque decorria o festival Maré de Agosto, sofremos algumas críticas.

Portanto, o cuidado que devemos ter aqui é o de não continuar a apostar nisto, porque depois, a publicidade que pode ser feita contra estas situações, pode ser mais prejudicial àquelas pessoas que pretendem ir lá utilizando o transporte marítimo.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que abreviasse porque o seu tempo já terminou.

O Orador: Terminou já, Sr. Presidente.

A experiência tem que continuar, mas o problema principal de Santa Maria e julgo que da maior parte das ilhas desta Região, é o problema da sazonalidade.

Esta operação tem que começar muito mais cedo e devem escolher um tipo de barco que não funcione durante 15 dias, mas um barco que funcione o ano inteiro e proporcione a ida de pessoas à Ilha de Santa Maria de forma a que os empresários se possam dimensionar e possam responder melhor a uma situação quando a pressão for maior. Esta deve ser a preocupação principal.

No entanto, como experiência funcionou.

O barco, conforme aqui foi dito, não é o ideal para aquela operação.

No passado Domingo, eu cheguei ao aeroporto de Santa Maria e estavam 14 pessoas para regressar na SATA, porque tinham que se apresentar no emprego na Segunda-Feira de manhã e o barco não foi àquela ilha.

Houve diversos cancelamentos e temos que ter a coragem de dizer que aquele barco não é o ideal e apostar num que tenha as condições adequadas ao nosso mar.

Aquele barco não está preparado para enfrentar o mar dos Açores.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Deputado Jaime Medeiros:

Eu sei perfeitamente que o ano passado tentaram. Porém, não conseguiram.

Nós tentámos e conseguimos. Aí está a única diferença.

Sr. Deputado José Maria Bairos:

Eu já sei que os hotéis estavam cheios no dia 20. Todos sabemos.

Provavelmente, se tivessem iniciado as viagens mais cedo, poderíamos ter tido mais gente.

Eu estou inteiramente de acordo e, aliás, eu disse isso.

Porém, nós, os marienses, é que temos que discutir os nossos problemas e tentar resolver essas questões com que nos deparamos.

Nós precisamos de ter mais capacidade hoteleira, a restauração tem que ser bem organizada, etc., etc....

Todos nós temos que fazer isso e temos, acima de tudo, que criar mais eventos fora do mês de Agosto, como por exemplo no mês de Julho ou provavelmente iniciar no feriado municipal a 24 de Junho apostando mais nele.

Temos que fazer outro tipo de festas. Provavelmente teremos que reanimar as festas da paróquia.

Tudo isso deve ser feito e julgo que estamos mais ou menos de acordo em relação a isso.

Eu julgo que a aposta no turismo tem que continuar.

Neste momento, o JAPETOS apesar de não ser o barco ideal, serve-nos, já nos serviu apesar de ter havido alguns cancelamentos que não foram muitos. A SATA também cancela.

Eu não concordo de forma alguma que se acabe com esse transporte e espero bem que não hajam pessoas com essa intenção.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Ninguém afirmou que era para acabar!

O Orador: Eu não estou a dizer que disse ou não disse, mas espero que não hajam pessoas que vão por esse caminho, porque é muito mau para Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Com estas explicações encerrámos este ponto da nossa ordem de trabalhos.

Antes de entrarmos na ordem do dia, vamos fazer um intervalo até às 18.15 horas.

(Eram 17.50 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeço a vossa colaboração no sentido de retomarem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos que já estão interrompidos para além do prazo que inicialmente tinha sido previsto pela Mesa.

(Eram 18.30 horas)

Vamos passar ao Período da Ordem do Dia e ao seu primeiro ponto, ou seja, a leitura e possível discussão dos relatórios das Comissões Permanentes ao abrigo do Artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Para iniciar a leitura do Relatório da Comissão de Organização e Legislação, tem a palavra o seu relator.

Deputado Aires Reis (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Organização e Legislação a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1997)

CAPÍTULO I

Introdução

1 - A Comissão de Organização e Legislação é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista

Deputados — António Loura, António Gomes, António Silva Melo, Guilherme Sousa, José Nascimento Ávila e Manuel Herberto Rosa.

b) Do Partido Social Democrata

Deputados — Aires Reis, José Avelar Nunes, José Francisco Fernandes, Jorge Valadão dos Santos, Victor Cruz e Humberto Melo

c) Do Partido Popular

Alvarino Pinheiro.

CAPÍTULO II

Generalidades

No Ante-Período legislativo de Setembro de 1997, a Comissão reuniu no dia 8 de Setembro, na Horta, na Sede da Assembleia Legislativa Regional e nos dias 29 de Julho e 5 de Agosto em Ponta Delgada.

CAPÍTULO III

Trabalhos realizados

Nos termos previstos na alínea j) do artigo 56º do Regimento, a Comissão emitiu parecer sobre:

1. Projecto de Lei que revoga e substitui o Estatuto do Direito de Oposição;
2. Projecto de Lei que altera a "Audição dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas";
3. Proposta de Resolução que aprova o "Orçamento da Assembleia Legislativa Regional para 1998".

CAPÍTULO IV

Trabalhos Pendentes

Estão pendentes as seguintes propostas:

1. Proposta de Resolução que "aprova a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional, relativa ao ano de 1996";
2. Proposta de Resolução que "altera o Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores".
3. Proposta de Resolução sobre "utilização de papel reciclado na Assembleia Legislativa Regional".

Horta, 8 de Setembro de 1997.

O Relator, *Aires Reis.*

Aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Humberto Melo.*

Presidente: Vai seguir-se a leitura do relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Xavier.

Deputado Francisco Xavier (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1997)

CAPÍTULO I

Generalidades

1 - A Comissão de Política Geral e Assuntos Internacionais é constituída pelos seguintes deputados:

a) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Deputado Manuel da Silva Azevedo (*Presidente*)
- Deputado Francisco Xavier Araújo Rodrigues (*Relator*)
- Deputado João Manuel Bettencourt Cunha
- Deputado Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
- Deputado José Maria Bairos

b) Do Partido Socialista (PS)

- Deputada Maria da Natividade Medeiros da Luz (*Secretária*)
- Deputado Carlos Alberto da Costa Fraga
- Deputado João Carlos do Couto Macedo
- Deputado José Humberto de Medeiros Chaves
- Deputado Rui Pedro Lopes Machado Ávila

c) - Do Partido Popular (PP)

- Deputado João Maria Fraga Greves
- Deputado José António Mendes Ferreira Monjardino

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Deputado Paulo António de Freitas Valadão

2 - Faltou justificadamente nas reuniões de 3, 4 e 5 de Setembro o Senhor Deputado Francisco Xavier Rodrigues.

3 - Nos mesmos dias os Deputados Carlos Fraga do PS, José Maria Bairos do PSD e João Fraga Greves do PP foram substituídos, respectivamente, pelos Deputados Francisco Oliveira, António Meneses e Alvarino Pinheiro.

4 - Por efeito de suspensão de mandato do Deputado José António Monjardino assumiu funções o Deputado Nuno Alberto Almeida e Sousa tendo estado presente nas reuniões já referidas.

CAPÍTULO II

Trabalhos Realizados

1 - Na reunião de 3 de Setembro, na Delegação da A. L. R. A em Angra do Heroísmo, procedeu-se à eleição da Mesa da Comissão conforme o artº 5 do Regimento da mesma. Foram eleitos, por unanimidade, os mesmos deputados da Sessão legislativa anterior.

Manuel da Silva Azevedo - **Presidente** (*PSD*):

Francisco Xavier Rodrigues - **Relator** (*PSD*):

Maria da Natividade Luz - **Secretária** (*PS*).

2 - No mesmo dia 3 de Setembro a Comissão emitiu parecer sobre o Projecto de Decreto-Lei que "regulamenta o Concurso de recrutamento para os cargos de Director de Serviços e Chefe de Divisão" e no dia 4 sobre o Projecto de Decreto-Lei que "regulamenta as condições de atribuição de suplementos de risco, penosidade e insalubridade".

3 - Na reunião de 3 de Setembro a Comissão decidiu:

- Tomar conhecimento dos pareceres dos parceiros sociais relativos ao Projecto do DLR do PCP sobre a Remuneração Complementar, tendo decidido emitir parecer na próxima reunião, de modo a que seja presente à Mesa da Assembleia a tempo de ser agendado para a reunião plenária de Outubro.

- Apreciar a Petição dos Proprietários de estabelecimentos de "Tabernas e Botequins" que pretendem uma alteração ao regulamento policial da RAA, tendo decidido ouvir sobre o assunto diversas entidades.

- Propor à Mesa da Assembleia a conversão em Ante-Proposta de Lei, a ser presente à Assembleia da República, do Decreto Legislativo Regional que pretendia alterar a Lei 8/93, de 5 de Março (Regime Jurídico da criação de freguesias) entretanto julgado inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

- Não apreciar, por ora, a Proposta de Decreto Legislativo Regional- "Criação de Centros Operacionais de Emergência de Protecção Civil a nível regional e municipal", acedendo a um pedido do Governo.

- 4 - Nos dias 3, 4 e 5 de Setembro a Comissão ouviu, no âmbito da apreciação da Proposta de Resolução do PP sobre "Insegurança nos Açores";
- Directora do Núcleo dos Açores do Instituto de Reinserção Social (Dra. Maria de Lourdes Machado Faria).
 - Procurador da República do círculo Judicial de Angra do Heroísmo (Dr. Manuel Portugal Azevedo)
 - Vice-Presidente da Direcção da Câmara de Comércio e Ind. dos Açores (Ildeberto Rocha)
 - Presidente do Instituto de Acção Social (Dr. Sérgio Ávila)
 - Presidente da Direcção da Associação de Municípios da R.A. dos Açores (Dr. Manuel Arruda)

CAPÍTULO III

Trabalhos Pendentes

- Projecto de Decreto Legislativo Regional do PCP - Remuneração Complementar
- Proposta de Resolução do PP — Pronúncia, por iniciativa própria, perante o Governo da República, sobre o fenómeno da insegurança nos Açores.
- Petição dos proprietários de estabelecimentos de "Tabernas e Botequins"
- Alteração do Regulamento Policial de RAA.

Angra do Heroísmo, 5 de Setembro de 1997

O Relator, *Francisco Xavier Rodrigues.*

O Presente relatório foi aprovado por unanimidade

O Presidente, *Manuel da Silva Azevedo.*

Presidente: Vamos passar à leitura do relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais.

Tem a palavra a Sra. Deputada Fátima Sousa.

Deputada Fátima Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos termos do artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1997)

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais é constituída pelos seguintes Deputados:

a) Do Partido Socialista (PS)

- Francisco Sousa
- Luís Machado Resendes
- Maria de Fátima Sousa
- Maria Fernanda Mendes
- Norberto Messias

b) Do Partido Social Democrata (PSD)

- Ana Carolina da Silva
- António Meneses
- Aurélio da Fonseca
- Mark Marques
- Sidónio Bettencourt

c) Do Partido Popular (CDS/PP)

- João Greves
- José Monjardino

d) Do Partido Comunista Português (PCP)

- Paulo Valadão

2. A Mesa da Comissão tem a seguinte composição:

Presidente - Maria Fernanda Mendes (PS)

Relatora - Maria de Fátima Sousa (PS)

Secretário - Aurélio da Fonseca (PSD)

3. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais reuniu nos dias 25 e 26 de Junho e no dia 22 de Julho de 1997, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

Nos dias 27 e 28 de Junho, participou na "Reunião Regional sobre a Doença do Machado Joseph" no Anfiteatro C da Universidade dos Açores em Ponta Delgada.

Nos dias 13 e 21 de Agosto de 1997 reuniu, a Subcomissão, na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

Na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores em Angra do Heroísmo, reuniu a Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais, nos dias 1, 2 e 3 de Setembro. No dia 9 de Setembro de 1997, reuniu na Sede da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

4. No dia 25 de Junho de 1997 estiveram presentes todos os deputados da Comissão, com excepção dos deputados Francisco Sousa, Maria de Fátima Sousa (P.S.), Mark Marques (P.S.D.), que foram substituídos por Natividade da Luz, João Forjaz Sampaio (P.S.), Francisco Xavier (P.S.D.), respectivamente.

Os deputados José António Monjardino e João Greves (P.P.) faltaram justificadamente.

5. No dia 26 de Junho de 1997 estiveram presentes todos os deputados da Comissão, com excepção dos deputados Maria de Fátima Sousa, Norberto Messias (P.S.), Mark Marques (P.S.D.), que foram substituídos por João Forjaz Sampaio e Carlos Fraga (P.S.) Francisco Xavier (P.S.D.), respectivamente.

O deputado João Greves (P.P.) faltou justificadamente.

6. No dia 22 de Julho de 1997 estiveram presentes todos os deputados que constituem a Comissão, com excepção dos deputados Fernanda Mendes e Norberto Messias (P.S.), António Meneses e Mark Marques (P.S.D.), que foram substituídos por João Forjaz Sampaio, Vasco Cordeiro (P.S.), Berta Cabral e Victor Cruz (P.S.D.), respectivamente.

7. No dia 13 de Agosto de 1997, estiveram presentes todos os deputados que constituem a Subcomissão com excepção do deputado Aurélio da Fonseca (P.S.D.), que faltou justificadamente.

8. No dia 21 de Agosto de 1997, estiveram presentes todos os deputados da Subcomissão com excepção do deputado Paulo Valadão (P.C.P.) que faltou justificadamente.

9. Nos dias 1, 2 e 3 de Setembro estiveram presentes todos os deputados que constituem a Comissão, com excepção dos deputados Ana Carolina Silva (P.S.D.) e Nuno Barata (PP) que se fizeram substituir, respectivamente, por Jorge Valadão (P.S.D.) e Alvarino Pinheiro (P.P.).

10. Na reunião do dia 9 de Setembro estiveram presentes todos os deputados da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais.

CAPÍTULO II

TRABALHOS REALIZADOS

1. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais nos dias 25 e 26 de Junho de 1997, apreciou os seguintes diplomas:

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 15/97 - "Regime de apoios a conceder pela Administração Regional Autónoma dos Açores às entidades ou indivíduos que promovam iniciativas destinadas à juventude";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 16/97- "Criação da Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 17/97 - "Criação do Conselho Regional para a integração e cidadania";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 18/97 - "Regime de apoios a conceder a actividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região".

Foi deliberado proceder à audição do Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais e solicitar pareceres aos parceiros sociais sobre cada um dos referidos diplomas.

Foi ainda apreciado e elaborado parecer sobre o seguinte diploma:

- Projecto de Decreto-Lei que "altera o Estatuto Remuneratório do Pessoal Médico".

2. Nos dias 27 e 28 de Junho de 1997 a Comissão participou na "Reunião Regional sobre a Doença do Machado Joseph" que decorreu no Anfiteatro C da Universidade dos Açores em Ponta Delgada.

3. No dia 22 de Julho de 1997, a Comissão apreciou e elaborou pareceres sobre os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto-Lei que "Adopta medidas de desenvolvimento e aprofundamento da Lei da Autonomia das Universidades no Plano de Gestão de Pessoal, Orçamental e Patrimonial";

- Projecto de Decreto-Lei que "aprova a composição e competências do Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com deficiência";

- Projecto de Decreto-Lei que "regula a equivalência e reconhecimento de habilitações estrangeiras de nível não superior".

4. A Subcomissão na reunião do dia 13 de Agosto de 1997, apreciou e elaborou pareceres sobre os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto-Lei que "Estabelece o Regime Jurídico do pessoal docente de estabelecimentos de Ensino Especializado na música";

- Projecto de Decreto-Lei que "Actualiza o regime legal da exploração do totoloto".

5. No dia 21 de Agosto de 1997 a Subcomissão apreciou e elaborou parecer sobre o seguinte diploma:

- Projecto de Decreto-Lei que "Igualiza os preços de livros, revistas e jornais no Continente e nas Regiões Autónomas".

6. Nas reuniões dos dias 1, 2 e 3 de Setembro, a Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, analisou os pareceres dos parceiros sociais, no âmbito da apreciação de vários diplomas que se encontravam pendentes (anexos aos relatórios de cada diploma) e procedeu à audição do Senhor Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, e ainda emitiu parecer sobre os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto Legislativo Regional: "Dispensa do exercício efectivo de funções por períodos limitados, aos trabalhadores que sejam membros dos órgãos

executivos das Misericórdias e outras Instituições Particulares de Solidariedade Social";

- Projecto de Decreto Legislativo Regional: "Acréscimo ao Salário Mínimo Nacional na Região Autónoma dos Açores";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 15/97 - "Regime de apoios a conceder pela Administração Regional Autónoma dos Açores às entidades ou indivíduos que promovam iniciativas destinadas à juventude";

- Proposta de Decreto Legislativo nº. 16/97 - "Criação da Comissão Consultiva Regional para os Direitos das Mulheres";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 17/97 - "Criação do Conselho Regional para a Integração e Cidadania";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 18/97 - "Regime de apoios a conceder a actividades culturais consideradas de relevante interesse para a Região";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 20/97 - "Criação da Escola Profissional das Capelas";

- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 22/97 - "Alteração do Decreto Legislativo Regional nº. 11/87/A, de 26 de Junho - "Orgânica da Segurança Social";

- Projecto de Decreto-Lei que "introduz alterações no Decreto-Lei nº. 387/90, de 10 de Dezembro, o qual aprovou as normas aplicáveis à denominação dos Estabelecimentos de Educação e dos Ensinos Públicos, não Superiores".

Ainda no dia 3 de Setembro de 1997 a Comissão apreciou e aprovou o "Relatório sobre a problemática da droga na Região Autónoma dos Açores", documento solicitado pelo Senhor Presidente da Assembleia, que servirá de base à reflexão e debate no Plenário do dia 10 de Setembro de 1997.

7. A Comissão Permanente de Juventude e Assuntos Sociais na reunião do dia 9 de Setembro de 1997 aprovou o presente relatório.

CAPÍTULO III

TRABALHOS PENDENTES

1. Na Comissão encontram-se pendentes os seguintes diplomas:

- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a "Elaboração de um estudo sobre a situação das Mulheres Açorianas";
- Projecto do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para "Alteração do nome do Novo Hospital de Ponta Delgada";
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº. 19/97 - "Criação da Direcção Administrativa e Gestão dos Estabelecimentos de Educação Pré-Escolar e do 1º. Ciclo do Ensino Básico".

Horta, 9 de Setembro de 1997.

A Relatora, *Maria de Fátima Sousa.*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

A Presidente, *Maria Fernanda da Silva Mendes.*

Presidente: Vamos passar à leitura do Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Forjaz Sampaio.

Deputado João Forjaz Sampaio (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relatório da Comissão de Economia, Finanças e Plano, a que se refere o artigo 119.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

(Ante-Período Legislativo de Setembro de 1997)

CAPÍTULO I

GENERALIDADES

1. - CONSTITUIÇÃO DA COMISSÃO

A Comissão de Economia, Finanças e Plano é constituída pelos seguintes Deputados:

PARTIDO SOCIALISTA (PS)

- Augusto Elavai
- Élio Valadão
- Francisco Oliveira
- João Forjaz Sampaio
- Manuel Serpa
- Vasco Cordeiro

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD)

- António Almeida
- Berta Cabral
- Duarte Freitas
- Eugénio Leal
- Jaime Medeiros
- Manuel Brasil

PARTIDO POPULAR (PP)

- Alvarino Pinheiro

2. - MESA DA COMISSÃO

A Mesa da Comissão de Economia, Finanças e Plano, é constituída pelos seguintes Deputados:

Presidente - Augusto Elavai (*PS*)

Relator - João Forjaz Sampaio (*PS*)

Secretário - Duarte Freitas (*PSD*)

CAPÍTULO II

REUNIÕES EFECTUADAS

1. - A primeira reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou-se no dia 2 de Julho de 1997 nas Lajes, Ilha das Flores.

O Deputado Rui Pedro Ávila substituiu o Deputado Manuel Serpa; o Deputado Herberto Rosa substituiu o Deputado Francisco Oliveira; o Deputado José Manuel Nunes substituiu o Deputado Manuel Brasil; o Deputado José Francisco Fernandes substituiu o Deputado António Almeida e o Deputado Manuel Azevedo substituiu a Deputada Berta Cabral. O Deputado Jaime Medeiros faltou justificadamente.

2. - A segunda reunião da Comissão de Economia, Finanças e Plano, realizou-se no dia 2 de Setembro de 1997 na Delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, em Ponta Delgada.

O Deputado Carlos Fraga substituiu o Deputado Francisco Oliveira, o Deputado Humberto Melo substituiu a Deputada Berta Cabral e o Deputado Nuno Almeida e Sousa substituiu o Deputado Alvarino Pinheiro .

CAPÍTULO III

VISITAS EFECTUADAS

1. - A Comissão de Economia, Finanças e Plano, ao abrigo da alínea c) do art.º 59 ° do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se em visita oficial às Ilhas do Corvo e das Flores nos dias 30 de Junho a 3 de Julho (relatório anexo).

Na sua visita à Ilha do Corvo a Comissão era constituída pelos seguintes Deputados:

- Do Partido Socialista (PS) - Augusto Elavai, José Élio Valadão, João Forjaz Sampaio, Vasco Cordeiro e Rui Pedro Ávila que substituiu o Deputado Manuel Serpa.

- Do Partido Social Democrata (PSD) - Duarte Freitas, Eugénio Leal e José Manuel Nunes que substituiu o Deputado Manuel Brasil.

- Do Partido Popular (PP) - Alvarino Pinheiro

Os Deputados Francisco Oliveira, António Almeida, Berta Cabral e Jaime Medeiros faltaram justificadamente.

Na visita à Ilha das Flores a Comissão era constituída pelos seguintes Deputados:

- Do Partido Socialista (PS) - Augusto Elavai, José Élio Valadão, João Forjaz Sampaio, Vasco Cordeiro, Rui Pedro Ávila que substituiu o Deputado Manuel Serpa e Herberto Rosa que substituiu o Deputado Francisco Oliveira.

- Do Partido Social Democrata (PSD) - Duarte Freitas, Eugénio Leal e José Manuel Nunes que substituiu o Deputado Manuel Brasil, José Francisco Fernandes que substituiu o Deputado António Almeida e Manuel Azevedo que substituiu a Deputada Berta Cabral.

- Do Partido Popular (PP) - Alvarino Pinheiro.

O Deputado Jaime Medeiros faltou justificadamente.

O Deputado Paulo Valadão (PCP) acompanhou a visita da Comissão a esta Ilha.

CAPÍTULO IV

TRABALHOS REALIZADOS

A Comissão deliberou emitir parecer sobre os seguintes documentos:

- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a Ordem Jurídica Interna a Directiva 96/93/CEE, do Conselho de 17 de Dezembro de 1996, relativa à certificação dos animais e dos produtos animais, criando a figura do médico veterinário acreditado e a sua actividade no âmbito da defesa da saúde pública e animal. Parecer elaborado a 17 de Julho.

- Projecto de Decreto-Lei que regulamenta a composição, atribuições, competência e funcionamento do Conselho Consultivo Florestal (CCF) criado pela Lei nº 33/96, de 17 de Agosto. Parecer elaborado a 17 de Julho.

REUNIÃO DE 2 DE JULHO DE 1997

A Comissão de Economia, Finanças e Plano apreciou e elaborou parecer sobre os seguintes diplomas:

- Projecto de Decreto-Lei que institui o sistema de controlo interno da Administração Financeira do Estado (SCI).

- Projecto de Decreto-Lei que permite o exercício de actividade de apanha submersa de espécies biológicas marinhas, enquanto não for aprovado o quadro regulamentador relativo à formação de mergulhadores.

- Projecto de Decreto-Lei que introduz alterações ao Decreto-Lei nº 325/93, de 25 de Setembro, no que concerne às taxas do imposto incidente sobre o consumo de cigarros.

REUNIÃO DE 2 DE SETEMBRO DE 1997

A Comissão de Economia, Finanças e Plano procedeu à audição do Senhor Secretário Regional da Presidência para as Finanças e Planeamento sobre a Anteposta de Lei de Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores e a Proposta de Resolução - Limite de Avals a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1997 e do Senhor Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente, sobre os Decretos Legislativos, "Arrendamento Rural dos Baldios" e "Protecção do Património Florestal Regional".

Apreciou e elaborou parecer sobre os diplomas a seguir referenciados e votou o presente relatório.

- Projecto de Decreto-Lei que estabelece as normas gerais de higiene a que devem estar sujeitos os géneros alimentícios, bem como as modalidades de verificação do cumprimento dessas normas.

- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a ordem jurídica interna a decisão 96/658/CEE, de 15 de Novembro, que estabelece as condições especiais da aprovação de estabelecimentos situados em mercados grossistas.

- Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei nº 31/94, de 5 de Fevereiro, que estabelece as condições de aplicação a Portugal dos regulamentos (CEE), n.ºs 2078/92, 2079/92 e 2080/92, do Conselho, relativos respectivamente, aos métodos de produção agrícola compatíveis com as exigências da protecção do ambiente e de preservação do espaço natural, à reforma antecipada na agricultura e às medidas florestais na agricultura.

- Projecto de Decreto-Lei que transpõe para a Ordem Jurídica Interna as Directivas 93/118/CEE, de 19 de Dezembro e 94/64/CEE, de 26 de Junho, alterando, em consequência, alguns artigos do Decreto-Lei nº 365/93, de 22 de Outubro.
- Projecto de Decreto-Lei que regulamenta as normas técnicas e financeiras previstas no Capítulo V “ Acesso ao Financiamento ”, da Portaria nº 1487/95, de 29 de Dezembro, que aprovou o regulamento de aplicação do regime de apoio às medidas previstas na iniciativa comunitária das pescas.
- Projecto de Decreto-Lei que altera o Decreto-Lei nº 186/90, de 6 de Junho (sujeita a uma avaliação de impacte ambiental os planos e projectos que pela sua localização, dimensão ou características, sejam susceptíveis de provocar incidências significativas no ambiente).
- Projecto de Decreto-Lei de alteração ao Decreto-Lei nº 175/91, de 11 de Maio.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 9/97 - alteração do Decreto Regional nº 18/80/A, de 21 de Agosto, que estabelece o regime jurídico do Arrendamento Rural dos Baldios.
- Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 10/97, Protecção do Património Florestal Regional.
- Proposta de Resolução - Limite de Auaes a conceder pela Região Autónoma dos Açores em 1997.
- Anteposta de Lei de "Enquadramento do Orçamento da Região Autónoma dos Açores".

CAPÍTULO V

TRABALHOS PENDENTES

Encontram-se para análise e parecer os seguintes documentos:

- Parecer do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 1994.

Ponta Delgada, 2 de Setembro de 1997

O Relator, João Manuel Pereira Forjaz de Sampaio

Este relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, Augusto António Rua Elavai.

Relatório da visita oficial da Comissão de Economia, Finanças e Plano, às Ilhas do Corvo e Flores.

A Comissão de Economia, Finanças e Plano, ao abrigo da alínea c) do art.º 59.º do Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, deslocou-se em visita oficial às Ilhas do Corvo e das Flores de 30 de Junho a 3 de Julho.

Na sua visita à Ilha do Corvo a Comissão era constituída pelos seguintes deputados:

— **Do Partido Socialista (PS)** — Augusto Elavai, José Élio Valadão, João Forjaz Sampaio, Vasco Cordeiro e Rui Pedro Ávila que substituiu Manuel Serpa

— **Do Partido Social Democrata (PSD)** — Duarte Freitas, Eugénio Leal e José Manuel Nunes que substituiu Manuel Brasil.

— **Do Partido Popular (PP)** — Alvarino Pinheiro

— Os deputados Francisco Oliveira, António Almeida, Berta Cabral e Jaime Medeiros faltaram justificadamente.

Para a Ilha do Corvo, o programa previa um encontro com o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Corvo, uma visita ao Caldeirão, considerado património natural e ao Porto da Casa. Contudo, os membros da Comissão ainda puderam visitar o caminho de acesso às terras do Baldio (estrada a Leste), localizadas na vertente Sul da cratera do Caldeirão, que se encontra em fase de construção, local onde irá ser construída a Casa de Matança e a Queijaria e efectuar ainda uma reunião com os representantes da Associação e cooperativa de produtores.

A sessão teve início no edifício da Câmara Municipal, com o seu Presidente a dar as boas vindas aos deputados e agradecer a visita. Em seguida, começou por enumerar os principais problemas que a Autarquia enfrenta, os quais passamos a indicar:

— Rede Viária Rural do Concelho - 1.^a Fase. (Construção da estrada para o Caldeirão).

Informou a Comissão de que esta obra foi iniciada no decurso do 1º Quadro Comunitário de Apoio (QCA), quando ainda o Governo não tinha fixado montantes ("Plafond's) para os investimentos a realizar neste caso pelas Autarquias. Esta situação nunca foi resolvida pelos Governos anteriores e as verbas que a Autarquia aplicou na concretização do projecto está neste momento a asfixiar financeiramente a Câmara Municipal e que a situação, por ter um carácter excepcional deve ser analisada e ponderada (anexo I).

— **Política de Transportes**

Em seu entender, referiu que ainda não foi definida uma verdadeira política de transportes marítimos (carga) que conjugasse correctamente os dois mais importantes vectores, frequência e dimensão do navio, para que viesse a abastecer a população do Corvo sem problemas, especialmente durante o Inverno.

Em relação à frequência referiu que o navio da empresa Transinsular devia escalar a Ilha do Corvo pelo menos uma vez por mês e que o seu comprimento deveria ser idêntico ao do navio Fernão de Magalhães. A esse respeito apresentou uma fotocópia de um fax do Senhor Secretário da Economia e a sua resposta ao mesmo (anexo II).

— **Fundo de Abastecimento.**

Informou a Comissão de que deviam ser alteradas algumas das normas que regulamentam os apoios a receber do Fundo de Abastecimento e a este respeito referiu o caso da farinha, que só recebe apoio se for comprada na Horta, mercado produtor mais próximo. Contudo, na maior parte das viagens, o navio deixa a Horta, e não segue logo para o Grupo Ocidental, partindo primeiro para outro porto e só depois segue para este Grupo, chegando os produtos, neste caso a farinha com mais 8 a 10 dias, sem razão para tal, pois poderia ser adquirida no último porto que o navio viesse a tocar.

Referiu ainda que o Fundo de Abastecimento suspendeu a partir de Novembro último o seu apoio às rações.

— **Apoio Médico.**

Em relação a este aspecto **informou a Comissão de que a Ilha do Corvo já possui** consultório dentário completamente equipado, mas que ainda não tinham conseguido a deslocação de um médico odontologista ou somente de um odontologista. Este problema foi colocado ao Governo Regional aquando da sua visita à Ilha.

— **Casa de Matança e Queijaria.**

A Comissão foi informada de que a obra da Casa de Matança, da responsabilidade do I.A.M.A., já foi adjudicada à Firma Castanheira & Soares e que a queijaria resultante de um acordo entre a Cooperativa e a Câmara Municipal, tem um apoio desta última em 10.000 contos, cerca de 15% do valor global da obra.

— **Construções Escolares.**

O Senhor Presidente da Câmara informou ainda a Comissão da existência de um protocolo entre a edilidade e a Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos para o financiamento da construção do edifício (Escola 2,3) com 15% e 85% respectivamente.

— **Abastecimento de Água.**

O Senhor Presidente da Câmara informou a Comissão de que será necessário iniciar o estudo para a construção de reservatórios, tanques ou lagoas artificiais para o armazenamento de água potável. O consumo tem vindo a aumentar e em breve, esta tendência poderá impor limitações quanto à disponibilidade de água.

— **Visitas Efectuadas.**

O Senhor Presidente da Câmara acompanhou sempre os membros da Comissão e informou, nos locais de visita, dos problemas e diferentes opiniões que existem sobre as soluções. Eutrofização das lagoas do Caldeirão e construção do acesso a toda a área de pastagens no interior da Caldeira. No Porto da Casa, verificamos a deslocação da "cabeça do molhe".

A reunião com os membros da Cooperativa decorreu na "Casa da Lavoura".

Foram abordados vários assuntos. Prevêem que a queijaria irá incrementar a produção de leite em 10/15% e que a construção da Casa de Matança irá possibilitar um escalonamento do abate dos animais, com reflexo a nível das economias familiares, pois poderão adquirir a carne semanalmente.

Manifestaram a intenção de solicitar à Secretaria Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente a cedência da antiga casa da "florestal" junto à entrada do baldio e informaram de que o novo armazém e escritório do Serviço de Desenvolvimento Agrário, com o processo de concurso já concluído, nunca foi adjudicado.

Na visita à Ilha das Flores a Comissão era constituída pelos mesmos deputados que efectuaram a visita à Ilha do Corvo e pelo deputado Herberto Rosa que substituiu o deputado Francisco Oliveira do Partido Socialista, pelo deputado José Francisco Fernandes que substituiu o deputado António Almeida, pelo deputado Manuel Azevedo que substituiu a deputada Berta Cabral, pelo deputado José Manuel Nunes que substituiu o deputado Manuel Brasil do Partido Social Democrata e ainda pelo deputado Paulo Valadão, do Partido Comunista Português.

O deputado Jaime Medeiros faltou justificadamente.

Na a Ilha das Flores foram cumpridos todos pontos previstos no programa, muito embora se tenha verificado pequenas alterações quanto à sequência dos encontros e visitas.

O primeiro encontro realizado foi com a União de Cooperativas na Fábrica de Queijo onde os membros da Comissão foram recebidos pelo Presidente da direcção da União de Cooperativas, Sr. Mário Reis, que fez uma exposição sobre os principais problemas com que se defronta a Fábrica de Queijo.

- Falta de Matéria Prima.

Foi-nos referido pelo Presidente da União que o maior problema reside na falta de leite em quantidades suficientes para que a fábrica possa atingir o seu mínimo que é de 5.000 litros/ dia. Aquando da visita o valor diário era de 3.200 litros o que fica muito aquém.

Deste montante, 350 litros são para o consumo diário da população e o restante é para a produção de queijo.

O queijo produzido não encontra dificuldades de colocação pelo que o aumento da produção para os níveis necessários, cuja quantidade ideal seria de 8.000 litros/dia, não levantaria problemas de comercialização.

A fábrica pode trabalhar uma quantidade ainda maior no pico de produção e podendo alcançar os 14.000 litros/ dia.

O Presidente referiu que o "Projecto Holandês", que visa a instalação de cerca de 100 animais para a produção de leite poderá alterar a actual situação.

— **Situação Financeira.**

Os pagamentos aos produtores andam geralmente com atrasos grandes. Neste momento estão por pagar aos produtores as entregas de leite a partir do mês de Novembro de 96. Desde que o leite entra na fábrica até que esta venha a receber o dinheiro da sua venda, decorre no mínimo 6 meses (3 meses para a cura + 3 meses para o pagamento). O que se verifica é que a União de Cooperativas não possui um fundo de maneio que permita efectuar um pagamento mais rápido. As consequências deste problema em conjunto com os prejuízos **que resultam da reduzida quantidade de leite que recebem (abaixo da quantidade mínima), levam a que os produtores tenham optado pela produção** de carne.

O dossier com a proposta de recuperação da fábrica já foi entregue ao I.A.M.A. e informou que já tinham sido contactados para a possibilidade de apresentarem a documentação necessária à candidatura ao programa nacional de saneamento financeiro.

— **Sistema de Recolha.**

O sistema de recolha é constituído por 15 postos, com dois indivíduos, um responsável e um ajudante que recebem à hora porque não são funcionários da União de Cooperativas.

A reunião com a Câmara de Comércio foi efectuada nas instalações da Delegação da Assembleia Legislativa Regional estando presentes dois membros da sua direcção.

— **Transportes.**

Em relação aos transportes começaram por referir que as escalas quinzenais não têm resolvido o problema, pois teria que haver uma maior coordenação entre a chegada do navio a Ponta Delgada, proveniente de Lisboa e o embarque das mercadorias para a Ilha das Flores. Os contentores ficam no cais de Ponta Delgada 4 dias (de 2.^a a 6.^a), enquanto o navio segue para outras ilhas.

— **Taxas e Apoio no Porto.**

No Porto das Lajes, a reestruturação das taxas teve um efeito contrário. Em vez de pagarem por contentor 27 contos, passaram a pagar 42 contos.

Este ponto foi tratado com o Sr. Secretário Regional da Economia que informou que as taxas iriam ser reduzidas a partir do dia 1 de Julho e referiram que é muito difícil trabalhar com a Junta Autónoma dos Portos na Ilha das Flores.

Em relação aos preços praticados pela utilização do equipamento de apoio da Junta Autónoma, solicitam que o tempo mínimo de utilização, não seja de uma hora, pois o número de contentores a movimentar é geralmente muito reduzido. verificando-se muitas vezes, que aquele tempo não é ultrapassado.

Foi ainda mencionado que, com certa frequência os porta-contentores, devido ao mau estado das estradas só dificilmente fazem mais de dois fretes por dia a Santa Cruz e que ao chegarem ao porto, próximo da hora de saída da serviço, já não encontram ninguém nos escritórios.

- Construção Civil.

O sector não se encontra bem e em relação à produção de inertes há alguma preocupação em relação à britadeira dos Serviços Oficiais. Foi referido que existe também uma britadeira particular e que a primeira tem fornecido exclusivamente material para as obras de administração directa dos Serviços Oficiais.

O problema com a areia (12 contos/ m³) poderá ser resolvido, pois existe uma hipótese de reduzir o seu preço (3 contos/m³) através da que existe no mar. O dono do barco "Aspirador" está interessado em trabalhar nas Flores.

A maior empresa de construção civil é a Castanheira & Soares com 130 empregados e possibilita ainda o emprego de mais 50 trabalhadores pelas sub-empregadas que promove.

Foi referido ainda que as empresas têm encontrado maiores dificuldades no apoio financeiro por parte da instituição bancária (B.C.A.) que melhor apoiava os seus investimentos. Manifestaram igualmente a preocupação em relação à construção da ponte da Ribeira da Cruz.

O terceiro encontro decorreu com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Santa Cruz e respectivos vereadores, que deram uma panorâmica sobre os principais problemas do município e da Ilha das Flores.

— Transportes.

Referiram que os passageiros que saem ou entram na Região não devem ser prejudicados quando a SATA, por razões de programação, coloca os utentes em vários voos, com vários cartões de embarque nos percursos que têm que efectuar.

Também não concordam que tenham sido discriminados em relação às disponibilidades de lugares a preços mais reduzidos para este Verão por parte da TAP, porque só beneficiaram os residentes dos maiores centros urbanos, Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, o que não está correcto. Em relação aos transportes marítimos, manifestou que mesmo com a frequência que se verifica agora, não satisfazem plenamente os agentes das actividades económicas (assunto explicado com mais detalhe pelos membros da Câmara de Comércio).

— **Matadouro.**

Ser construído em tempo útil, pois é uma estrutura fundamental para a Ilha.

— **Temporais de 1995 e Calamidades**

Encontram-se ainda por recuperar e construir várias infraestruturas destruídas em 1995, como é exemplo a **ponte de** Ponta Delgada no Norte da Ilha. Referiram também a necessidade de limpeza das ribeiras e que na reparação do piso das estradas florestais não deve ser utilizada a bagacina, pois tem pouca liga. Referiram ainda a necessidade de desassoreamento das entradas dos portos de pesca, com realce para o de Santa Cruz.

— **Televisão**

Solicitam a resolução do problema da propriedade (casa e jardim) onde se encontram instaladas as antenas de televisão em Santa Cruz, não só porque as pedras que se soltam dos muros da vedação e rolam pela encostas poderão causar prejuízos, mas também porque o jardim poderia ser recuperado para parque da Vila. Manifestaram ainda o seu protesto em relação à falta de cobertura do Canal 1.

— **Turismo**

Foi referido a necessidade de limpeza dos trilhos turísticos e um dos vereadores expressou a ideia de que os edifícios da SITURFLOR não devem ser para o turismo, pois iria entrar em concorrência com as actuais empresas, que já sentem bastantes dificuldades, mas sim para alojamento de docentes e que as moradias do bairro dos

franceses, adquiridas pela Câmara, precisam do apoio financeiro do Governo, pois esta edilidade ainda tem em dívida 30.000 contos.

O local e projecto para construção do parque de campismo deverá obter parecer positivo, mas a presença de uma família poderá ser facilitada se for alojada numa das casas da SITURFLOR.

A Fábrica da Baleia está também já inscrita no "Programa Leader", mas foi pedido ao Governo Regional, que inscrevesse uma verba no Plano a Médio Prazo para reforço da actual.

— **Outros Assuntos**

Referiram que a nível das transferências, o Governo Regional está em dia com os seus compromissos.

Para a recuperação da orla marítima entre o Hotel Ocidental e as piscinas naturais, foram já estabelecidos contactos com os serviços oficiais.

O aterro sanitário iria ser tratado em reunião com a Câmara Municipal das Lajes oportunamente.

Em relação ao processo da Fábrica de Queijo, foi apresentado à S.R.A.P.A. um projecto conjunto, com participação das duas Câmaras e da União de Cooperativas.

Na Associação Agrícola das Flores, fomos recebidos pelos membros da Direcção que fizeram a entrega de uma súmula com 15 pontos sobre os principais problemas com que se defrontam e do qual se junta fotocópia em anexo.

— **Situação Financeira**

A situação financeira, quer da Associação Agrícola que representa cerca de 400 associados, quer da Cooperativa que funciona em simultaneidade com aquela organização de produtores é, nas palavras dos membros da Direcção desastrosa. Estão muito preocupados e apelaram para o nosso apoio junto do Governo Regional para que encontre urgentemente um conjunto de soluções que possam resolver o problema.

Em relação à da Fábrica da União, acreditam que o "Projecto Holandês" irá ser fundamental para viabilizar aquela estrutura.

— **Transportes Marítimos.**

Referem que quando se trata da exportação do gado vivo, os navios deviam realizar as viagens directas aos portos de destino, pois a demora que se vem verificando de 10/12 dias a mais, acarreta graves prejuízos aos animais. Apontaram também que os preços de estiva dos contentores são elevados e em comparação com os praticados noutros portos a expedição e importação são muito penalizadas.

— **Estruturas de Apoio.**

Em relação ao Mercado de Palmela, informaram de que não foi possível chegar a acordo com a C.A.P. no sentido da sua reabertura, porque esta organização ainda não conseguiu consenso quanto à decisão com o Ministério da Agricultura.

Assim, solicitaram também o apoio do Senhor Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente na resolução deste problema já que o gado enviado tinha sempre como destino esta importante estrutura.

— **Preços de Alimentos para o Gado.**

Face às reduzidas quantidades adquiridas pelos agricultores, o preço dos produtos atinge valores mais elevados do que os praticados noutras ilhas e apontaram como exemplo o preço do milho, pelo que também já levaram este assunto ao responsável governamental. Para além disso, têm que pagar o milho a importar antecipadamente, suportando ainda os encargos com os juros dessas quantias, pelo que propõem uma linha de crédito para a agricultura na ilha.

Na Câmara Municipal das Lajes, fomos recebidos pelo Presidente que relatou os principais problemas com que se defronta a Ilha das Flores.

— **Transportes Aéreos e Marítimos.**

O Sr. Presidente informou que seria necessário a definição de uma política para os transportes de passageiros e carga que abrangesse toda a Região e não uma política por grupos de ilhas. É sua opinião de que a instalação do sistema de iluminação na pista do aeroporto iria permitir um maior apoio e segurança nas operações que ali se realizam. Em relação à estrada de acesso ao porto, referiu que embora já se encontrem instalados há muito tempo os postes de iluminação, a E.D.A. ainda não procedeu à ligação daqueles à rede.

— **Apoios no Porto.**

No Porto das Lajes, é necessário melhorar as instalações sanitárias e de apoio aos iatistas e outros utilizadores. Nesse sentido referiu que o serviço da G.N.R. (Guarda Fiscal) e os serviços da Junta Autónoma não têm funcionado da melhor maneira, pois a base destes serviços é em Santa Cruz e exemplificou que os contentores quando chegam ao porto próximo da hora de saída já têm muitas dificuldades em serem despachados. Esta foi também a opinião da Câmara de Comércio.

Referiu que as obras de reforço do molhe do porto e do parque de combustíveis estão a decorrer a bom ritmo e que certamente irão terminar antes do prazo previsto. Estes aspectos foram apreciados pelos membros da Comissão aquando da sua visita a estas estruturas e puderam verificar que as obras se encontravam em bom ritmo, aliás acabava de chegar, naquele dia o penúltimo batelão com tetrápodes.

Em relação ao apoio às embarcações de pesca, lembrou a necessidade em proceder a obras de melhoramento da rampa de varagem e varadouro.

— **Calamidades.**

Os trabalhos que a Câmara Municipal tem efectuado nos últimos tempos têm sido, em 90% dos casos na recuperação dos prejuízos provocados pelas calamidades.

O Sr. Presidente Câmara das Lajes manifestou a sua preocupação com os atrasos no início da construção da ponte da Ribeira da Cruz, muito embora o empreiteiro a quem foi adjudicada a obra, tenha garantido que iria ficar concluída dentro dos prazos previstos, com o tabuleiro pronto em finais do mês de Agosto.

A construção das pontes de acesso à Fajã Grande foram visitadas pelos membros da Comissão e avançam em bom ritmo.

Em relação às estradas, o Sr. Presidente é de opinião que deve neste momento proceder-se só ao arranjo dos buracos, porque irão ser brevemente cobertas com tapete betuminoso.

Alertou ainda para a necessidade de se iniciar a limpeza das ribeiras, pois é tarefa difícil e deverá ser efectuada antes de se entrar no Outono.

— **Fábrica da União de Cooperativas.**

Na opinião do Presidente Câmara Municipal das Lajes, esta estrutura veio tarde demais e irá ser muito difícil neste momento inverter a situação, pois os produtores optaram claramente pela produção de carne.

Santa Cruz das Flores, 3 de Julho de 1997

O Relator, *João Manuel Pereira Forjaz Sampaio*.

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Augusto António Rua Elavai*.

Presidente: Srs. Deputados, vamos iniciar o segundo ponto da nossa ordem de trabalhos, ou seja, a Proposta de Resolução sobre "Limite de Avals a Conceder pela Região Autónoma dos Açores para 1997".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional para a Presidência das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O que está em causa nesta Proposta de Resolução é o uso de um instrumento que é habitual no Governo Regional e também já é habitual ser discutido nesta Assembleia. Portanto, a Região concede ao Governo avais para operações de crédito desenvolvidas ou levadas a efeito por mutuários e neste caso serão empresas públicas ou empresas de manifesto interesse para a Região.

A concessão dos avais está perfeitamente regulada por um diploma legislativo desta Assembleia, ou seja, o 23/87/A, de 3 de Dezembro, que estipula os procedimentos a ter na concessão dos avais que define quem é que pode beneficiar dos mesmos.

O que está em causa é o montante dos avais que a Região Autónoma dos Açores poderá conceder durante o ano de 1997 a estas empresas, a estes projectos que reúnam as características expressas na própria lei.

Assim, "a Assembleia resolve fixar o limite máximo líquido dos avais a conceder pela Região Autónoma dos Açores, durante o ano de 1997, em 8 milhões de contos."

Esses 8 milhões de contos foram objecto de consulta directamente às empresas públicas da Região, para saber quais as operações que elas tinham susceptíveis de necessitarem do aval da Região.

Esse aval é dado precisamente para se conseguir no mercado condições de taxas de juro e de amortizações mais favoráveis do que se não tivesse este aval ou então para que a própria operação de crédito se efectivasse.

No início deste processo, fizemos uma consulta às empresas públicas e a 24 de Junho de 1997, esta consulta foi reconfirmada, após a apreciação nesta Assembleia desta Proposta de Resolução e todos nós lembramo-nos do que sucedeu na altura.

Esta reconfirmação por parte das empresas públicas, aponta para as seguintes operações:

A EDA necessita de 4, 8 milhões de contos (2,5 são para reestruturações de empréstimos da EDA).

Aproveito para fazer uma correcção ao parecer da Comissão de Economia, Finanças e Plano e que se revê provavelmente num lapso meu, porque referi que esta operação tinha como fim revelar uma dívida junto do "Deutch Bank", mas de facto não é.

A dívida do "Deutch Bank" é de 2,3 milhões contos e pertence à SOGEO.

No que se refere à EDA e nos termos dos elementos que me foram facultados, esses 2,5 milhões de contos referem-se a reestruturação de empréstimos da empresa. Eu não posso garantir que seja um empréstimo do "Deutch Bank", mas em função dos elementos que disponho, posso garantir que se trata de reestruturações de empréstimos.

Também confirmo os 2,3 milhões de contos que destinam-se a um empréstimo junto do "Deutch Bank" referente a uma operação da SOGEO que tem vindo a ser substituída em rouleman de 6 em 6 meses.

O ano passado deu origem a dois avales para a mesma operação de crédito, razão pela qual, nos termos da Resolução, aparece aqui o termo "líquido", porque podia dar-se o caso de haver dois avales para a mesma operação de crédito. O bruto seria o somatório dos dois avales e o líquido de um só.

Neste momento, dado que estamos no 2.º semestre de 1997, o termo líquido pode desaparecer.

No 1.º semestre não era possível, mas agora pode desaparecer porquanto há garantia de que só será concedido um aval a esta operação.

Finalmente, a SATA indica 2,7 milhões de contos para reestruturação de um financiamento do BEI.

Neste momento, se esta Resolução já tivesse sido aprovada, já teríamos concedido esses dois avales, quer o aval da SOGEO que ainda está junto do "Deutch Bank", em negociações, até que tenhamos disponível esta resolução para se poder efectivar a operação, quer para o empréstimo da SATA que se tivéssemos também a aprovação deste diploma, a operação já se tinha concretizado, porquanto foi necessário fazer um empréstimo intercalar, sem aval, no mesmo montante e com o compromisso de que o Governo Regional logo que esteja autorizado por esta Assembleia efective esse aval. O que se espera e que se deseja é que seja feito o mais rapidamente possível.

Desde já aproveito a oportunidade para fazer uma pequena correcção, embora não seja muito importante, porque não é o relatório da Comissão que está aqui a ser apreciado, mas corrijo que os 2,7 milhões de contos para a SATA não são para substituir uma carta de conforto, mas sim para substituição de um empréstimo do BEI e, pelo facto de não ter sido feito ou concedido este aval, foi dada a carta conforto que será substituída pelo mesmo, logo que seja necessário.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

É esta a situação e estou à disposição para qualquer pergunta que desejem fazer.

De qualquer forma, a concessão de todos esses avales como é lógico, normal e tem sido hábito, será dentro do estrito cumprimento da legislação aprovada por esta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Para continuar o debate, tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Proposta de Resolução em análise, tem por objectivo fixar o limite máximo líquido dos avales a conceder pela Região durante o ano de 97 em 8 milhões de contos.

Os avales são instrumentos financeiros dados ao Governo para o mesmo os exercer no âmbito do Decreto Legislativo Regional 23/87/A.

No seu artigo 2.º, n.º 1, diz-se que o aval da Região tem carácter excepcional e apenas poderá ser concedido quando se tratem de operações de financiamento, de

entendimento ou por projectos de manifesto interesse para a economia regional e enquadráveis nos objectivos do Plano Regional.

Dado que, conforme a apresentação que o Sr. Secretário acabou de fazer, os avales previstos nesta Proposta de Resolução corporizam estes objectivos, designadamente para as empresas EDA, SATA e SOGEO, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, votará favoravelmente esta Proposta.

Presidente: Para participar nesta discussão, tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

A sua justificação para apresentação da Proposta de Resolução a esta Assembleia, suscitou-me dois tipos de questões.

Em primeiro lugar, este empréstimo da EDA — como sabem eu não estive presente na reunião da Comissão e fui substituída — de acordo com o que li do relatório da Comissão, 2,5 milhões de contos são para a EDA para reformular uma dívida junto do "Deutch Bank".

O Sr. Secretário já mencionou que não é sobre o "Deutch Bank" e bem me parecia, uma vez que no quadro anexo não há nenhuma dívida a este banco.

Porém, gostava de saber a que instituição é que deve, para poder confirmar efectivamente aquilo que aqui diz de "empréstimo já avalizado", ou seja, de que não acarreta acréscimo de responsabilidades para a Região.

Outro tipo de questão que a sua intervenção suscitou, é a interpretação que fez do chamado limite líquido de avales.

Quando se pede limite líquido de avales ou limite líquido de endividamento, sendo certo que num lado trata-se de dívida directa e no outro lado trata-se de dívida garantida, o conceito é o mesmo, ou seja, acréscimo líquido significa acréscimo líquido de responsabilidades.

A Região, neste momento, tem responsabilidades de dívida garantida na ordem dos 18 milhões de contos, de acordo com o mapa que nos apresentou e de acordo com o relatório da Comissão, constato que passará a ter uma responsabilidade líquida de 18

milhões e meio de contos, uma vez que só necessita de meio milhão de contos, para além dos empréstimos que já tem e que serão reformulados.

Quando no Orçamento pediu a esta Câmara um acréscimo líquido de endividamento de 16 milhões de contos para poder contrair 19, porque tinha 3 de amortização de capital, agora que nos pede responsabilidades de aval, tem que nos pedir em termos líquidos, o acréscimo dessas responsabilidades.

Em relação a isto, eu só tenho a dizer duas coisas: ou o Sr. Secretário pretende ter um acréscimo líquido de 8 milhões de contos que é o que pede aqui e como vai ter uma amortização de 7,5 passa a ter um plafond de 15 milhões e meio, e isso parece-me manifestamente excessivo e foi aqui dito na última sessão legislativa, ou então, só pretende 500 mil e para manter o termo **líquido** pede apenas 500 mil, sendo certo que em termos brutos pode contrair os 8 milhões.

Perante isto tem duas opções: ou altera o montante que precisa ou altera o termo **líquido**.

Da nossa parte é indiferente, sendo certo que até já temos uma proposta de alteração de uma ou de outra, conforme lhe der mais jeito.

O Grupo Parlamentar do PSD, desde o início, quis viabilizar esta Resolução, só que não teve nesta Assembleia os esclarecimentos necessários para o fazer.

Neste momento, julgo que continua a não tê-los, na medida em que não concordamos com a sua interpretação, mas temos uma saída e uma alternativa, ou seja, ou altera o montante para 500 mil e efectivamente pode dar avales até 8 milhões de contos, ou altera o termo **líquido** e essa quantia dos 8 milhões pode continuar lá.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu prescindo e volto a inscrever-me depois.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Finanças e Planeamento.

Secretário Regional da Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Efectivamente, na primeira intervenção que proferi, admiti a hipótese do **líquido** poder desaparecer perfeitamente.

Portanto, estou receptivo desde já a esta proposta.

O **líquido** só fazia sentido aqui se tivéssemos tido mais cedo e, como foi explicado na Comissão e também já tive oportunidade de o dizer aqui, poder-se-ia correr o risco de eu ter a necessidade de prestar avales de 10 milhões, por hipótese, devido à duplicação.

Estou perfeitamente de acordo com a alteração que o PSD, através da Deputada Berta Cabral, tenciona apresentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A matéria dos avales, segundo nos recordamos, esteve cá no último plenário.

Nessa altura, não pudemos ouvir as explicações que aqui foram dadas pelo Sr. Secretário Regional.

Neste momento tivemos oportunidade de ouvir as explicações em relação aos avales e quero congratular-me com isso, embora seja o dever do Governo Regional estar presente quando discutirmos as matérias que ele aqui propõe.

Na nossa opinião, esta matéria continuará a ser discutida aqui no futuro, na medida em que vários organismos, inclusivamente empresas públicas da Região, têm tido a necessidade dos avales prestados pelo Governo.

No fundo, o que se verifica, é que são as mesmas que no passado eles necessitaram de um modo geral.

Em relação ao volume proposto, da nossa parte, não vemos qualquer necessidade de alteração. Aceitamos perfeitamente a proposta e por isso vamos votá-la favoravelmente.

Presidente: Chamo a atenção dos Srs. Deputados para o facto de que deu entrada na Mesa uma proposta do PSD que propõe a eliminação da palavra "líquido" no texto da Proposta de Resolução vinda do Governo.

Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

A minha intervenção não tem nada a ver com essa questão, mas sim com o primeiro ponto que coloquei, ou seja, o empréstimo da EDA.

Eu não fui esclarecida se este empréstimo é já garantido ou não e, sobre isso, queria chamar a vossa atenção e dizer porque razão insisto nesta questão.

Isto não tem nada a ver com o plafond líquido, nem com o plafond bruto, porque qualquer um deles cobre esta situação.

Portanto, tem a ver com uma questão que, não querendo ensinar nada ao Sr. Secretário das Finanças, é minha obrigação levantar aqui.

Muitas vezes, as empresas públicas com o objectivo de ganhar décimas percentuais — nem chega a pontos, como todos nós sabemos, porque as taxas são muito baixas — querem avales para empréstimos que conseguem no mercado financeiro sem necessidade de garantia do Governo.

Isto, para além de dar sinais negativos no mercado financeiro quanto à sua situação, cria precedentes perigosos, quer para operações posteriores, quer para operações já realizadas, porque há em muitas empresas — e o próprio Governo tem empréstimos nessas condições — cláusulas que dizem expressamente que sempre que outros empréstimos tiverem garantias adicionais, eles sentem-se no direito de também as obter.

É preciso ter muito cuidado, no sentido de que ao irmos buscar uma taxa ligeiramente melhor, não se comprometa toda uma situação quer da empresa, quer do Governo e então o plafond, nesse caso, não dá "nem para meia missa".

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*). Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para dar razão e dizer que também partilho da sua opinião e estou consciente disso.

Quanto ao empréstimo em si, neste momento, eu não sei qual é.

Eu referi-me apenas a uma carta da EDA em que esta empresa pede-me para estar preparado para lhe dar — se por acaso for aprovada a operação, como é óbvio — 2,5 milhões de contos para reestruturação de empréstimos.

Neste momento, não sei se é um ou dois ou se até eles existirão ou não até ao final do ano.

Eu é que tenho a obrigação de estar preparado para analisar a operação e poder dar o aval quando necessário.

Quanto à existência ou não de muitos avales dados pelo Governo Regional, eu confesso que não sei bem se isso é bom ou mau.

Pode ser mau se não existir nenhum pedido, nem de particulares, nem de empresas públicas. É sinal que não há nenhum investimento reconhecido de interesse para a Região e que seja susceptível de ser pedido um aval para esta operação.

Também pode ser bom, porque é sinal de que, quer as empresas, quer os projectos, têm o valor suficiente para, por si só, obterem na banca os financiamentos desejados.

Portanto, confesso que não sei se é bom ou mau ter estes avales.

Quanto à segunda preocupação da Sra. Deputada Berta Cabral e com a qual eu já disse que concordava e estava ciente disto, porque efectivamente é um problema que se coloca relativamente — e apresento-lhe um caso concreto — à EDA.

Na SATA não sei, mas em relação à EDA, sei que já há algumas operações feitas com aval em que existe essa cláusula.

Se no futuro for dado um aval a qualquer operação feita por esta empresa pública, as outras instituições de crédito que não beneficiavam desta garantia poderão passar a exigí-la.

Estou consciente disto e também estou consciente, não na questão dos avales, mas nos próprios empréstimos que a Região Autónoma dos Açores pretenda contrair, quer no mercado interno, quer no mercado internacional. É muito bom sinal.

Desde já, devo dizer que estamos a trabalhar muito empenhadamente neste sentido, aliás na sequência da preocupação que já vinha detrás, para que a Região valha por si só e não ter que estar a solicitar um aval a prestar à Região por parte do Governo da República.

Estamos a trabalhar neste sentido e, neste momento, as perspectivas são animadoras e, provavelmente, chegaremos ao fim do ano com as nossas necessidades de financiamento totalmente satisfeitas, dentro de condições muito favoráveis e dispensando o aval do Governo da República que aqui, tal como nas operações que requerem o aval da Região, também estamos empenhados em não recorrer ao aval do Governo da República.

Era só.

Muito obrigado.

Presidente: Parecendo não haver mais intervenções, vamos passar à votação da Proposta de Resolução sobre o aval, incluindo a proposta de alteração oriunda da bancada do PSD.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pede a palavra com que finalidade?

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Para interpelar a Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra para o efeito.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Como V. Exa. sabe, nós não temos conhecimento do conteúdo da proposta do PSD.

O PSD entregou uma proposta na Mesa, mas ela não foi divulgada.

Presidente: Eu vou mandar fotocopiar a proposta.

O Orador: Eu sei que ela é curta.

Se for lida, é o suficiente.

Presidente: Se o Sr. acha que basta a leitura eu leio.

"O Grupo Parlamentar do PSD propõe a eliminação da palavra "líquido".

Sendo assim, o texto da Proposta de Resolução ficará: "... resolve fixar o limite máximo dos avales a conceder pela Região Autónoma dos Açores durante o ano de 1997 em 8 milhões de contos."

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós percebemos que o Partido Social Democrata tinha duas propostas de alteração e, inclusivamente, foi referido que a escolha seria do Sr. Secretário e julgo que o mesmo manifestou indiferença quanto a essa escolha.

Nós gostaríamos de reflectir sobre isso.

Tecnicamente, como disse a Deputada Berta Cabral, elas são equivalentes, isto é, considerar um acréscimo de plafond de avales em 8 milhões ou um acréscimo líquido de meio milhão.

Na nossa opinião, a diferença está no líquido só que a maioria da nossa população não tem experiência suficiente para poder observar essas matérias com essa facilidade.

Sair desta Assembleia com uma autorização de avales de meio milhão de contos ou sair com 8 milhões de contos, o líquido fica para os técnicos. A nós não nos parece a mesma coisa.

De resto, foi essa questão que esteve sempre no cerne deste Parlamento, ou seja, não decidir esta matéria no último plenário devido à incapacidade do Governo, ou de alguém que falou em nome do executivo, de dar esse esclarecimento como na altura foi proposto.

Agora temos o esclarecimento dado por quem de direito, ou seja, o Sr. Secretário.

Por conseguinte, na óptica do Partido Popular era muito mais razoável manter sempre o mesmo critério, porque o critério ao longo destes anos, foi sempre o do Parlamento autorizar acréscimos líquidos de plafonds de avales. É isso que está em questão.

Se a Região tem responsabilidades indirectas sobre 18.1 milhões de contos, no fim de 97 poderá ficar com responsabilidades na ordem dos 18.7. Esta é a situação real, segundo o que aqui é colocado.

Porquê mudar agora de critério e passarmos a trabalhar com valores brutos?

Eu julgo que isso até penaliza esta administração.

Nós não somos indiferentes e se fôssemos do Governo também não éramos indiferentes.

A maioria das pessoas pensarão que este Governo propõe aumentar o plafond de avales em 8 milhões de contos, mas não é isso que vai acontecer.

Na minha opinião, no que se refere a esta matéria, devíamos manter os mesmos princípios, ou seja, o Parlamento autorizava os aumentos líquidos, porque amanhã — e entramos em mais um argumento adicional — ou no próximo ano, a Região começa a baixar os seus níveis de responsabilidades por avales, começa a entrar num processo de diminuição de responsabilidades, mas sempre que haja a concessão de um aval de um milhão de contos, mesmo que se diminua em 6 ou em 5 as

responsabilidades anteriores, todos os anos teremos que autorizar mais um milhão de contos, quando na prática estamos a diminuir a nossa responsabilidade em avales.

Se isso tem alguma lógica, e eu limito-me a seguir os raciocínios que aqui foram muito bem expostos pelo Sr. Secretário Regional e pela Sra. Deputada Berta Cabral, nós, Partido Popular, não se tratando aqui de questões que alterem o conteúdo das coisas, mas podem dar imagens diferentes, não encontramos razões para que se mude de critérios.

Se até agora foram aumentos líquidos, temos que continuar com aumentos líquidos e a imagem que sai para o exterior é a imagem certa, ou seja, este ano o Governo propõe-se aumentar em meio milhão de contos o nível global de avales da Região Autónoma dos Açores.

Já que estou no uso da palavra e como o Sr. Secretário sabe eu sou impertinente, houve uma expressão utilizada por V. Exa. que me preocupa — a expressão, não me preocupa o critério que o Sr. vai utilizar caso a caso — ou seja, "eu estou a solicitar isto, porque **a EDA pediu, a SATA pediu ou a SOGEO pediu**".

Sr. Secretário, pelo amor de Deus!

Oxalá que mais ninguém peça nada.

(Risos da bancada do PSD)

Eu percebi a intenção.

Posteriormente, o Sr. Secretário deu aqui uma voltinha dizendo que eles alertaram o Governo para estar preparado para a necessidade de determinado aval, mas tem que compreender que quem está aqui sentado e não está dentro de toda a informação que V. Exa. possui, essa abertura para inscrever quem pede, não é a melhor, porque — e dou-lhe um exemplo — a SOGEO pediu 2 milhões e meio, mas eu tenho muito receio dessa gente!

(Risos da bancada do PSD)

Para nós não é líquido os projectos de investimento da SOGEO Sr. Secretário, e todos os cuidados que este Governo parece ter e já foi visto aqui em relação aos novos projectos da geotermia — os da Terceira estão na moda, mas amanhã podem ser outros — é bom que os mantenha.

O rigor científico e tecnológico que o Governo está a pôr nessa matéria, é bom que o mantenha para a SOGEO.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Relativamente às últimas questões postas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, eu não tenho ideia de ter dito que a EDA me pediu o aval.

A EDA pediu, desde já, a concessão de um aval em concreto e eu é que tive a iniciativa de solicitar a essa empresa e à SATA, o montante de operações que eles tinham a intenção de efectuar durante o ano de 1997.

Fiz isto para que eu próprio tivesse uma ideia antes de elaborar a Proposta de Resolução e para poder habilitar esta Assembleia com os elementos necessários e o mais ajustados à realidade possível.

Digo-lhe mais:

Esta pergunta foi feita às empresas públicas no dia 24 de Junho de 1997, após a vinda pela primeira vez a este plenário desta Proposta de Resolução, mas já tinha sido feita anteriormente para a elaboração da própria Proposta, ou seja, no dia 9 de Abril de 1997.

O segundo pedido às empresas públicas, foi no sentido de reconfirmarem os valores que já me tinham indicado na primeira vez, por minha iniciativa e com o fim de dar a esta Assembleia as informações com o maior rigor possível, porque a concessão ou não concessão do aval, está regulamentada por um Decreto Legislativo Regional e é o Governo que, numa fase posterior, decide se dá ou não e tem que tomar esta opção dentro dos condicionalismos da própria lei.

Quanto à primeira questão da supressão da palavra **líquido**, devo dizer ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro que esta redacção resolve o problema do Governo, quer

a inicial, quer esta segunda redacção agora com esta proposta de alteração introduzida.

Poderá — permitam-me que faça esta proposta — acrescentar-se, e para resolver as questões suscitadas pelo Deputado Alvarino Pinheiro, "não havendo qualquer acréscimo de responsabilidade de avales já concedidos pela Região". Não vai haver.

Aquele meio milhão de contos, está ali no caso de alguém pedir.

Deputada Berta Cabral (PSD): Não precisa!

O Orador: A este montante global não há qualquer responsabilidade por avales concedidos.

De qualquer das maneiras, a redacção inicial satisfaz-me, a segunda, com este aditamento, também me satisfaz.

O que eu quero, Srs. Deputados, é ter a possibilidade de resolver os problemas que o Governo tem.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro:

Como disse na minha exposição, era indiferente uma situação ou outra.

É óbvio que fomos ao encontro do interesse manifestado pelo Sr. Secretário Regional, porque nós não aprovamos sozinhos qualquer proposta e, à partida, está garantida a aprovação da resolução dos avales.

Como bem disse quando terminei a minha intervenção, o Partido Social Democrata sempre teve interesse em viabilizar esta questão atendendo a que se trata da reformulação de empréstimos em melhores condições.

Portanto, tem todo o interesse de proporcionar um quadro legal que permita às empresas públicas reformularem e renegociarem os seus empréstimos, de forma a terem encargos financeiros menores.

Nunca nos passaria pela cabeça inviabilizar uma questão dessas.

Porém, o que o Partido Social Democrata não dá é cheques em branco. Portanto, precisamos de saber a que é que se destinam os avales e de quanto é que são.

Daí pormos uma grande tónica no montante e o montante não podia ser bruto da forma que estava formulado, porque isso conduziria, se mantivéssemos a palavra

líquido em termos brutos, a 15 milhões e meio de contos, o que era manifestamente excessivo.

Tirando a palavra **líquido** fica nos 8 milhões, ou seja, aquilo que aqui foi dito que era necessário para o Governo.

No entanto, se o Sr. Secretário Regional põe a questão que nem de meio milhão precisa, então começa a criar complicações, porque aí eu digo-lhe que não lhe podemos dar 8 milhões, mas sim 7 milhões e meio.

O Sr. diz e bem que precisa de ficar com alguma folga e eu compreendo isso. Mas não venha dizer que na acrescência àquela proposta não precisa do meio milhão de contos, porque então estamos a brincar aqui e ninguém sabe o que é que quer.

É melhor mantermos as coisas como elas estão.

Os avales são necessários para que as empresas públicas tenham menores encargos financeiros.

Os 8 milhões são justificados em termos brutos.

A redacção que o PSD apresentou e que mantém, resolve esse problema.

Penso que temos todas as condições para termos isto aprovado e o problema resolvido.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Como acabámos de ver, julgo que esta matéria está esclarecida.

O desafio que colocamos aqui em termos da forma de concretizar esse objectivo, neste momento, era mais dirigido ao Grupo Parlamentar do PSD, na medida em que este é que anunciou que tinha duas propostas e que lhe era indiferente.

Nós tentámos justificar que não haviam razões para se mudar de método.

Pela declaração final da Sra. Deputada Berta Cabral, parece que há uma preferência do PSD em mudar de método, ou seja, deixar de fixar os avales em montantes líquidos e, no fundo, parece manter-se a sua proposta de alteração no sentido de corrigir a proposta do Governo, pois essa — pelos vistos — estava manifestamente desajustada pelos valores que continha, isto é, correspondia aos tais 15 e tal milhões de contos.

Portanto, de facto, parece claro que o Governo não precisa na realidade de mais autorizações para aumentar o plafond de avales.

Eu confesso até que me surge agora uma dúvida técnica e uma vez que nós estamos num plenário da Assembleia, não me custa nada reconhecer alguma hesitação da minha parte.

E, neste momento, a minha dúvida prende-se com o não saber exactamente o enquadramento legal disto.

É necessário dar todos os anos autorização para fazer operações, ou essa autorização incide apenas sobre os limites?

É que se a autorização visa apenas os limites, estamos conversados. Não faz sentido estarmos a discutir agora.

Se a autorização — e é esta a minha dúvida técnica que se calhar é por ignorância minha — independentemente de haver ou não diminuição da responsabilidade do aval, legalmente tem que ser dada, então aí o método que está para trás é que está todo mal, porque é um método que pressupõe sempre agravamentos de plafonds. E toda a administração regional do passado já estava por demais habituada a chegar aqui e dizer "aumentos líquidos"!

Se agora a tendência é para se inverter isso, passando a haver diminuição líquida, é ridículo estarmos a fazer uma diminuição como tal. E aí justifica-se mudarmos o método.

Mas, sinceramente, embora nós sejamos muito abertos à mudança, queremos saber porque é que mudamos!

Mudar só para ser diferente... também não nos parece ser uma grande alternativa.

Resumindo, era este tipo de dúvida final que gostaria de apresentar perante o plenário.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu compreendo perfeitamente as dúvidas levantadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, pois eu próprio também as coloquei perante mim mesmo. Só que, no fundo, tranquilizei-me com esta redacção que satisfaz todas as minhas demandas.

No entanto, a interpretação que tenho é de que qualquer governo precisa de uma autorização para conceder avales ano a ano. Se assim não fosse, eu já teria resolvido, por exemplo, o problema do aval que não foi dado e cuja operação a ser avalizada teve que ser substituída por uma outra intercalar.

Porquê?! Porque tinha plafond transitado de 1996, do anterior governo, que não o utilizou.

Do anterior governo, em termos líquidos, foram dados apenas 661 mil contos de aval mais 4 milhões 430 mil de reestruturações.

Portanto, eu tinha aqui um plafond que poderia ou não utilizar.

Daí eu dizer que qualquer governo precisa, anualmente, de autorização para conceder avales naquele exercício.

Por outro lado, o diploma que vamos analisar de seguida prevê no seu Artº 11º, nº 4 — e isto aqui vai já resolver os problemas de haver uma resolução perante a qual se possa conceder avales para além do próprio texto do plano e do orçamento — que "o articulado da proposta de decreto legislativo regional deverá mencionar a indicação do limite dos avales a conceder pelo Governo Regional durante o exercício orçamental".

Resumindo:

Às dúvidas pertinentes levantadas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro - e que eu próprio, confesso, também as tive - eu devo contrapor dizendo que não utilizei ainda o plafond que vem do ano anterior, precisamente por achar que, mesmo havendo dúvidas, seria mais prudente esperar pela resolução desta Assembleia, para depois então o Governo poder dar, tranquilamente, dentro da legalidade e sem quaisquer margens para dúvidas, os avales que lhe foram solicitados.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para esclarecer uma questão.

O plafond não utilizado não é plafond líquido, porque trata-se de um acréscimo de responsabilidades. E o que não foi utilizado, nunca chegou a ser responsabilidade — é essa a verdadeira questão.

Portanto, em termos de acréscimo de responsabilidades, fala-se em termos líquidos e aquilo que não foi utilizado nunca existiu, nunca foi responsabilidade do Governo, não pode transitar.

Isto tanto é válido para os empréstimos, como é válido para os avales, ou para qualquer outra forma de dívida, directa ou indirecta, da Região.

Isto era como se o ano passado houvesse um acréscimo de endividamento que não tivesse sido utilizado e pudesse sê-lo este ano, só que isso é impossível.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Porque foi dado em 1996!

A Oradora: Eu estou a falar **de dívida**.

A interpretação é a mesma, ou seja, uma trata-se de dívida directa, outra trata-se de dívida garantida.

Ora, os empréstimos autorizados para o ano anterior, mesmo que não tenham sido todos utilizados, não podem transitar para o ano seguinte.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Exacto, é como se tivesse caducado!

A Oradora: Agora, os 3 milhões de contos de amortizações de capital que vai fazer este ano, são plafond que poderá utilizar, porque em termos líquidos não há acréscimo de responsabilidade.

Portanto, é essa a interpretação que sempre foi dada.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos votar, de acordo com a proposta apresentada pelo PSD, ou seja, sem a palavra **líquido** no texto que vamos votar, ficando assim a seguinte redacção:

"... resolve fixar o limite máximo dos avales a conceder pela RAA durante o ano de 1997 em 8 milhões de contos".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta de alteração, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada com 23 votos a favor do PS, 24 votos a favor do PSD, 1 voto a favor do PCP e registou 3 abstenções do PP.

Presidente: Esta Proposta fica cometida à Comissão de Economia, Finanças e Plano para redacção final.

Passamos agora à apreciação da Anteproposta de Lei sobre o "Enquadramento do Orçamento da RAA".

Está aberta a discussão na generalidade sobre esta proposta.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento para fazer a sua apresentação.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As normas sobre o enquadramento do Orçamento da RAA estão, neste momento e tal como já foi dito em Junho passado, francamente desajustadas da realidade actual, e por outro lado, encontram-se dispersas por vários diplomas, alguns dos quais de... duvidosa (para não dizer manifesta) constitucionalidade.

Esclarecidas que parecem estar as dúvidas suscitadas no debate anteriormente havido, aquando da apreciação deste diploma na última Sessão, relativas à eventual devolução à Assembleia da República de competências actualmente pertencentes à Região, e constantes do parecer jurídico solicitado por esta Assembleia, parece-nos que o mais prudente, face à realidade actual e à urgência em termos na Região uma legislação adequada às necessidades presentes, será dar seguimento a esta mesma Proposta.

Neste sentido, aliás, vai o parecer da Comissão, aprovado — e regozijo-me por isso — por unanimidade.

Cremos que de facto há toda a vantagem em conjugar o enquadramento do Orçamento da Região na evolução já havida a nível nacional, bem como a nível da Região Autónoma da Madeira.

Acresce ainda que esta alteração tem sido insistentemente sugerida pelo próprio Tribunal Constitucional, através dos pareceres que tem vindo a dar sobre a Conta da Região.

Pelo nosso lado, só vemos interesse em que haja uma maior e melhor articulação entre as finanças nacionais e regionais, facto que, de todo, não é incompatível com a autonomia que temos e que queremos ver cada vez mais aperfeiçoada.

Portanto, cremos que é urgente fazer aprovar esta Proposta de diploma, a fim de que ela siga os seus trâmites habituais, para ser aprovada o mais rapidamente possível na Assembleia da República, por forma a que o Orçamento do ano de 1999 possa já ser feito com os comandos jurídicos contidos nesta Anteproposta de Lei.

Acresce ainda, por outro lado, a necessidade de uniformizar os enquadramentos dos orçamentos da Região e nacional, tanto mais que e certamente também já deve ser do conhecimento dos Srs. Deputados, no dia 3 de Setembro de 1997, foi publicado no Diário da República um decreto que aprova o Plano Oficial de Contabilidade Pública. E para isto, será conveniente, desejável e senão mesmo imperativo, que o enquadramento orçamental desta Região esteja em consonância com o orçamento nacional e com o da Madeira.

Era isto que eu tinha a dizer nesta fase.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Anteproposta de Lei ora em apreciação, corresponde integralmente a um projecto apresentado pelo PSD, enquanto governo, em 1996.

Nessa altura, como todos se recordarão, foi o Partido Socialista que levantou questões sobre este diploma, nomeadamente questões relacionadas com a abdicação de competências por parte desta Assembleia nas matérias que, na sua opinião, poderiam ser regulamentadas por nós. E nessa altura, também foi exprimida a opinião de que o diploma deveria ser subdividido, por forma a que se remetesse para a Assembleia da República matérias reservadas exclusivamente à sua competência, de acordo com a nossa Constituição ainda em vigor, e deixar a esta Assembleia as restantes matérias ou especialidades que pudessem ser tratadas por nós.

Com base nessa intervenção, na altura proferida pelo então Deputado Dionísio de Sousa, o Governo tomou a iniciativa de retirar o diploma e fazê-lo baixar à Comissão para estudo desta questão.

Por ironia do destino, em finais de 1996, é o próprio Governo do Partido Socialista que traz a esta Câmara o mesmo diploma.

Coube ao PCP levantar, legitimamente, as mesmas questões, uma vez que a Assembleia não tinha sido esclarecida sobre elas.

Apraz-me registar que depois dessa apreciação, provou-se que o Partido Social Democrata tinha razão, isto é, o diploma estava bem formulado, estava bem apresentado, deveria conter todas as matérias que de facto contém, muito embora os pareceres refiram que algumas delas poderiam ser tratadas pela Região, mas como não há uma lei quadro prevista para todos os orçamentos regionais, nacionais, mas sim leis avulsas, portanto nesse caso, também nós teremos que ter a nossa própria lei, daí termos proposto na altura esta Anteproposta de Lei que agora é apresentada pelo Governo.

Portanto, esclarecidas todas estas questões, e em face dos pareceres que temos, o Partido Social Democrata nada tem a objectar a esta Proposta, até porque é efectivamente **a sua** proposta.

Apenas propomos, de acordo com o parecer emitido pelo Prof. Eduardo Paz Ferreira, uma questão formal e seguindo o parecer dele que nos merece todo o crédito, propomos que seja introduzida uma norma a revogar o DLR nº 3/78/A.

Quanto a este diploma, que alguns consideram inconstitucional, eu remeto-os para o parecer do jurista Álvaro Monjardino que diz que "os diplomas posteriores são inconstitucionais, porque são posteriores à revisão da Constituição".

Este diploma não é inconstitucional e, portanto, continua em vigor.

Muito obrigada.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este documento que está agora em discussão, já vem aqui pela terceira vez.

É que, afinal, dá-nos a impressão que a situação de continuamente devolvê-lo à procedência, não é tão clara como a Sra. Deputada Berta Cabral aqui quis defender.

Basta lermos com atenção os pareceres aqui presentes, para vermos que há da parte de alguns juristas que se pronunciaram muitas dúvidas e, inclusivamente, há opiniões de opções diferentes.

Por outro lado, há uma outra realidade que é avançada pelo Sr. Secretário, ou seja, que esta legislação tem que avançar.

Uma coisa é esta legislação ter que avançar, e aí estamos de acordo por isso vamos dar o nosso voto favorável, porque efectivamente é uma matéria sobre a qual é urgente termos um mecanismo legal e constitucional aprovado.

Mas se esta matéria pudesse ser devidamente analisada — embora compreendamos a urgência do seu avanço imediato — e demoradamente pensada, estamos convencidos de que era possível haver aquilo que refere o Dr. Álvaro Monjardino no seu parecer, isto é, uma lei geral de enquadramento do orçamento e uma adaptação "à medida regional" da nossa realidade.

Porém, com isto poder-se-ia correr um risco. É que a Assembleia da República poderia não entendê-lo, devolvendo-o. E aí nós estaríamos a contribuir para uma delonga em relação a esta matéria.

Valerá a pena pensar-se e trazer aqui os pareceres que foram solicitados.

Eu penso que valeu a pena toda esta demora até agora, exactamente para termos os pareceres de que dispomos relativamente a toda esta questão.

É natural, e estou bem convencido, que estes pareceres poderão servir para outras matérias e para outros assuntos que iremos ter aqui para analisar.

Quanto à competência do enquadramento orçamental, nós sabemos que ela é da Assembleia da República, em face do que existe na Constituição, o que é claro neste momento. No entanto, o próprio parecer do Dr. Álvaro Monjardino refere, e cito, "não se tratava de uma competência plena, assinale-se, era a competência para estabelecer só o regime geral da elaboração e organização do orçamento".

Esta é uma opinião expendida e desenvolvida pelo Dr. Álvaro Monjardino e que tem a ver, penso eu, com aquilo que há pouco referi.

Mas ele acrescenta mais sobre isso.

Ora vejamos a seguinte passagem:

"Não é unívoco o sentido do preceituado na alínea p) da Constituição, a qual estabelece uma reserva de competência relativa para a Assembleia da República, quanto a legislar sobre o regime geral da elaboração e organização dos orçamentos do estado, das regiões autónomas e das autarquias".

E ele acrescenta ainda que "este regime geral até poderia ser uma única legislação, uma única lei", e diz também que "a Assembleia da República avançou e fez uma lei para a República, para o estado" e a Região Autónoma da Madeira avançou e fez o mesmo. E a realidade é que a Região Autónoma dos Açores, depois do Estado e a Madeira terem a sua lei, não tem outra solução senão ter também a sua própria lei.

Como a Região Autónoma da Madeira tem a sua lei, prescindindo dos poderes que a Assembleia Legislativa Regional da Madeira tinha, a Região Autónoma dos Açores tem uma opção: a opção tomada anteriormente pelo PSD quando ainda era governo, e que agora é tomada pelo Partido Socialista enquanto governo, ou seja, fazer uma anteposta de lei semelhante à do estado e à da Madeira.

Pela nossa parte, tal como já referi, aceitamos que isto seja feito e votaremos favoravelmente. No entanto, continuamos a ter a dúvida de que sob o aspecto jurídico-legal puro, possamos fazer uma lei do orçamento de enquadramento geral, para depois os aspectos específicos serem aqui discutidos e analisados.

Mas, como já disse anteriormente, está é a realidade que temos, dada a necessidade da existência desta lei e é aquilo que deve ser feito.

Por outro lado, há outro aspecto no parecer no Dr. Álvaro Monjardino que penso que terá alguma importância, isto é, a conclusão final a que ele chega. E se esta conclusão final tivesse sido observada já anteriormente, talvez a situação fosse substancialmente diferente.

Ele afirma que, e cito, "o facto de se achar em curso a preparação de uma Lei de Finanças Regionais, poderia ser, contudo, um bom pretexto para se tentar esta segunda via que é, como parece óbvio, muito diferente da que está a seguir-se com a anteposta em exame", ou seja, que houvesse um entrosamento e um diálogo profundo entre aquilo que se passa nos orçamentos do estado e das regiões.

E acrescenta ainda aquele jurista: "A Autonomia não é incompatível com um entrosamento muito maior do que o entrosamento entre as finanças regionais e nacionais".

Portanto, penso que isto pode levar-nos a pensar seriamente procurar-se um cada vez maior entrosamento dos problemas orçamentais entre o estado e as regiões autónomas.

Disse.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta Anteproposta de Lei sobre o "Enquadramento do Orçamento Regional", o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta matéria.

Conforme já o fez anteriormente, e em relação aos votos então proferidos no âmbito da discussão desta Proposta, a bancada do PS entende que esta é a forma que melhor salvaguarda os interesses da Região, bem como vai de encontro à necessidade de se prover a uma rápida regulamentação dessa matéria, medida que constitui uma circunstância conducente a uma maior clareza, certeza e segurança na elaboração do orçamento regional.

Por outro lado, não podemos deixar de referir a necessidade de se prover, quanto antes, a uma alteração da actual fonte normativa que disciplina esta matéria, dado que sendo por um lado actualmente regulada por um decreto legislativo regional que muito embora — tal como disse a Sra. Deputada Berta Cabral — não seja inconstitucional no seu todo, já existe um acórdão no Tribunal Constitucional que declara inconstitucional determinados preceitos.

Portanto, impõe-se e urge uma alteração dessa matéria, em virtude de uma outra alteração feita em sede de Revisão Constitucional em 1992, que remeteu para a Assembleia da República a reserva relativa à elaboração do Regime Geral do Orçamento da RAA.

Assim, e conforme já referimos, partilhamos do entendimento segundo o qual esta matéria da disciplina da elaboração do orçamento regional é o caminho a seguir. Segundo esta forma, é este que defendemos e é gratificante e honroso para nós, bancada do Partido Socialista, ver de certa forma os pareceres que vão ao encontro desta nossa posição ou vice-versa.

Portanto o Grupo Parlamentar do PS votará favoravelmente esta matéria.

Presidente: Não havendo mais intervenções na generalidade, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com a Anteproposta de Lei relativa ao "Enquadramento do Orçamento da RAA", mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Anteproposta de Lei foi aprovada, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Passamos à apreciação deste diploma na especialidade.

Vamos fazer esta apreciação, de acordo com o que permite o Regimento, uma vez que para além da proposta de alteração já apresentada não há qualquer outra, por capítulos. Assim, faremos se não houver objecções, pois relativamente ao seu conteúdo a questão parece ser relativamente pacífica.

Por isso, vamos apreciar em primeiro lugar o Capítulo I que engloba os Artigos 1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º.

Está aberta a discussão sobre este Capítulo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No parecer do Prof. Paz Ferreira, no artigo 4º, ele sugere que a terminologia a utilizar seja **despesas e receitas correntes**.

A proposta que temos propõe **receitas e despesas efectivas**.

Eu gostaria de saber se houve, por parte dos proponentes, alguma intenção especial relativamente à terminologia que utilizaram, ou se consideram puramente indiferente?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Penso que se trata mais do que uma mera questão de terminologia.

Nós propusemos — e creio que a anterior proposta apresentada pelo PSD também tinha este conceito — que o equilíbrio do orçamento fosse feito em função das receitas e despesas efectivas, porque elas são diferentes.

O que não quer dizer que nas receitas e despesas efectivas não haja uma classificação de despesas correntes e de capital. Mas pensamos que seria mais prudente haver uma consonância, nesta matéria de enquadramento, com que se passa na Região Autónoma da Madeira e no País.

Isto vem ser reforçado pelo Decreto-Lei nº 232/97, de 3 de Setembro, publicado no Diário da República, o qual vem instituir o Plano Oficial de Contabilidade Pública, no qual todos os serviços e organismos, quer sejam autónomos ou não, serão obrigados (e têm 60 dias para o fazer, embora possa haver mais alguma prorrogação de prazo), a apresentar as normas dos orçamentos, até porque há toda a vantagem em haver normas iguais nos orçamentos das regiões e do estado. Porque se tivéssemos aqui conceitos diferentes para a mesma realidade, em termos de contabilidade e de informática, poderia dar grandes confusões e muita trapalhada, em vez de termos uma simplificação das coisas que é o que se pretende.

Portanto, esta manutenção desta proposta tal como está redigida no Artigo 4º, agora reforçada por este Decreto-Lei que foi publicado, veio justificar a nossa opção por esta nova redacção.

Muito obrigado.

Presidente: Continua aberta a discussão, agora sobre o Capítulo II, com os Artigos 9º, 10º, 11º, 12º, 13º e 14º.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No n.º 2 do Artigo 14.º há um aspecto que nos suscita uma dúvida que queremos partilhar com o plenário, segundo a qual o prazo dado para discussão do orçamento aqui nesta Assembleia, é em função da emissão do parecer.

Nós pensamos que é incorrecto marcar-se um prazo a partir da emissão de um parecer, porque este é emitido no dia que determinada Comissão discute e dá o mesmo parecer. Só que essa Comissão neste momento é constituída por 13 deputados, se a memória não me falha, e perante qualquer alteração regimental poderá ter menos elementos.

É certo também que a partir da emissão do parecer, exista determinado prazo para a publicação, mas neste momento, penso que não existe.

O que é certo é que embora de um modo geral haja um grande esforço de publicar um determinado parecer imediatamente após a sua emissão, eu penso que a legislação não se pode contentar com praxis políticas existentes.

Tem é que ter, ela própria, objectivos de futuro, objectivos que prevejam todas as perspectivas existentes.

Por isso mesmo, pensamos — embora não façamos ponto de honra disto — que talvez fosse mais correcto, em vez de se referir a emissão do parecer, se referisse a publicação do mesmo, porque o plenário da Assembleia e a totalidade dos seus deputados, só têm conhecimento do que se passou em relação à troca de impressões, do diálogo e do parecer que a Comissão deu a partir da publicação e nunca a partir da emissão.

A emissão está confinada à Comissão. A publicação é que diz respeito à totalidade dos deputados.

Presidente: Continua aberta a discussão para este Capítulo II.

Não havendo intervenções, vamos passar ao Capítulo III formado pelos artigos 16.º, 17.º, 18.º, 19.º e 20.º.

Está aberta a discussão sobre este Capítulo.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar ao Capítulo seguinte, composto pelos artigos 21.º, 22.º, 23.º, 24.º, 25.º, 26.º, 27.º, 28.º e 29.º.

Está aberta a discussão na especialidade.

(Pausa)

Não havendo intervenções, vamos passar ao Capítulo V.

É neste capítulo que se integra a proposta de alteração apresentada pelo PSD propondo a revogação explícita do diploma.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, é possível tomarmos conhecimento da proposta de alteração introduzida pelo PCP?

Presidente: O Partido Comunista propõe uma alteração para o artigo 14.º sobre o qual o Sr. Deputado Paulo Valadão fez a sua intervenção, propondo que o número 2 passe a ser: "a apreciação e discussão do orçamento regional em plenário é antecedida de parecer da Comissão parlamentar competente e só se pode iniciar 5 dias após a publicação do parecer e não após a emissão".

Eu chamo a atenção dos Srs. Deputados, porque o regime que actualmente existe para a apreciação do Plano e Orçamento, segundo o artigo 183.º é:

"A apreciação e discussão em plenário só poderá ter lugar 5 dias depois da publicação do parecer da Comissão ou da distribuição aos Deputados em folhas avulsas."

Esta é a disciplina actual prevista no Regimento.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós entendemos por publicação aquilo que está definido, ou seja, a divulgação através de folhas avulsas e não estamos a pensar em publicação no Diário, porque no Regimento há um artigo, que agora não me é possível citar, que diz que a publicação pode ser feita através do Diário ou através de folhas avulsas que sejam distribuídas a todos os Deputados.

Quando nós referimos a publicação, é exactamente o processo que normalmente é utilizado nesta Assembleia, ou seja, a publicação através de folhas avulsas.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para uma questão de pormenor e uma dúvida que gostaríamos de colocar em relação ao n.º 1 do artigo 14.º, em que "a Assembleia Legislativa Regional deve votar o Orçamento da Região Autónoma dos Açores até 15 de Dezembro".

Os anos em que houver eleições regionais, não estão contemplados nesse artigo?

Esta dúvida ocorreu-nos agora e gostaríamos de saber se é ou não razoável condicionar este princípio, ou seja, a Assembleia deve votar salvo motivo de força maior.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, eu prescindo da palavra.

Presidente: Está em aberto a questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Não sei se o artigo 15.º dá resposta a essa questão, porque neste artigo prevê-se a possibilidade da Assembleia Legislativa Regional não votar ou, tendo votado, não aprovar a proposta de Orçamento.

No artigo 5.º está explícita outra situação, ou seja, há nova proposta 90 dias depois.

Eu não sei se o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro pretende avançar com uma proposta em concreto.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós temos consciência que estamos em plenário, mas esta foi uma dúvida que se colocou ao Grupo Parlamentar. Esta devia ter surgido em Comissão.

Nós não queremos avançar com uma proposta, sem antes consultar e dar algum tempo de reflexão aos restantes Grupos Parlamentares.

Esta não é uma questão nossa, é uma preocupação de salvaguardar um pouco essa lacuna que não conseguimos detectar que estivesse salvaguardada noutros pontos.

Porque, desde logo, no primeiro ano de cada legislatura, esse prazo é sistematicamente ultrapassado.

Além do mais, podem ocorrer outras situações que por si só justifiquem que o Orçamento da Região Autónoma dos Açores não seja votado até 15 de Dezembro, situações essas que não se incluem propriamente nas consequências previstas para o artigo 15.º, ou seja, o atraso na votação.

Pretendemos que haja uma decisão consciente do Parlamento de não apreciar os documentos no dia 15 de Dezembro, mas apreciá-los, por exemplo, no mês de Janeiro.

Se alguém se pronunciar no sentido de também partilhar essa dúvida, nós avançamos com uma proposta, mas não queremos avançar só por avançar, porque isto também é perturbar os trabalhos.

Se para os Srs. Deputados o que está, está muito bem, também para nós está.

Porém, gostaríamos de pôr à reflexão e eventualmente acrescentar, por exemplo, **salvo motivo de força maior.**

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A dúvida levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, também surgiu-nos quando analisámos este processo e isso fez-nos ver o parecer da Comissão como razoável entre os pareceres que nos chegaram.

Nós subentendemos que se queria utilizar uma semelhança total em relação àquilo que se passa no todo nacional.

Não sabemos o dispositivo em relação a esta matéria da Região Autónoma da Madeira, mas no todo nacional, por exemplo, em relação ao orçamento das autarquias locais, elas são obrigadas a ter um plano e orçamento aprovado, antes dos novos autarcas tomarem posse na altura das eleições, como regra quase geral, porque as eleições quando são a meados de Dezembro, a posse decorre normalmente nos fins de Dezembro e antes do dia 31 desse mês, obrigatoriamente, a nossa Inspeção Regional, desde há muito, tem obrigado e há pareceres onde se exige que os planos e orçamentos autárquicos sejam aprovados até ao limiar do dia 31 de Dezembro.

Portanto, em relação a muitas autarquias a solução são as alterações orçamentais.

Eu penso que é uma situação complicada e nós estamos aqui para pensar.

Da nossa parte, seria preferível haver, essencialmente nos anos de eleições, algum aspecto em que o novo Governo pudesse ele próprio fazer o seu Plano e Orçamento.

No caso de ser a Região a fazer o seu próprio Plano e Orçamento, ela vai ter que fazê-lo com prazos completamente diferentes daqueles que existem aqui, neste momento.

Provavelmente, vai surgir a necessidade da aprovação do Programa do Governo e daí a 8 ou 15 dias, esse mesmo Governo, apresentar o seu Plano e Orçamento.

Se continuarmos com eleições em Outubro como é normal que se continue, a situação será esta.

Se em relação às autarquias o problema é com alterações orçamentais e isso muitas vezes é possível fazer, embora com dificuldades, em relação à Região, esse problema não se põe e seria impossível pôr-se, porque isso seria totalmente descabido, mas a

realidade é que os prazos vão ter que ser completamente diferentes daqueles que são nos anos de eleições.

Por isso mesmo, penso que é uma matéria sobre a qual todos nós devíamos pensar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Em relação à questão levantada pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, de facto, no artigo 14.º diz-se que "a Assembleia Legislativa Regional deve votar o Orçamento da Região Autónoma dos Açores até 15 de Dezembro".

Levantar-se-á a questão de saber se para o caso de em certas situações isso não ser possível, se o artigo 15.º responderá a essa preocupação?

É verdade que a própria lei, num artigo subsequente ao artigo que diz que se deve votar até 15 de Dezembro, prevê a possibilidade de não haver votação, que é necessariamente diferente da situação na qual se vota, mas não se vota favoravelmente. Portanto, esse Decreto já abre a porta para isso.

O que talvez falte entre um artigo e o outro, é saber em que circunstâncias é que esta Assembleia deve ser determinante, ou seja, quando se diz que a Assembleia poderá não votar até 15 de Dezembro, não se dá uma justificação excepcional para que isso não aconteça.

Pensar-se-á só que é uma espécie de laxismo do Governo ou da Assembleia e então, por essa via, deixar-se-ia de votar até 15 de Dezembro.

Na minha opinião, mesmo que a porta esteja aberta no artigo 15.º, ficaria melhor esclarecer pelo menos quem é que determina que a Assembleia pode não votar até 15 de Dezembro e como só pode ser a própria Assembleia, talvez seja melhor — e isso não é contraditório com a redacção do artigo 15.º — acrescentar qualquer coisa salvo deliberação em contrário da Assembleia, por motivo de força maior ou coisa parecida.

Assim, qualquer dúvida seria sanada com esta alteração, embora no artigo 15.º a própria lei já abra a porta para isso.

Julgo que é melhor, até porque a votação ou não do Orçamento da Região Autónoma dos Açores não é questão que deva ficar por esclarecer, agora que esta lei vem trazer todos e quaisquer esclarecimentos sobre esse tipo de problemas.

Porém, devo confessar que uma proposta de alteração em cima da hora, neste momento, não tem cabimento e dado o adiantado da hora talvez não fosse despiciendo encerrarmos os nossos trabalhos e reflectirmos sobre essa questão, propondo uma proposta de alteração para amanhã.

Presidente: Eu tenho ainda aqui duas intervenções, não sei se os Srs. Deputados as mantêm, uma vez que temos a sugestão de interrompermos o nosso debate.

Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Na Lei 6/91, a redacção é a mesma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para acrescentar, porque pode ser útil para a redacção, que o artigo 15.º, salvo melhor interpretação e ninguém melhor que os juristas para o fazerem, determina as consequências orçamentais de uma não aprovação ou não votação.

Portanto, o artigo 15.º põe em vigor o princípio dos duodécimos.

A lacuna parece-nos existir.

Presidente: Face às intervenções e às dúvidas suscitadas, sugeria que deixássemos para amanhã a votação na especialidade deste diploma.

Com isso, damos por encerrados os nosso trabalhos prosseguindo amanhã com essa votação seguida da restante ordem de trabalhos.

Ficou combinado em Conferência de Líderes que o início da nossa Sessão seria pelas 10.00 horas da manhã.

Até amanhã.

Boa noite.

(Eram 20.25 horas)

(Deputados que entraram durante a Sessão: PS - António Silva Melo, Augusto Elavai, Élio Valadão, João Forjaz Sampaio; PSD - Alberto Madruga da Costa, Ana

Gomes Silva, António Almeida, António Meneses, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Jorge Valadão dos Santos).

*(Deputado que faltou à Sessão: **PS** - Rui Pedro Ávila).*

A Redactora de 2.ª Classe: Maria da Conceição Fraga Branco